

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALINE CÁSSIA DE ALMEIDA PINHEIRO

EDUCAÇÃO, GÊNERO E AS MULHERES DA COMUNIDADE RURAL PASSO DO
BARRO, NO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL – PR

PONTA GROSSA
2023

ALINE CÁSSIA DE ALMEIDA PINHEIRO

EDUCAÇÃO, GÊNERO E AS MULHERES DA COMUNIDADE RURAL PASSO DO
BARRO, NO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL – PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, na Linha de Pesquisa História e Política Educacional, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Correia de Paula Marcoccia

PONTA GROSSA
2023

P654 Pinheiro, Aline Cássia de Almeida
Educação, gênero e as mulheres da comunidade rural Passo do Barro, no município de Pirai do Sul-PR / Aline Cássia de Almeida Pinheiro. Ponta Grossa, 2023.

165 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Correia de Paula Marcoccia.

1. Comunidade rural. 2. Mulheres. 3. Gênero. 4. Educação. 5. Feminismo. I.
Marcoccia, Patrícia Correia de Paula. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Educação. III. T.

CDD: 370.19



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

ALINE CÁSSIA DE ALMEIDA PINHEIRO

EDUCAÇÃO, GÊNERO E AS MULHERES DA COMUNIDADE RURAL PASSO DO BARRO, NO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL/PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a): Dra. Patrícia Correia de Paula Marcoccia - UEPG (Presidente)

Dr. Rodrigo Diego de Souza - UFSC

Dra. Lucimara Cristina de Paula - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Lucimara Cristina de Paula, Professor(a)**, em 24/04/2023, às 10:04, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Correia de Paula Marcoccia, Professor(a)**, em 28/04/2023, às 10:01, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1291738** e o código CRC **665F0B66**.

Dedico este trabalho à Carmem Ferraz de Almeida – minha mãe – que me contou, quando eu era criança, que queria ser professora, mas não teve a oportunidade de estudar. E à Rute Ferraz – minha vó – que me dizia que eu tinha que ser professora, e faleceu quando eu estava no 2º ano da faculdade.

Minha avó Rute, falecida em 2017.



AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que eu viesse ao mundo, cumprir minha missão, que hoje, mais que nunca, se reafirma na educação, onde me amparo por meio da fé e nas orações para não desistir e acreditar que tudo dará certo.

Um agradecimento especial à minha orientadora, professora doutora Patrícia Correia de Paula Marcoccia, sou imensamente grata por ter me apontado caminhos e desejos pela pesquisa desde quando participou da banca do meu TCC, em 2019, quando defendi o Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da UEPG. Agradeço por acreditar que seria possível esse percurso e que, em suas várias intervenções, me fazia refletir sobre a sociedade, as sensações, Paulo Freire e bell hooks, assim ampliando meu olhar sobre a identidade rural, a realidade das mulheres do campo e a educação libertadora. Seus ensinamentos, suas palavras firmes despertaram a vontade de querer aprender mais. Agradeço por confiar a mim a responsabilidade de um trabalho tão significativo. Aquela que, inicialmente, teve paciência nos meus primeiros passos na pesquisa, agradeço pelo acompanhamento nos anos de 2021, 2022 e 2023, pela maneira como conduziu meu trabalho com muita atenção e ética e como me acolheu, acreditando em minha capacidade. Sem dúvidas, minha referência profissional e creio que nosso encontro não acaba aqui.

Agradeço à CAPES, que por meio da bolsa cedida, permitiu que eu me dedicasse integralmente à pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação (PPGE) em Educação, por me permitir adentrar ao mundo da pesquisa e experimentar diversos conhecimentos.

Às mulheres da comunidade rural do Passo do Barro, todas que me acolheram com muito respeito e carinho, que abriram as portas de suas casas, agradeço pela confiança e colaboração em todas as etapas da pesquisa. Foram momentos ricos vivenciados por mim que contribuíram de forma tão positiva e vieram a somar em minha história, a fim de que pudesse deixar marcas positivas na comunidade em que cresci.

À minha mãe, Carmem, agradeço pelo apoio durante este processo de pesquisa, que mesmo sem entender muito da construção da dissertação, me consolava quando eu me sentia angustiada. Obrigada por dizer que daria tudo certo e, principalmente, pelas histórias de vida que somaram na construção deste trabalho.

À minha irmã, Kamile, por tomar conta das coisas em casa enquanto eu estava ausente no trabalho com a pesquisa, e à minha companheira, Kimberly, por ter paciência, cuidado e atenção comigo, e entender que não era possível estarmos juntas todos os fins de semana, devido às minhas horas dedicadas ao mestrado, pelas suas leituras, suas opiniões e por sua parceria de vida.

Agradeço ao querido professor doutor Rodrigo Diego de Souza, por ter aceito o convite de compor a banca examinadora deste trabalho, não tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente ainda, mas acompanho seus trabalhos referentes à Educação do Campo e me sinto honrada em saber que poderei contar com sua presença na defesa.

À querida professora doutora Lucimara Cristina de Paula, por compor a banca examinadora deste trabalho e por ser uma professora sempre presente, da qual tive a oportunidade de ser aluna na disciplina de Tópicos Especiais do curso. Os ensinamentos adquiridos em suas aulas fundamentaram e contribuíram para entender a sociedade, trabalho, emancipação humana, entre outros conceitos que se fazem presentes na educação libertadora de Paulo Freire. Lembro-me de suas palavras fortes, cheias de sabedoria, aprendi muito sobre a arte de educar. Jamais o tempo apagará de minha memória as aulas repletas de reflexões e de paixão pela educação. Agradeço por sua amizade e confiança.

Agradeço também à professora doutora e coordenadora do PPGE, Simone Regina Manosso Cartaxo, por todo o conhecimento que me proporcionou neste processo, desde as aulas da graduação até a pós-graduação, sempre cheia de questionamentos e problematizações sobre o ensino-aprendizagem. Agradeço por me acolher em suas aulas de Didática II para a realização de meu estágio; como foram maravilhosas aquelas aulas de terça-feira à noite, em que pudemos partilhar a docência, dando-me a oportunidade de falar sobre a vida e a escola do campo.

E a todos os professores do curso de mestrado e doutorado, pelas aulas, que me propiciaram crescimento e reflexões sobre a vida e a educação, principalmente aqueles que permitiam, em suas aulas, minhas falas sobre a discussão de gênero, mulheres e escolas do campo, contribuindo para meu desempenho nas aulas e refletindo durante a construção deste trabalho, sempre me permitindo argumentar sobre as áreas rurais de onde venho Estes professores são: Carina Darcoletto, Oriomar, Paola, Bettina, Vera e Érico.

Às minhas amigas e colegas de curso Ana Eduarda e Liliane Pinheiro, companheiras nestes dois anos, com as quais me sinto segura, compartilhando as tristezas e as alegrias, ambas me acalmando nas preocupações, sem vocês este caminho seria muito sozinho.

Meu agradecimento à Universidade Estadual de Ponta Grossa, instituição pública comprometida com a educação de qualidade, que me permitiu adentrar ao meio acadêmico, onde tive oportunidades históricas que se completam e formam vidas. Com toda certeza, concluo mais uma etapa de formação nesta instituição de maneira muito distinta daquela em que eu me encontrava em 2021, ano em que fui aceita para cursar o mestrado.

RESUMO

PINHEIRO, A. C. A. **Educação, gênero e as das mulheres da comunidade rural Passo do Barro, no município de Piraí do Sul/PR**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a educação e gênero, no contexto das mulheres da comunidade rural do Passo do Barro, no município de Piraí do Sul/PR, evidenciando o espaço rural como um lugar de posicionamentos sexistas que reproduzem a supremacia masculina em todos os níveis, que constituem as relações de gênero e de educação que foram detectadas nesta pesquisa. O estudo tem como problemática: como se constituem as relações de gênero, educação e no contexto da mulher da comunidade Passo do Barro, do município de Piraí do Sul/PR? Mediante isto, o objetivo geral é analisar as relações de gênero e educação da mulher da comunidade do Passo do Barro. A pesquisa foi realizada na comunidade rural do Passo do Barro, no município de Piraí do Sul/PR, mediante abordagem qualitativa, fazendo-se uso da metodologia pesquisa participante (STRECK, 2002), pesquisa bibliográfica e trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas, o que permitiu flexibilidade durante o processo, além de arquivos fotográficos. O referencial teórico se baseia nos estudos feministas de bell hooks (2013; 2018; 2020), que faz um importante diálogo com a educação freiriana, discutindo o feminismo na perspectiva da educação como prática de liberdade para as mulheres, que só conseguirão ser livres a partir de uma educação feminista que seja capaz de vencer o patriarcado (HOOKS, 2013). Para abordar alguns conceitos da trajetória de gênero e a discussão feminista, nos amparamos em Davis (1981), Scott (1989) e Federici (2017; 2019), entre outros autores, para auxiliar na compreensão de educação. Os resultados mostraram que as mulheres da comunidade do Passo do Barro possuem marcas de uma educação sexista, expressa nos seus modos de vida, em que precisam ser as donas do lar, enquanto os homens são responsáveis pelo sustento da casa. No entanto, elas reconhecem que há tal desigualdade entre homens e mulheres e acreditam na existência do feminismo como uma luta em favor das mulheres. Além disso, que as mudanças sociais tornaram a sociedade menos perversa em relação às mulheres que sofriam no passado, permitindo-lhes que tomem frente das situações e não mais aceitem que apenas os homens as dominem. Apesar de as mulheres apresentarem que há uma nova ordem na comunidade e que elas estão evoluídas socialmente, consideramos que vivem em um processo de contradição, expressada no posicionamento de que ora são mulheres autônomas, ora submissas. Esta realidade é apresentada pela forma de como a educação se relaciona com o gênero, haja vista que está longe de conectar-se às teorias feministas que discutem gênero. Dessa forma, visualiza-se uma educação padronizada nos modos capitalistas sexistas e, portanto, ainda não configura uma educação libertadora, capaz de libertar totalmente as mulheres dos moldes de uma sociedade patriarcal.

Palavras-chave: Comunidade rural. Mulheres. Gênero. Educação. Feminismo.

ABSTRACT

PINHEIRO, A. C. A. **Education, gender and women from the rural community Passo do Barro, in the municipality of Piraí do Sul/PR.** 2023. Dissertation (Master in Education) - State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

This research has as object of study education and gender, in the context of women from the rural community of Passo do Barro, in the municipality of Piraí do Sul/PR, evidencing the rural area as a place of sexist positions that reproduce male supremacy at all levels, which constitute the gender and education relations that were detected in this research. The study has as a problem: how are gender and education relationships constituted and in the context of the woman of the Passo do Barro community, in the municipality of Piraí do Sul/PR? Through this, the general objective is to analyze the gender relations and education of women in the Community of Passo do Barro. The research was carried out in the rural community of Passo do Barro, in the municipality of Piraí do Sul/PR, through a qualitative approach, using the participant research methodology (STRECK, 2002), bibliographic research and fieldwork with semi-structured interviews, which allowed flexibility during the process, in addition to and photographic archives. The theoretical framework is based on the feminist studies of bell hooks (2013; 2018; 2020), which makes an important dialogue with Freirian education, discussing feminism from the perspective of education as a practice of freedom for women, who will only be able to be free from a feminist education that is able to overcome patriarchy (HOOKS, 2013). To address some concepts of gender trajectory and feminist discussion, we were based on Davis (1981), Scott (1989) and Federici (2017; 2019), among other authors, to assist in the understanding of education. The results showed that the women of the Community of Passo do Barro have marks of a sexist education, expressed in their ways of life, in which they need to be the owners of the home, while men are responsible for the support of the house. However, they recognize that there is such inequality between men and women and believe in the existence of feminism as a struggle for women. Moreover, social changes have made society less perverse towards women who have suffered in the past, allowing them to take care of situations and no longer accept that only men do them. Although women present that there is a new order in the community and that they are socially evolved, we consider that they live in a process of contradiction, expressed in the position that they are now autonomous women, or submissive. This reality is presented by the way education relates to gender, since it is far from connecting to feminist theories that discuss gender. Thus, a standardized education is visualized in sexist capitalist modes and, therefore, it still does not configure a liberating education, capable of totally freeing women from the molds of a patriarchal society.

Keywords: Rural community. Women. Gender. Education. Feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Resultado geral das coletas de dados.....	21
Quadro 2 – Seleção dos trabalhos após a análise	23
Quadro 3 – O referencial teórico e quantas pesquisas identificadas com tal abordagem	24
Figura 1 – Município de Piraí do Sul, no estado do Paraná	81
Figura 2 – Cidade de Piraí do Sul/PR, região central.....	82
Figura 3 – Escola Municipal Rural Dom João III, no ano de 2002.....	87
Figura 4 – Registros fotográficos durante o trabalho de campo	108
Figura 5 – Mulheres em suas atividades laborais	114

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Catálogos de Teses e Dissertações
CLACSO	Consejo Latino-americano em Ciencias Sociales
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEDI	Departamento de diversidade
DESER	Departamento de estudos socioeconômicos rurais
EPis	Equipamentos de Segurança Individual
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
REDALYC	Sistema de informação científica
SCIELO	Biblioteca eletrônica científica
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS.....	13
CAPÍTULO 1 - A REVISÃO DE LITERATURA SOBRE GÊNERO, MULHERES DO CAMPO E EDUCAÇÃO	20
1.1 O CAMINHO PERCORRIDO	20
1.2 DISCUSSÃO SOBRE O CONTEÚDO DAS PRODUÇÕES.....	24
1.3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	24
1.4 AS RELAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS.....	29
1.5 A BUSCA PELO RECONHECIMENTO DE GÊNERO, O PROTAGONISMO E AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	31
CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA DO GÊNERO CONSTRUÍDA A PARTIR DO MOVIMENTO FEMINISTA E O “SER” MULHER NA SOCIEDADE.....	46
2.1 O CONCEITO DE GÊNERO NAS DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE JOAN SCOTT (1989), ANGELA DAVIS (1981), SILVIA FEDERICI (2017; 2019) E BELL HOOKS (2013; 2018; 2020).....	48
2.2 AS MULHERES E AS CLASSES	57
2.3 O GÊNERO A PARTIR DAS TEORIAS FEMINISTAS.....	66
2.4 O SEXISMO.....	71
2.5 O PATRIARCADO NA INTERPRETAÇÃO DO GÊNERO.....	73
2.6 O GÊNERO NUMA PERSPECTIVA LIBERTADORA A PARTIR DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA	77
CAPÍTULO 3 - A VIDA DAS MULHERES DA COMUNIDADE RURAL DO PASSO DO BARRO, NO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL/PR: E AS RELAÇÕES DE EDUCAÇÃO E GÊNERO.....	80
3.1 AS CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL/PR.....	81
3.2 AS CONEXÕES HISTÓRICAS DA COMUNIDADE PASSO DO BARRO	84
3.3 A COMUNIDADE PASSO DO BARRO EM CONEXÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO	90
3.4 CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE PASSO DO BARRO	95
3.5 O PROCESSO DE PESQUISA	98
3.6 O PERTENCIMENTO AO LUGAR	100
3.7 CONDIÇÕES SOCIAIS, DE SAÚDE E TRABALHO DAS MULHERES DA COMUNIDADE DO PASSO DO BARRO.....	103
3.8 OS COSTUMES E TRADIÇÕES DAS MULHERES DA COMUNIDADE.....	105
3.9 A EDUCAÇÃO OFERECIDA PARA AS MULHERES DA COMUNIDADE...	109
3.10 AS RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS	113
3.11 OS TRAÇOS DO PATRIARCADO NA COMUNIDADE DO PASSO DO BARRO	117
3.12 A DISCUSSÃO DE GÊNERO E AS RELAÇÕES DE PODER DENTRO DA COMUNIDADE	119

CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
APÊNDICE A - BUSCA DE TRABALHOS DE ACORDO COM CADA PLATAFORMA	146
APÊNDICE B - QUESTÕES ELABORADAS A PARTIR DA METODOLOGIA PESQUISA PARTICIPANTE A SER APLICADA COM AS MULHERES DA COMUNIDADE	160
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	162

PRIMEIRAS PALAVRAS...

Gostaria de justificar por que escolhi escrever um trabalho sobre as mulheres da comunidade do Passo do Barro e, para isso, preciso falar o quanto esta comunidade é significativa para mim. Nasci no hospital da cidade de Pirai do Sul/PR e, no segundo dia de vida, eu já estava na comunidade, em minha casa. Cresci em meio às alegrias de uma criança da zona rural ou “do sítio”, como dizem, brincando nas árvores, em contato com a natureza e os animais, tomando banho de rio e brincadeiras que não pareciam ter fim.

De família simples, filha de trabalhadores rurais, acompanhava meus pais na roça, nos plantios e colheitas de milho, feijão e outros produtos. Morávamos na fazenda, onde meu pai era empregado nas fazendas de gado que havia por ali e, vez ou outra, eu ia junto com ele para ajudar no trato dos animais. Minha mãe era responsável pelo lar, além de trabalhar fora, na lida das roças e como boia-fria. Eu também ia, porque minha mãe não podia me deixar sozinha e, por isso, digo com orgulho que também fui boia-fria. Com o nascimento de minha irmã, tornei-me responsável por ela; aos 7 anos de idade eu ficava em casa cuidando de um recém-nascido, para que meus pais trabalhassem, o que tardou minha matrícula na escola, tendo entrado na 1ª série aos 8 anos.

A Escola Rural Municipal Dom João III, na comunidade do Passo do Barro, que frequentei até a 4ª série, era e até hoje é multisseriada e não oferta os anos finais do ensino fundamental, e, para continuar estudando, fui matriculada em uma escola nucleada no bairro Capinzal, na Escola Estadual Eurides Martins (atualmente, sou pedagoga desta escola), que fica a 10 km da comunidade Passo do Barro, onde era oferecido transporte escolar para os alunos, como funciona até hoje.

Sempre desejei estudar e via na educação uma esperança de retribuir a meus pais, um dia, tudo o que fizeram por mim, acreditando que, de tanto ouvir deles, eu iria “ser alguém” na vida para ajudar na velhice, mas eles nem se davam conta de que eles já eram alguém muito importante na vida e, principalmente, na minha, por me ensinarem que humildade, honestidade e respeito dinheiro nenhum é capaz de comprar.

Minha mãe contrariava a vizinhança quando dizia que eu iria estudar e não iria me casar cedo, e que a única coisa que poderia deixar para nós era o estudo. Graças aos programas sociais, como bolsa escola e depois bolsa família, contávamos com melhores oportunidades; sei que se fosse por questões financeiras, a escola e a universidade não seriam possíveis. E era isso que eu queria: estudar. Só não entendia muito bem que a minha paixão pelos livros faria com que me tornasse professora.

Na escola, a professora pedia para que eu ajudasse os colegas que estavam atrasados, e eu fazia tudo “correndo” para ajudar. Hoje, a mesma professora é minha colega e relembra de minhas iniciativas à docência na escola. Os anos se passaram e ingressei no ensino médio, que era oferecido só na cidade, a 34 km. Com as voltas que o ônibus percorria, o tempo de viagem era de, aproximadamente, 2 horas para ir e para voltar. Isso foi se tornando um cansaço tão grande que quase desanimei, mas na época, em 2013, meus pais resolveram se mudar para a cidade, então deixei o Passo do Barro aos 15 anos.

Depois do colégio, logo ingressei na universidade (UEPG), tendo sido aprovada no primeiro vestibular que prestei, em meio à greve dos professores (2015), para realizar um sonho que não era só meu... Assim, tornei-me pedagoga em 2019. De lá para cá, sigo nos caminhos da educação, no qual sinto que a parada não é por aqui. Coursar o mestrado era algo tão distante que, se eu encontrasse aquela menina de 15 anos - idade em que deixei o campo - e lhe contasse todas as experiências vividas, certamente ela iria orgulhar-se do caminho percorrido.

E por que no meio de tantas coisas fui escolher falar das mulheres do Passo do Barro? Começo afirmando que falar desta realidade é algo que venho praticando desde a primeira graduação, ao pesquisar sobre a Educação com Campo, juntamente com a querida professora doutora Maria Antônia de Souza (UEPG), que me orientou na iniciação científica e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Nesta época, eu já falava sobre escolas multisseriadas, políticas educacionais das escolas do campo etc.

Nesta nova versão de pesquisa, senti vontade de falar das mulheres, porque também sou uma mulher criada no campo, conheço as pessoas da comunidade, os modos de vida e interpreto os mistérios daquele lugar. Sou filha e neta de mulheres do Passo do Barro e, voltando lá para fazer esta pesquisa nas idas semanais, pude me reaproximar da infância e não consigo explicar o quão prazeroso foi escrever sobre essas mulheres.

Sinto que meu dever foi cumprido, não esperava nada tão extraordinário, que renovasse os temas de pesquisa já apresentados na universidade, mas que pudesse trazer a essência da vida simples, de mulheres simples que vivem em um pequeno território rural. E, no lugar de pesquisadora dentro de um Programa de Pós-Graduação em Educação, não foi fácil estabelecer uma ponte entre discussão de gênero e educação, mas a partir da visão de mundo expressadas nas minhas leituras, concluí este trabalho.

INTRODUÇÃO

Tendo como objeto de estudo educação e gênero no contexto das mulheres da comunidade rural do Passo do Barro, no município de Pirai do Sul/PR, evidenciamos o espaço rural como um lugar de posicionamentos sexistas, que reproduzem a supremacia masculina em todos os níveis, ao mesmo tempo em que existem mulheres autônomas na liderança e na tomada de decisão na comunidade. Este estudo pretende estabelecer conexões entre as relações de gênero com a educação, visto que a educação se materializa nos mais diversos espaços de construção social e, por meio desta abordagem, buscamos compreender a representação da mulher no contexto rural e sua relação com educação, família e trabalho.

O gênero se define na construção socialmente estabelecida de homem e de mulher, não sendo definido pelo sexo, mas, sim, dado pela cultura e significados sociais que garantem comportamentos e modos de ser de acordo com as concepções históricas (SCOTT, 1989). Diante desse conceito, é necessário compreender a forma organizacional do *status quo*, que minimiza a desigualdade de gênero, sobretudo no contexto do campo, que genericamente são territórios abastados e fragilizados em níveis sociais, e entender como as mulheres camponesas incorporam esses dispositivos sociais que são impostos por meio das definições vinculadas à masculinidade e feminilidade, em articulação com a educação que determina quais serão os papéis sociais (FEDERICI, 2017).

Para entender, compreender e aprofundar nossos estudos sobre as mulheres camponesas, relações de gênero e educação, consideramos que as pesquisas acadêmicas mostram uma variedade de possibilidades, e, no que se refere à rural, há uma imensidão de definições que nos permite refletir sobre as relações de gênero no território rural. Percebemos também que a maioria das pesquisas foram realizadas em comunidades rurais e com mulheres trabalhadoras rurais, retratando a organização social e econômica de cada região e que apresenta complexidade nesta problemática de investigação.

A partir da leitura destes trabalhos, identificamos que são poucos os trabalhos de pesquisa que abordam a relação das mulheres entre si com a educação que recebem, seu trabalho e sua família, seu pertencimento, o que pensam sobre a vida no campo, a interação participativa e o reconhecimento histórico da formação de pessoas de um determinado lugar. Ao todo, são 25 trabalhos de pesquisa acadêmica,

os quais estão inseridos no primeiro capítulo desta pesquisa, que apresenta os detalhes a partir do caráter exploratório do levantamento bibliográfico, indicando o período, plataformas de publicação, tipos de trabalho, autores, referências etc.

Pensar a questão de gênero e o papel da mulher nas áreas rurais exige uma investigação na estrutura social, cultural, econômica, histórica, educacional e política. Há necessidade de rever a organização da educação dessas mulheres, sua relação com a família e no trabalho para entender a interferência de uma sociedade culturalmente patriarcal no modo de vida das mulheres que vivem no campo. É uma maneira de trazer esta discussão em pauta, visto que não há questionamentos, nem visibilidade sobre o feminino rural, formado por uma classe que sempre fica às margens do progresso, limitadas e invisíveis perante os representantes masculinos, como aponta os trabalhos de Franco (2018); Borzone (2018), Pereira (2002), Silva (2008), Bocchini (2013), Faccin (2016), Oliveira (2018) e Souza (2008).

E nesse contexto, refletimos sobre a educação que é oferecida para estas mulheres da comunidade rural, que é construída na dinâmica social do lugar e na escola, sendo essa a única instituição de ensino que possui uma representação que, além da função educacional, também é formadora de identidades e subjetividades. É preciso alinhar a concepção de educação com a concepção de gênero e de pertencimento ao lugar, e de si mesmo, o que só é possível a partir da identificação de quais são as metodologias de ensino e a educação que é oferecida ao povo do campo. Apontamos que esta é uma possibilidade de entender que o estudo das relações humanas e de gênero em conexão com a educação é um campo fértil na produção do conhecimento aberto às possibilidades de conhecer as esferas da educação articulando com as realidades sociais.

Diante disso, o estudo tem como problemática: como se constituem as relações de gênero e educação no contexto da mulher da comunidade do Passo do Barro, no município de Piraí do Sul/PR? Para responder a problemática o seguinte objetivo geral: analisar as relações de gênero e educação da mulher da comunidade do Passo do Barro, e como objetivos específicos: caracterizar as contribuições que as produções revelam sobre as mulheres camponesas, gênero e educação nas comunidades rurais e identificar as lacunas existentes neste contexto; discutir em perspectiva de gênero com base no referencial teórico Federici (2017; 2019), Scott

(1989) e nos estudos de bell hooks¹ (2013; 2018; 2020) e caracterizar a relação entre educação; gênero e a mulher da comunidade rural do Passo do Barro, no município de Piraí do Sul/PR, interpretando qual o modo de vida e a visão de mundo dessas mulheres.

A abordagem é quanti-qualitativa, mediante o uso da pesquisa bibliográfica, a qual foi realizada a partir do levantamento das produções acerca do tema, sendo amparada na metodologia de pesquisa participante, por meio de entrevistas semiestruturadas. Segundo Streck (2014), a pesquisa participante revela que a investigação das experiências pode contribuir para se entender a relação entre a comunidade e os sujeitos, bem como desenvolver o conhecimento a partir de uma visão de mundo compartilhada, requerendo, assim, uma metodologia que contribua com a transformação social.

Desta metodologia, espera-se aperfeiçoar a pesquisa por meio da observação participante, que facilita “a inserção do pesquisador no cotidiano habitual dos grupos pesquisados, com a finalidade de observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos” (THIOLLENT, 1999, p. 83). É percebida a partir dos resultados de diálogos, interlocução e negociação cultural entre pesquisador e participantes, relação que resulta em uma comunidade interpretativa, definindo os papéis e lugares do pesquisador e do indivíduo. Assim, desenvolve-se uma democratização na fala e na escuta, “abrindo a possibilidade de colaborações diferenciadas na produção de textos com diferentes linguagens e destinatários.” (SCHMIDT, 2006, p. 39).

É necessário saber ler as entrelinhas, escutar o outro, interpretar os silêncios, mistérios e compartilhar a vida, de modo que o saber do outro é a mais importante ação pesquisadora. Na pesquisa em educação, essa metodologia é capaz de explorar sua concepção sem prejuízos, visto que é um rompimento de paradigmas que impedem a visibilidade da realidade, expondo matrizes e valores como protagonistas de um movimento transformador.

Uma múltipla teia entre pessoas que, ao invés de estabelecer hierarquias de acordo com padrões consagrados de ideias preconcebidas sobre o conhecimento e seu valor, as envolva em um mesmo amplo exercício de

¹ O nome da autora empregado em letra minúscula é devido à sua postura, como um posicionamento político que pretende romper com as convenções acadêmicas e dar ênfase à teoria que ela defende (FURQUIN, 2019).

construir saberes a partir da ideia tão simples e tão esquecida de que qualquer ser humano é, em si mesmo e por si mesmo, uma fonte original e insubstituível de saber. (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 12-13).

Dessa maneira, a pesquisa adota o caráter de investigação-ação colaborativa, amparado na referência metodológica de Streck (2011; 2014), da inserção na comunidade por meio do diálogo e das visitas ao campo, com o propósito de conhecermos a mais oculta realidade, a partir da interação comunicativa de intimidade entre pesquisadora e pesquisados. Este trabalho tem característica exploratória, pois, para a sua elaboração, é necessário explorar a dinâmica social e o contexto de gênero, por meio das observações e entrevistas semiestruturadas.

A proposta aqui apresentada pretende discutir a realidade da mulher camponesa em uma comunidade rural que possui uma rica história de representatividade humana. Tem a discussão de educação e de gênero como fio condutor, a partir de experiências de vida, de relações sociais e políticas e de que tipo de educação existe na comunidade em relação ao debate sobre gênero.

A pesquisa foi realizada na comunidade Passo do Barro, situada na zona rural no município de Piraí do Sul, estado do Paraná, a 34 quilômetros da região urbana do município. Na comunidade, residem 63 pessoas, integrantes de 18 famílias. A escolha em trazer para o texto acadêmico a realidade das mulheres que vivem nessa comunidade é oriunda de nossa experiência de vida, tendo crescido na comunidade e conhecido de perto a história das mulheres, e, como filha e neta de mulheres que nasceram e viveram no Passo do Barro, carregamos características expressas nos modos, costumes e tradições aprendidas. Assim, encontramos na pesquisa acadêmica uma oportunidade de apresentar como é ser uma mulher de comunidade rural.

Com esta pesquisa, pretendemos analisar os diferentes aspectos do conhecimento, olhar o mundo ao modo dessas mulheres, compreender como as políticas e as relações sociais são experimentadas por elas, e como identificam o gênero, a educação, o trabalho e as relações familiares neste contexto. Tivemos como instrumento de trabalho entrevistas semiestruturadas, a partir da seleção de 7 mulheres, entre 18 e 70 anos, que sempre viveram na comunidade. São trabalhadoras, donas de casa, estudantes, mães, esposas e filhas. A escolha de mulheres de diferentes faixas etárias para compor o corpo de participantes da pesquisa refere-se ao diferente contexto em que cada mulher viveu, construindo uma

perspectiva histórica na geração de mulheres, e entender como eram as condições de vida em comparação com a atualidade.

Identificando as perspectivas de vida de cada uma delas e, também, por serem mulheres engajadas nas questões sociais, trabalhadoras, estudantes, mães, esposas, filhas, casadas e solteiras, essas mulheres demonstraram interesse em participar da pesquisa, visto que será a parte principal do processo de investigação.

O estudo está organizado em três capítulos. No primeiro, apresentamos a produção do conhecimento sobre o objeto da pesquisa, que é a mulher da comunidade rural e sua relação com a educação, família e trabalho. Esta análise compõe a abordagem do estado do conhecimento e tem como objetivo reconhecer a produção científica existente sobre a temática deste trabalho e, além disso, estudos que vêm sendo feitos sobre a representação feminina nas localidades rurais.

No segundo capítulo, apresentamos as concepções teóricas que temos estudado para fundamentar este trabalho, a partir dos estudos de Federici (2017; 2019), Scott (1989), Davis (1981) e bell hooks (2013; 2018; 2020), na discussão de gênero e mulheres, com o amparo de demais autores, com a pretensão de conectar mulher e gênero nos princípios da educação, com leituras de Paulo Freire (2005). Também, objetivamos averiguar as relações de gênero no campo, evidenciando patriarcado, machismo, supremacia masculina, a partir do diálogo com a comunidade rural, comprovando a falta da discussão da vida da mulher na comunidade rural.

O terceiro capítulo apresenta o município de Piraí do Sul/PR e sua geografia, a história da comunidade do Passo do Barro, seu desenvolvimento territorial, social e econômico, com base nas narrativas sobre o seu surgimento. As pessoas, as famílias, os modos de vida, a renda, a acessibilidades dos 63 moradores e a escola, com sua importância na fundação da comunidade, bem como os desafios e as conquistas. Apresentamos os resultados das entrevistas, a discussão dos dados coletados, a inserção dos registros do trabalho de campo, de forma a responder à problemática e aos objetivos propostos.

Concluimos que o modo de vida das mulheres da comunidade do Passo do Barro apresenta-se em constante contradição, ao mesmo tempo que elas reconhecem que existe uma supremacia masculina e visualizam o homem como privilegiado perante uma sociedade patriarcal. Elas entendem que são capazes de se destacar e sentem-se reconhecidas por suas ações, não se calam, não são “menos” que os homens e vivem em uma constante busca por igualdade de gênero.

CAPÍTULO 1

A REVISÃO DE LITERATURA SOBRE GÊNERO, MULHERES DO CAMPO E EDUCAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos a revisão de literatura sobre gênero, mulheres do campo e seus processos de educação. O objetivo é discutir as produções científicas existentes sobre a temática pesquisada, identificando o que elas revelam, de modo que sirvam de amparo coletivo e se conectem com os estudos da atualidade. Além disso, buscamos dar visibilidade aos estudos sobre gênero nas localidades rurais. Segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 2):

temos trabalhado com o estado do conhecimento como uma matéria formativa e instrumental que favorece tanto a leitura de realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica, quanto em relação a aprendizagens da escrita e da formalização metodológica para desenvolvimento do percurso investigativo.

Neste sentido, justificamos a relevância deste capítulo enquanto socialização e discussão das produções científicas e do percurso da presente investigação, para que este processo venha a se tornar ferramenta de trabalho de pesquisas de outros pesquisadores, alimentando as análises quanti-qualitativas da temática a partir desta etapa.

A revisão da literatura realizada nesta pesquisa foi conduzida a partir do levantamento de trabalhos produzidos entre os anos de 1999 e 2021, e a busca não se limitou a um período cronológico. No período de 22 anos foram produzidos cerca de 65 trabalhos que discutem gênero, mulher camponesa e seus processos educativos. Este trabalho de busca teve a duração de 3 meses. A seguir, apresentamos o caminho percorrido para o levantamento e a identificação dessas produções.

1.1 O CAMINHO PERCORRIDO

Em um primeiro momento, definimos os campos de busca dos trabalhos e, para tanto, escolhemos 5 plataformas digitais que serviram de coleta de dados: BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações); Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES; CLACSO (Consejo Latino-Americano em Ciencias Sociales); Scielo (Scientific Eletronic Library) e Redalyc (Sistema de Informação Científica). É

importante destacar que alguns destes campos de buscas possuem uma abordagem internacional², o que amplia nosso horizonte para olhar as produções de outras nacionalidades, dando a esta pesquisa um caráter de internacionalidade. Essas plataformas armazenam teses, dissertações, artigos, livros e capítulos de livros.

Após a definição do banco de dados, os descritores a serem usados como palavras-chave levou em consideração o objeto de estudo. Os descritores foram: “Gênero + mulheres camponesas”, “Educação do campo + gênero”, “Educação rural + gênero”, “Gênero + comunidade rural”. Em cada plataforma, utilizamos a ferramenta “redefinir pesquisa”, a fim de estabelecer a proximidade com o estudo a ser desenvolvido; desta maneira, atentamos em situar e concentrar trabalhos produzidos na área da educação e ciências das humanidades.

Além disso, a escolha dos trabalhos selecionados para alimentar o estado do conhecimento exigiu criticidade, atenção e cuidado, pois o retorno desta busca nos revelava uma imensidão quantitativa de trabalhos na área, de modo que foi preciso redefinir a pesquisa. Em alguns momentos, as amostras se mostravam conflitantes, pois os títulos e resumos dos trabalhos não correspondiam com os descritores inseridos, por isso, nosso olhar voltou-se para o resumo da pesquisa, objetivos, problemática, metodologia e resultados.

O procedimento de pesquisa iniciou no mês de fevereiro e foi até abril de 2022. Iniciamos a procura em 14 de fevereiro e finalizamos o levantamento das produções no dia 10 de abril. Foram identificados 65 trabalhos, dentre eles 35 dissertações, 8 teses, 19 artigos e 3 capítulos de livros. A seguir, o Quadro 1 apresenta a quantidade de trabalhos em cada em campo de busca:

Quadro 1 - Resultado geral das coletas de dados

Plataformas	Nº de trabalhos	Tipo de trabalhos
BDTD	13	3 teses e 10 dissertações
CAPEL	25	3 teses e 22 dissertações
Scielo	6	3 artigos e 3 capítulos de livro
CLACSO	10	2 teses e 8 artigos
Redalyc	11	3 dissertações e 8 artigos
Total	65	

Fonte: BDTD; CAPES; Scielo; CLACSO; Redalyc, organização da autora, 2022.

² Essa abordagem se insere no conjunto de estudos sobre internacionalização do ensino superior desenvolvido no grupo de estudos Redalint (UNISINOS), que objetiva identificar a produção desse conhecimento na América Latina.

A maioria dos trabalhos que conversam com a temática desta pesquisa foi encontrada na plataforma da CAPES, totalizando 25 trabalhos, a maioria dissertações, seguindo a plataforma BDTD, com 13 trabalhos identificados, também a maior parte dissertações; na sequência, Redalyc, Scielo e Clacso, com a maioria dos trabalhos sendo artigos. Notamos que há uma grande concentração de dissertações, contabilizando 35 trabalhos que discutem gênero, mulheres do campo e educação.

No decorrer dos três meses do levantamento dos trabalhos, algumas questões não menos importantes foram identificadas e, certamente, não poderiam passar despercebidas, já que, na escrita acadêmica, desafios e dificuldades em determinadas ocasiões estão presentes. Durante a coleta dos trabalhos nos sites de pesquisas, havia trabalhos que se repetiam de uma plataforma para outra.

Os sites que mais contam com produção científica em comum são Clacso, Scielo e Redalyc, nesse caso, selecionamos apenas os primeiros resultados. Outro conflito nesse processo era o *error* da própria plataforma: muitas vezes o trabalho era identificado em arquivo, porém, a página da web não respondia. Nesse caso, os trabalhos não eram contabilizados.

Além disso, nos deparamos com a não autorização da publicação do trabalho pelos autores, o que é comum no site da CAPES. Alguns trabalhos possuem aderência relevante com o objeto que está sendo pesquisado, porém, não é possível fazer a leitura deles. Outro desafio são o quantitativo extenso de trabalhos resultantes que as páginas forneciam, conforme já mencionamos, de modo que foi preciso estabelecer critérios de busca, que era identificar o tema que mais se relacionava com o título desta pesquisa e identificar se o título se referia a gênero, mulheres e educação antes de selecioná-lo.

E, por fim, outra abordagem que limitou alguns trabalhos referia-se às áreas do conhecimento, pois, em se tratando de uma pesquisa no campo da educação, era preciso nos atentarmos aos limites das pesquisas, ou seja, averiguar se elas apresentavam temáticas na área da educação.

Diante dos resultados obtidos, e após a escolha e o recolhimento dos arquivos em *downloads*, procedemos a uma seleção de quantos seriam essenciais para compreender a produção do conhecimento acerca do objeto de investigação. Nesse sentido, analisamos cada um, com um olhar cuidadoso para título, área do conhecimento, resumo, introdução e considerações finais. Assim, dos 65 trabalhos, foram selecionados 26, os quais possuem maior aderência a este estudo.

Quadro 2 - Seleção dos trabalhos após a análise

Plataformas	Nº de trabalhos	Tipo de trabalhos
BDTD	5	5 dissertações
CAPEL	12	2 teses e 10 dissertações
Scielo	2	2 artigos
CLACSO	4	1 capítulo de livro e 3 artigos
Redalyc	3	2 dissertações e 1 artigos
Total	26	***

Fonte: BDTD; CAPEL; Scielo; CLACSO; Redalyc, organização da autora, 2022.

Para apresentar estes resultados, elaboramos alguns quadros, que se encontram em apêndices neste trabalho, com a identificação e categorização detalhada dos trabalhos selecionados. Os quadros supracitados apresentam os 26 trabalhos analisados.

Identificamos que o maior período de produção acerca da mulher do campo trabalhadora rural foi nos anos de 2016 e 2018, e as universidades que mais apareceram como local de produção foram Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A região com maior concentração de trabalhos desta discussão está nas regiões Sudeste, com 12 trabalhos, Norte, com 6 trabalhos, Sul, com 4 trabalhos, Nordeste, 2 trabalhos, e Centro-oeste, com apenas 1 trabalho, além de 1 trabalho internacional, do Peru.

Assim sendo, apresentaremos as reflexões acerca da revisão da literatura empregada na discussão desta pesquisa, a partir da análise dos 26 trabalhos encontrados que tratam da mulher do campo. De todas as produções, o que mais se apresenta de forma relevante à temática são trabalhos de pesquisa das universidades, 17 dissertações, e o restante dos trabalhos somados em 2 teses, 1 capítulo de livro e 6 artigos, produzidos nos últimos 22 anos. Essas pesquisas foram realizadas no contexto rural, com mulheres de comunidade rural, no âmbito da discussão de gênero e educação.

Os trabalhos analisados apontam uma grande dimensão de temas sobre historicidade e vida da mulher do campo trabalhadora rural, sendo os mais recorrentes: 1) a participação da mulher nos movimentos sociais do campo; 2) as

relações do trabalho feminino nas atividades agrícolas; 3) a busca pelo reconhecimento de gênero; 4) o protagonismo e as mulheres trabalhadoras rurais; 5) a violência e as políticas públicas para as mulheres do campo; e 6) o acesso à educação das mulheres do campo e a discussão de gênero na escola.

1.2 DISCUSSÃO SOBRE O CONTEÚDO DAS PRODUÇÕES

A seguir, apresentamos a abordagem teórico-metodológica das pesquisas com o objetivo de mostrar o caminho científico das produções. Ao considerar como ponto-chave da análise acerca do referencial teórico e metodologia, concluímos que há uma diversidade de opções, que serviram de auxílio para o referencial que escolhemos para fundamentar esta pesquisa. O Quadro 3 indica a predominância do referencial teórico das pesquisas.

Quadro 3 - O referencial teórico e quantas pesquisas identificadas com tal abordagem

Referencial Teórico	Nº de trabalho
Materialismo histórico-dialético	8
Paulo Freire	3
Estudos feministas (Heleieth Safiotti, Joan Wallach Scott e Guacira Louro)	8
Autores e pesquisadores da educação do campo: Caldart (2012; 2008); Molina (2015)	6
Bourdieu	1

Fonte: BDTD; CAPES; Scielo; CLACSO; Redalyc e a organização da autora, 2022.

Diante dos referenciais teóricos de cada pesquisa, os mais utilizados foram Materialismo Histórico-Dialético e Estudos Feministas, por se tratar de pesquisas que abordam as relações de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais, da divisão sexual do trabalho e da luta pela libertação da opressão do patriarcado. As abordagens de Paulo Freire e da Educação do Campo também foram visualizadas nas concepções epistemológicas de alguns trabalhos, 9 deles, que identificam a mulher como protagonista em uma concepção de educação libertadora.

1.3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

No que se refere à participação da mulher nos movimentos sociais do campo, 6 trabalhos fazem uma abordagem sobre a presença da mulher inserida no movimento social do campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento Marcha das Margaridas aparecem como um campo de inserção da mulher.

Pêessoa (2018) discute a formação educacional e a igualdade de gênero no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, nesta investigação a autora aborda a “Pedagogia do Movimento” o qual o movimento se utilizou como método próprio de educação, que segundo Caldart (2003, p. 52):

E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento, movimento que junta diversas pedagogias, e de modo especial junta a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra e a pedagogia da história, cada uma ajudando a produzir traços em nossa identidade, mística, projeto. Sem Terra é nome de lutador do povo que tem raízes na terra, terra de conquista, de cultivo, de afeto, e no movimento da história.

Partindo desta perspectiva, Pêessoa (2018) problematiza a inserção da mulher nas políticas educacionais que promovem a igualdade de gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que significa a inserção da mulher em todas as instâncias. Visto que a figura da mulher sempre foi obscura, diante das políticas, a autora menciona que ser mulher é se portar como oprimida duas vezes, por ser proletária e por ser mulher, sem direito a fala, mesmo dentro de um movimento que se diz democrático.

A preocupação com a inserção do ‘gênero’ na educação, como uma maneira de ampliar o feminino nesse espaço, ‘a democratização da educação é considerada tão importante quanto à democratização da terra. A luta pela terra é um processo pedagógico, assim como a luta pela igualdade de gênero, por isso faz parte de sua prática educativa.’ (PÊSSOA, 2018, p. 121).

Desta maneira, entendemos que o debate sobre gênero no meio das políticas educacionais do movimento social precisa olhar para as diferentes frentes de luta, pois sendo o próprio movimento oriundo da reivindicação social, no caso do MST, que possui a luta pela terra, cabe também alinhar propostas com os objetivos de atender as classes da exclusão, e como conclui a pesquisa, o movimento já tem se pronunciado na elaboração de instrumentos que potencializam a inserção da mulher nas lideranças políticas, econômicas e sociais, que reafirmam a posição da mulher e a sua resistência contra o sistema patriarcal.

Silva (2016) escreve sobre o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra, e detecta a herança do patriarcado sobre as mulheres do meio rural visto que o machismo ainda é predominante. Tornando-se uma vez protagonista, a mulher toma posse de espaços que antes eram ocupados por homens, dentro da luta pela terra e assim começam a desconstruir a visão histórica que as limitavam nos campos de atuação que eram exclusividade masculina.

Para alcançar tal engajamento e protagonismo, retomamos nossos estudos em Freire (1996), que aponta sobre a curiosidade como a motricidade para despertar o interesse em aprender, agir e fazer, a chamada curiosidade epistemológica que dá certo valor ao que pertence a história, “a curiosidade é condição para a criatividade, ela é a indagação inquietadora que nos move no sentido de desvelar o mundo que não fizemos e acrescentar a ele algo que nós fazemos” (FREIRE, 1996, p. 35).

Ainda, a autora alicerça sua empiria ao revelar o que levou as mulheres do MST a se tornarem protagonistas em um ambiente de dominação masculina, apontando o conhecimento das correntes do feminismo e teorias de gênero reforçadas na pedagogia do feminino, que também se identifica na educação como instrumento fundamental, alinhada aos temas geradores encontrados em Paulo Freire. Segundo a autora, isso torna possível a discussão da concepção de gênero, concluindo que as lideranças não estão mais nas mãos dos homens e que as mulheres estão mudando a cultura tradicional (SILVA, 2016).

É possível reforçar esse entendimento em Beauvoir (1970, p. 74):

A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública. A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não fôr mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante.

Trata-se de uma ação política que inclua a mulher na posição de igual, para que assim ela possa ser a própria protagonista da sua luta. Entretanto, mesmo reconhecendo que estas políticas são resultado das lutas das mulheres para que tenham por si a liberdade e seus direitos garantidos e respeitados, a ampliação das políticas podem não ser o suficiente para assegurar os direitos das mulheres, mas mesmo assim é o primeiro passo para que elas sejam efetivadas na prática e, no entanto, é preciso pensar em como estão as mulheres que se posicionam nas lideranças perante os desafios que ao homem não seriam impostos, além de que, o

termo “igualdade” não necessariamente se limita aos direitos sociais e humanos, pois é preciso considerar as concepções biológicas dos seres.

Nesta mesma discussão sobre o protagonismo e a inserção da mulher nas frentes de luta nos movimentos sociais do campo, o estudo de Amaral (2019) discute sobre o trabalho da mulher na agroecologia, no assentamento Contestado, Lapa-PR. A autora trabalha com história de vida, o protagonismo das mulheres camponesas em seu lugar de luta e o território de disputa do desenvolvimento da agroecologia no campo, a partir das categorias analíticas do trabalho como princípio educativo. Esse assentamento é referência em agroecologia, por sua definição política, sua organização, suas mediações com pesquisas acadêmicas e pelo comprometimento com um outro projeto de sociedade.

Nessa pesquisa (AMARAL, 2019), marxismo e feminismo se conectam, pois são mulheres revolucionárias que se assumem feministas no MST e pautam, em grande medida, discussões teóricas que evidenciam a luta de classes, a relação do trabalho com questões de gênero e leituras marxistas. Além de destacar o protagonismo das mulheres em um território de disputa com a influência do feminismo decolonial, que se configura na organização do trabalho das mulheres sem os padrões europeus globalizados, em que as questões de gênero e agroecologia estão próximas no sentido de construção coletiva, a partir da participação das mulheres nas atividades agrícolas no roçado, que fortalecem e ajudam a construir histórias de vidas e dar continuidade na luta contra o patriarcado.

O texto conclui com a importância do trabalho feminino na agroecologia, porém, é apresentada a dificuldade que as mulheres têm de serem reconhecidas como parte fundamental desse processo, pois há a divisão sexual do trabalho, em que quem faz a parte da comercialização dos produtos sempre é um representante masculino.

Essas relações de gênero e trabalho são discutidas no estudo de Pires (2005), no assentamento Sepé Tiaraju. O autor apresenta a interface dos Sem-Terra na divisão sexual do trabalho, apontando a articulação entre a relação de gênero e a relação de trabalho. Nesta visão, a pretensão do autor foi olhar para o trabalho realizado dentro do assentamento e nas famílias, dando voz às mulheres, pois são elas que se dividem entre o trabalho coletivo com a terra e as obrigações domésticas.

Nessa organização, há conflitos de gênero, em que se perguntam: por que há a divisão entre o trabalho coletivo e o trabalho doméstico? Afinal, a mulher é atuante

nas duas organizações. Nesse caso, o autor aponta que as relações de gênero são produtos das relações humanas nos processos de produção da vida (PIRES, 2005).

Ainda no que se refere ao trabalho do homem e da mulher no campo, é visível que a mulher é a responsável pelas atividades domésticas, ainda que essas atividades sejam responsabilidade do ser humano enquanto pessoa, independentemente do gênero, mas é evidente que acaba sendo individualizado pelas mulheres. O autor finaliza mencionando a questão da organização desse trabalho, a qual só se daria a partir da igualdade e da solidariedade, o que ainda não se configura nas relações de gênero, tampouco nas relações de trabalho (PIRES, 2005)..

Faccin (2016) elaborou um trabalho com mulheres camponesas, com o objetivo de entender as relações de gênero a partir das próprias mulheres, que estão inseridas em um contexto em que o seu trabalho é inferiorizado, ao passo que os homens ocupam o lugar de liderança. Essas mulheres não reconhecem a importância das atividades que desenvolvem fora de casa, pois, sendo membros da agricultura familiar, identificam-se como ajudante de seus maridos.

A naturalização da divisão sexual do trabalho faz com que não exista a participação feminina nos espaços da tomada de decisões, frente a uma esfera social que define o homem como o locutor, e acaba não reconhecendo que a mulher também é uma agente no movimento de trabalho e luta.

As mulheres inseridas nos dois modelos de trabalho reconhecem que muitas vezes são as que mais trabalham em uma determinada atividade, percebem que estão inseridas em condições de trabalho mais desgastantes, sentem as dificuldades para conciliar o trabalho agrícola e o doméstico e alegam que ocuparam alguns espaços por iniciativas próprias. (FACCIN, 2016, p. 113).

Ao evidenciarem e descortinarem a desigualdade, segundo Faccin (2016), as mulheres compreendem o gênero como uma construção social a partir dos significados das relações de poder expressadas na desigualdade perante o trabalho agrícola, que é naturalizado na ideia de que o homem é o responsável e a mulher sua ajudante, mesmo exercendo a mesma função. Não há conclusão, a discussão de relações de gênero é essa, e somente será possível descortinar essa realidade a partir da busca de igualdade, a partir do sonho das mulheres em se reconhecerem enquanto trabalhadoras e não apenas como ajudantes.

Guimarães (2016) escreve sobre a contribuição do movimento “Marchas das Margaridas” para mulheres que estão inseridas na divisão sexual do trabalho no

campo, referindo-se às mulheres lavradoras e produtoras rurais. Segundo a autora da pesquisa com mulheres trabalhadoras rurais do município de Porteirinha-MG:

Confirma-se, pelos relatos e modos de vida dessas mulheres, que elas nunca foram vistas e identificadas como trabalhadoras rurais, mas eram reconhecidas apenas como ajudantes do pai ou do marido, seu trabalho era invisível social e economicamente. Essas mulheres plantavam, produziam e confeccionavam produtos e artesanatos, porém o lucro das vendas era de seus pais ou maridos. (GUIMARÃES, 2016, p. 71).

Desse modo, elas vivenciam desde cedo a desigualdade entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho nunca é problematizada, pois se trata de uma questão cultural. A elas são herdados os trabalhos domésticos, mas também o trabalho na agricultura, a colaboração no sustento da família como uma obrigação. A autora finaliza com o entendimento e a contribuição do Movimento Marcha das Margaridas para as mulheres do município de Porteirinha – MG, como um pano de fundo da conquista das mulheres e das suas formações profissionais, apresentando novas visões de mundo, propondo-lhes a capacidade de se tornarem sujeitos da própria história, sob uma percepção nunca vista, e o mais importante, que é o reconhecimento delas por si mesmas.

Realizamos este debate sobre trabalhos que discutem a mulher inserida nos movimentos sociais do campo e, em se tratando da mulher do campo trabalhadora rural, inevitavelmente a divisão sexual é presente. Mesmo em espaços de lutas como o próprio MST, existe a opressão masculina, que diferencia os gêneros nas tomadas de decisões. Além disso, as mulheres camponesas identificadas como domésticas auxiliam no trabalho agrícola, submetendo-se a uma dupla jornada de trabalho, sem reconhecimento.

Certamente, essa breve análise nos guia para o entendimento de como se dão as relações do trabalho feminino no campo. Os trabalhos contribuíram para o fortalecimento da discussão do papel da mulher perante as tomadas de decisões e liderança das comunidades rurais, e mesmo expondo a realidade dos movimentos sociais, que não se compara a esta pesquisa, eles apresentam uma conexão sobre o posicionamento das mulheres em relação ao patriarcado.

1.4 AS RELAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

Nesta perspectiva, alguns trabalhos abordam as relações do trabalho feminino na agricultura, considerando as atividades que são desempenhadas por mulheres, em um meio que é predominantemente representado em estrutura patriarcal. Muitos trabalhos fazem referência à importância da mulher, do seu olhar e de seu pertencimento em determinados espaços da questão territorial aderente ao processo de industrialização, no trabalho com a agricultura e nos diversos outros campos de protagonismo do trabalho feminino.

Pereira (2016) discute a narrativa e trajetória de mulheres pescadoras, as lutas e os desafios para que estas mulheres conquistassem seu espaço em uma área que sempre foi identificada como função masculina, a pesca. Tendo estas mulheres conquistado seu lugar no cenário da pescaria, marca profundamente a divisão sexual do trabalho, pois de acordo com a autora, elas sofrem preconceitos por serem mulheres e sempre são excluídas nos processos decisórios, ainda há a falta de políticas públicas e reconhecimento deste trabalho de acordo com os autores mencionados (MOTTA-MAUÉS, 1999; WOORTMANN, 2007; GERBER, 2013).

Neste trabalho, a autora apresenta também a negligência e ausência do governo que mesmo com o crescimento da participação das mulheres pescadoras na atividade, ainda encontram precárias condições de trabalhos, lógicas sexistas e diferença salarial como uma forma de desigualdade de gênero e classe, dentro de uma organização, o Leme, que busca por meio da construção dialógica, a participação da classe trabalhadora (pescadores e pescadoras artesanais).

A autora finaliza seu trabalho com a problematização de como essa organização vem visualizando a mulher enquanto profissional, e as notícias são de que ainda que este movimento seja amparado em uma prática dialógica freiriana, existe a desigualdade e a exclusão das mulheres em relação às tomadas de decisões, por haver momentos de naturalização do patriarcado.

Essa questão sobre reconhecimento, poder decisivo e a desvalorização do trabalho feminino é muito comum em área que foi construída historicamente e socialmente determinada para um homem, e nessa função ter uma mulher realizando a atividade que seria masculina se torna algo anormal. Souza (2008) faz uma análise das situações de vida e trabalho das mulheres da área rural de Nova Hamburgo – RJ. Nesta trajetória de vida e trabalho das mulheres que se destacam na produção da fruticultura e floricultura, existe as desigualdades nas relações de gêneros, pois possuem a prática culturalmente estabelecida de entregar aos homens o controle das

atividades de produção, desde a dependência financeira para produzir até a sua comercialização, há uma dificuldade em comprovar a sua condição de trabalhadora, sem identificação e reconhecimento.

E mais uma vez citamos a divisão sexual do trabalho, que se refere a questão de gênero. Neste trabalho, a autora traz os resultados sobre como é o trabalho dessas mulheres na agricultura, que além de serem mal remuneradas e às vezes nem isso, tem problemas de saúde derivado da falta de Equipamentos de Segurança Individual (EPIs) adequado para as atividades que envolvem produtos tóxico como os agrotóxicos, e até mesmo a força física que acabam prejudicando e ultrapassando os limites da força física da mulher, e que além de trabalhar a vida toda tem muita dificuldade nos sistemas previdenciários por não possuírem carteira assinada.

Essas são algumas produções que pertencem a mulher inserida no trabalho em atividades agrícolas, que mesmo sendo invisibilidades pela naturalização do patriarcado rural, existem possíveis ações que fazem com que essas mulheres se tornem protagonistas e busquem as suas identidades como sujeitos na história. A seguir elaboramos análises de trabalhos que abordam essa questão.

1.5 A BUSCA PELO RECONHECIMENTO DE GÊNERO, O PROTAGONISMO E AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Sete trabalhos discutem a mulher trabalhadora rural, sua identidade, seu gênero e seu protagonismo em um meio que sempre teve a mulher como dona de casa, a doméstica e mãe de família. A presença da mulher trabalhadora rural é como uma “figura de desordem” como aponta Pereira (2002), ter uma mulher no contexto da agricultura familiar, uma profissional, sendo reconhecida como cidadã, parte de uma transformação que teve uma caminhada que desordenou a hegemonia masculina, pelo simples fato de participarem de um determinado espaço, antes restrito a elas.

Pereira (2002) apresenta as mulheres presidentas dos sindicatos do MSTTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), a autora escreve sobre o quanto é gratificante na luta das mulheres vê-las tomando frente de quase todos os espaços de sua comunidade. A atuação da mulher nesse meio, insere nas questões ecológicas, a preocupação com o uso do agrotóxico, moralismo e sexualidade. A busca por reconhecimento de gênero consiste na sexualidade, pois a

mulher se torna refém das questões culturais, vítimas do sistema patriarcal que impede o exercício pleno de seus direitos por limitações que são impostas a elas.

Este trabalho debate o feminismo, o que não convém aqui fazer esta discussão, apenas apontá-lo, pois teríamos que ter mais tempo e mais teorias para escrever sobre uma concepção que possui uma imensa complexidade. Segundo a autora Pereira (2002), Alves e Pitanguy (1985), feminismo é um movimento de libertação, uma recusa a opressão, uma auto-organização das mulheres e traz a discussão de que o sexo é político por apresentar relações de poder e o feminismo consegue romper essa disputa, neutralizando as esferas³.

Neste trabalho, as análises sobre a relação de poder encontrado em Week (1999), sobre o gênero e classe não podem ser confundidas e imersas apenas na sexualidade, eles também compõem etnia e raça, demonstram forças e atitudes. Por exemplo, para que uma mulher seja autônoma, ela precisa se autossustentar, dentro de uma sociedade masculina, e na maioria das vezes essa liberdade só é possível após a aposentadoria, pois o cenário cultural do poder do homem sobre a mulher é mais forte que as legislações estabelecidas (BEAUVOIR, 1980).

O trabalho de Bueno e Silva (2020) apresenta o patriarcado na agricultura familiar brasileira, as relações patriarcais, a desigual divisão sexual do trabalho e a dificuldade do acesso ao estudo e trabalho remunerado das jovens filhas de agricultores.

Na atualidade, o patriarcado ainda rege a vida das pessoas e considerando o contexto da agricultura familiar, percebemos que os homens são considerados como os principais trabalhadores, os agricultores e os chefes da família, restando às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, realizando os cuidados da família e os trabalhos não remunerados, ocupando lugares como de ajudante e/ou esposa de agricultor, mesmo desenvolvendo as mesmas ou ainda mais atividades do que os homens. (BUENO; SILVA, 2020, p. 283).

As desigualdades de gênero na estrutura das famílias brasileiras são alicerçadas numa cultura machista que prevalece e exerce o poder sobre as mulheres da casa. Neste trabalho, as autoras identificam que essa cultura faz parte da construção da história, a mulher sempre inferiorizada, como o exemplo de Eva (pecadora), Deusas (luxúria) e Bruxas. Além disso, as concepções biológicas que

³ Um rompimento do modelo da política tradicional ao mesmo que neutraliza esse espaço como uma única definição de política pública.

tornam as mulheres reféns do sexismo. Na finalização do trabalho, as autoras Bueno e Silva (2020) estabelecem relações das pesquisas acadêmicas com ações políticas sobre esse objeto de estudo e que precisam cada vez mais identificar o patriarcado que afeta a vida das mulheres, principalmente nas áreas rurais, onde há uma reprodução das divisões sociais ancoradas no machismo.

Nesta mesma discussão sobre o papel da mulher na agricultura familiar, Fernandes (2018) escreve sobre a violência simbólica, verbal e física contra mulheres, diante da invisibilidade do trabalho feminino no campo, a desigualdade, o preconceito contra o trabalho da mulher, que a considera frágil e sem aptidões para as atividades do meio rural, com a justificativa masculina de superioridade, por ter atributos biológicos de força maior do que os das mulheres.

O aumento dos casos de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, que se tem notícia, cometidos contra a mulher, são reflexos de uma estrutura machista e patriarcal que não se sustenta mais por meios ideológicos e faz uso dos diversos tipos de violências para manter o seu legado de opressão e submissão. (FERNANDES, 2018. p. 97).

Nesse estudo, a autora faz uma abordagem das suas experiências pedagógicas no curso técnico-agropecuário, apontando a educação como importante função na transformação das desigualdades de gênero e o debate sobre os diversos tipos de violências contra a mulher, que se configura como crise da saúde pública. Afinal, esses fenômenos são identificados dentro dos cursos voltados para a agropecuária, pois a mulher, tida como “fraca” e sem as aptidões físicas para funções que exigem força, também é vítima da soberania dos homens, que não aceitam que a mulher participe do trabalho feito por eles.

Para finalizar, a autora traz a importância desse debate para desenvolver uma consciência de que existe desigualdade, opressão e discriminação por parte de homens, e mesmo de mulheres, ressaltando que o machismo existe, pois os homens foram historicamente proibidos de sentirem emoções, o que dificulta o desenvolvimento individual e reforça sua superioridade sobre as mulheres.

Para Oliveira (2018), é possível reconhecer o empoderamento das mulheres nas atividades rurais, a partir do momento em que elas reconhecem o seu protagonismo. A posição da mulher dentro da agricultura familiar é motivo de debate sobre as relações de gênero das mulheres do campo, pois elas se inserem em um meio que precisam lutar para continuar e isso as empodera. “O empoderamento,

tendo sua metodologia inspirada na teoria freiriana, enaltecendo o diálogo, a troca de conhecimentos e a autonomia dos sujeitos”. (OLIVEIRA, 2018, p. 46).

Dessa forma, quando a mulher se reconhece enquanto trabalhadora rural, ela é capaz de se empoderar coletivamente e individualmente, sendo a agroecologia como uma atividade da agricultura familiar, a pesquisa da autora finaliza com a importância que essa atividade dá aos processos de empoderamento, pois se identificam não somente nas questões econômicas advinda do trabalho das mulheres, mas também no campo político, social e psicológico.

E mais uma vez identificamos nestas leituras que, a partir do trabalho nas propriedades rurais, é possível conhecer o cotidiano destas mulheres, a divisão de afazeres entre o trabalho na agricultura (cultivo de plantas para comercialização) e o trabalho doméstico (cuidar da casa, dos filhos e marido), e a criação doméstica dos animais (porcos, galinhas caipiras, codornas, etc.). Essa análise é relevante por trazer uma discussão semelhante a respeito do objeto de estudo deste trabalho, das relações de igualdade de gênero no campo, trabalho feminino rural, empoderamento, mulher na agricultura familiar e agroecologia.

Bocchini (2013), em seu trabalho de pesquisa, nos apresenta o modo de vida das mulheres que residem e dependem da localidade dos rios, onde as várzeas são a base da sobrevivência dos moradores e Santa Luzia da Ilha do Baixo, Manaus – AM, dependente do movimento das águas para a sobrevivência das famílias. A preocupação das mulheres não é com o acesso às políticas, mas, sim, com as questões que envolvem a qualidade da água, dos alimentos e da coleta de lixo.

Podemos observar que as mulheres se mostram frente às responsabilidades na administração dos recursos provenientes da natureza para o sustento da família e na prevenção sobre sua qualidade de vida, visto que são elas que se mobilizam para o preparo da alimentação e o cuidado da família e, de certa forma, estão diretamente conectadas com as questões sociais que envolvem o meio ambiente e saúde pública.

Nesta pesquisa, os elementos de sustentabilidade e qualidade de vida são preocupações das mulheres moradoras de Santa Luzia da Ilha do Baixo, e se relacionam com a questão de gênero, pois se identificam iguais aos homens por terem responsabilidades cotidianas no modo de vida que levam, e com a organização social das mulheres a partir da conexão com os rios e a vida das pessoas em coexistência. O texto finaliza com o importante trabalho das mulheres

em relação à saúde dos moradores, em questões de melhor aproveitamento dos recursos naturais e também a preservação do meio ambiente, dentro da Ilha que depende do movimento das águas para a sua sobrevivência, pois elas possuem uma visão holística sobre essa realidade, e conclui que a mulher está conectada com sustentabilidade, saúde, preservação do meio ambiente e gestora da qualidade de vida da comunidade em que vive.

O trabalho de Borzone (2018) aborda a importância da mulher na história da humanidade, pois em tempos antigos, as mulheres eram valorizadas visto que conheciam os segredos da natureza, eram as sábias sobre a lua, sol e estações. Eram elas mestres do conhecimento de germinação das plantas e tempo certo de plantar. Algumas crenças acreditam que o período menstrual de uma mulher está ligado ao ciclo lunar, que também influencia algumas culturas até hoje. Algumas representações na arqueologia de imagens da mulher grávida, nua e com os seios fartos indicam abundância, prosperidade e fertilidade, a chamam de *Vênus paleolíticas* (FERRÁNDIZ, 2011).

No seu trabalho, a autora inicia com uma visão histórica e filosófica da mulher inserida na discussão de representação social, porém não podemos negar que há episódios na história que a desconsidera, e finaliza concluindo que a cultura ocidental herdada e a influência do capitalismo são as reprodutoras da superioridade masculina, o surgimento do patriarcado está intrinsecamente ligado às lutas de classes, contemplando as desigualdades e as discriminações contra a mulher. Discutir a inserção da mulher na política, a relação dela com os demais sujeitos do ambiente e movimento da agricultura, dissertar sobre a sua força de resistência contra a hegemonia que, além de patriarcal, é também capitalista, é debate frequente neste estudo.

A autora buscou destacar as mulheres que são protagonistas nas grandes transformações do cotidiano onde estão inseridas, por meio do seu trabalho com a terra e para além dela, influenciando outras mulheres nas esferas sociais. São mulheres que resistem ao sistema capitalista patriarcal e lutam para permanecer nos seus lugares; que não se limitam às suas casas com responsabilidades domésticas, tornando-se sujeitos ativos na vida pública, recusando-se a serem oprimidas (BORZONE, 2018).

Oliveira (2018) aponta para a participação das mulheres rurais em organizações coletivas e as influências na sua identidade de gênero. Segundo o

autor, as organizações coletivas, como o MST, em que as mulheres participam como representantes, contribuem para a construção de uma identidade, pois esta é mutável e modelada, articula-se com os aspectos herdados ou adquiridos culturalmente. No entanto, visualizar uma mulher frente às tomadas de decisões é desencadear nas outras mulheres a “identidade para si”, bem como a “identidade para o outro”.

Em síntese, esses trabalhos apresentam a inserção, representação e protagonismo das mulheres no contexto rural. São realidades diversas, contudo as pesquisas apresentam recortes da realidade social das mulheres que vivem e trabalham no campo, que buscam ser reconhecidas pelo importante papel que desempenham em suas comunidades/trabalhos e serem protagonistas da sua própria história. No próximo item, discutiremos a inserção da mulher nas políticas públicas e as formas de violência.

1.6 A VIOLÊNCIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Trazemos dois trabalhos que abordam violência e políticas públicas para mulheres. Lozano (2017), em seu artigo sobre as políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, aponta que as políticas precisam incorporar os mais diversificados grupos de mulheres brasileiras que se identificam como empoderadas, fortalecendo a promoção dos direitos à terra, ao trabalho, ao crédito e à livre comercialização da organização produtiva.

Limitadas à exclusão em que o povo do campo sempre esteve diante das esferas governamentais, as mulheres trabalhadoras rurais são ainda mais invisibilizadas, por serem mulheres e por serem do campo. Outrossim, tornam-se protagonistas da sua classe, cor, raça, etnia, religião, orientação sexual e origem regional a partir do momento em que questionam a forma como as políticas públicas as têm contemplado enquanto cidadãs, e são essas as únicas diferenças que causam a discriminação, tornando-as marginalizadas e invisíveis (CREENSHAW, 2002).

A autora conclui que o pensamento feminista deve estar evidenciado nas políticas públicas, e que sem isso - mesmo que elas existam - se tornam excludentes e atendem apenas aos interesses de terceiros, que no caso se reafirmam nas exclusões das mulheres que ainda se encontram fora dessas esferas. Assim, a

discussão de gênero à parte da construção de políticas públicas só vem a naturalizar a violência contra a mulher, fato que é expresso na extinção das secretarias governamentais que tratam das diversidades (LOZANO, 2017).

A violência também é um problema de muitas mulheres, e não apenas mulheres camponesas, neste sentido, o trabalho de Franco (2018), intitulado “Será o homem a cumeeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz?”, trata da violência contra a mulher trabalhadora rural, que é obrigada a servir seu marido e muitas vezes sofre agressões físicas e verbais. Uma vez que a mulher rompe essa relação abusiva e torna-se responsável pelo seu sustento, ela se identifica como “dona do seu próprio nariz”, ao passo que

as que permanecem convivendo com os autores de violência ainda percebem seu trabalho como ‘ajuda’, pois são mulheres, a quem cabe a reprodução social, enquanto reafirmam o papel masculino de provedor, como ‘cumeeira da casa’, sem o qual a família não consegue sobreviver. (FRANCO, 2018, p. 59)

Na reflexão da autora, a sociedade impõe a ideologia de que o homem é superior à mulher, e em muitos casos reafirma a sua posição com opressões, violência e invisibilidade feminina, tornando-o agressor. As mulheres são sujeitas a limitarem suas vidas; aceitam a violência como consequência do “contrato sexual” assinado por ela no matrimônio; concordam com as relações (extraconjugais) de seus parceiros, “as negas dele”, e entendem que recebem o alimento como pagamento pelos serviços prestados ao marido. Somente a partir do momento em que a mulher se torna responsável em sustentar seus filhos, com seu trabalho, ou viver sozinha, se torna ela a “dona do seu próprio nariz”.

Neste sentido, precisamos discutir sobre esse problema no campo social, político, econômico e psicológico, visto que há um número relevante de violência contra as mulheres, muitas das quais são brutalmente assassinadas por seus companheiros. É importante realizar o debate com os trabalhos já elaborados e, neste viés, por que não colocar a discussão de gênero na educação se é ali que tudo começa?

Abordaremos, a seguir, a questão de gênero na escola a partir de alguns trabalhos que nos indicam como esse fenômeno está inserido na educação.

1.7 O ACESSO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO E A DISCUSSÃO DE GÊNERO NA ESCOLA

No que concerne à discussão sobre a escolarização das mulheres do campo e o debate sobre gênero, encontramos alguns trabalhos que nos amparam e ajudam a compreender por que é um desafio para as mulheres do campo dar continuidade aos seus estudos.

Rosa (2018) aborda a questão de gênero na divisão sexual social a partir da sua dimensão na experiência educativa, em que o ambiente familiar (homem, mulher e criança) imprime afazeres socioculturais que já estão estabelecidos. O homem responsável pelo sustento, a mulher pelas atividades doméstica e a criança diferenciada da educação para meninas e a educação para meninos, pois assumirá um papel a si imposto mais na vida adulta.

A partir disso, questiona-se acerca da educação oferecida aos povos do campo e ainda com mais fragilidades para as crianças meninas, que são projetadas para serem “mulheres do lar”, como nos apresenta Monteiro (2006), em seu trabalho *Las desigualdades de género em la educación em zona rurales*. Nele, a autora discute a evasão das meninas nas escolas localizadas nas comunidades rurais, em uma ótica latino-americana, abordando a exclusão das meninas mulheres do sistema educacional peruano, pela imposição dos afazeres domésticos que permeiam suas vidas desde cedo. Em vista disso, elas perdem a vontade de dar continuidade aos estudos e se sentem desmotivadas. “Está visto que las niñas del campo disponen de menos tiempo de vida para dedicar se a su condición de estudiantes, de allí que el atraso escolar sea determinante para sus posibilidades de permanencia enel sistema.” (MONTEIRO, 2006, p. 228). Esse fenômeno torna visível a desigualdade na escolarização das mulheres camponesas.

O trabalho de Rosa (2018), intitulado *Eu não posso brincar de boneca, boneca é coisa de menina: uma pesquisa com crianças sobre identidades de gênero na educação infantil*, trata da discussão de gênero na educação, a importância e a necessidade de ouvir e trabalhar com a criança enquanto sujeito em construção ativo e social, para identificar o quão é preciso debater as questões de gênero e romper as concepções de desigualdade social entre homens e mulheres na proporção e construção de respeito mútuo.

Entende-se que discutir questões de gênero envolve uma diversidade de temas tais como divisão sexual do trabalho, feminismos, relações de poder, direitos sociais, violência contra a mulher, entretanto, nesta dissertação, nos debruçamos sobre o tema da construção das identidades de gênero no contexto da educação [...] (ROSA, 2018, p. 77).

Neste trabalho, é possível observar que a escola é um lugar em que produzimos e adquirimos concepções sexistas e atitudes preconceituosas estabelecidas por uma sociedade que delimita e orienta quais espaços serão da menina e do menino. Precisamos considerar que as crianças não nascem com a sua identidade de gênero embutida, elas precisam ser construídas: “[...] sexualidade tem a ver com o modo como as pessoas vivem seus desejos e prazeres, tem a ver, portanto com a cultura, a sociedade, mais do que a biologia” (LOURO, 1998, p. 88). Mas essa discussão ainda é um desafio, pois as crianças sabem e compreendem quais os seus papéis dentro da sociedade, marcada por crenças e valores da masculinidade e feminilidade, pois na História a cultura define a conduta para o homem e para a mulher, e não são construídas individualmente, ela se efetiva no processo de incorporação na coletividade.

Concluimos que há uma necessidade de entender que a questão de gênero não significa acelerar o processo de crescimento da criança, nem de torná-la adulta, é preciso desvincular o gênero das diferenças biológicas e compreender as diferenças no contexto social, histórico e cultural, tornando possível as descobertas, construção e interação social.

Silva (2017) aborda sobre a infância roubada das meninas, que são inseridas precocemente na vida adulta no trabalho doméstico, sob o prisma da relação de gênero, que determina o papel da mulher adulta. Esse trabalho resiste e não é partilhado com os membros das famílias, é naturalizado, invisível e fluído. Neste trabalho, a autora aponta o trabalho doméstico como algo nebuloso, que esconde dentro de casa a desigualdade de uma sociedade de classes.

Somos, ainda silenciosos e míopes para a reprodução de classe que se desenrola dentro de nossas próprias casas, quando, na maioria dos lares abastados brasileiros, a divisão do trabalho doméstico não discutida nem sexualmente, nem geracionalmente, naturalizando o trabalho mal remunerado e mal reconhecido de outra mulher, de uma classe social subalterna. (BRITES, 2008, p. 97).

Procedemos com a discussão da escolarização da menina/mulher, que no modo de produção capitalista não é pensado para as mulheres “domésticas”, reforçando a desigualdade e a negação das políticas públicas perante o direito à educação, o qual fica prejudicado, e uma citação nos desestabiliza sobre a realidade das mulheres do campo:

Na infância elas sonharam com a escola, desejaram ir à escola, mas a maioria não conseguiu lá permanecer. Como é comum na ideologia pregada pelo capitalismo, elas enxergaram na educação escolar a tábua de salvação contra a pobreza, mas foi exatamente a pobreza que lhes roubou seu meio de salvação, a mesma pobreza que lhes roubou a infância (SOUZA, 2017, p. 111).

A preocupação com a escolaridade para a superação da pobreza nos levou a identificar no trabalho que o interesse em dar continuidade aos estudos é o sonho de muitas mulheres, mas que são interrompidos pelas mesmas condições que as fizeram sonhar; conseqüentemente, o abandono escolar se torna a opção dessas mulheres com seus sonhos roubados. Nesta conclusão, constata-se que as mulheres rurais são ainda mais excluídas do campo educacional, pois é no campo que as desigualdades sociais são mais evidenciadas.

E, por último, trazemos o trabalho de Faleiro e Farias (2017) sobre a inclusão de mulheres camponesas na universidade e a superação das relações sociais patriarcais depositada nas mulheres do campo, pois ao mesmo tempo em que faz com que as mulheres se reconheçam e se tornem protagonistas de seus papéis de universitárias, se tornam sujeitos visíveis a partir do conhecimento que vão adquirindo. E, assim, essas mulheres tomam posse de suas próprias decisões, o que contribui para o rompimento de uma ideologia cultural camponesa, que insiste em oprimi-las.

Este rompimento é também uma ação dialógica de reconhecimento como agente ativo, a percepção de si no mundo, questionar o que é “naturalizado”, ultrapassando, assim, os padrões e comportamentos estabelecidos (FREIRE, 1981).

Entendemos, então, que são diversas as possibilidades de pesquisas que se referem às mulheres que vivem e trabalham no campo, esses trabalhos reafirmam e contribuem para a ampliação da discussão do presente estudo.

1.8 SÍNTESE GERAL DOS TRABALHOS QUE DISCUTEM GÊNERO, MULHERES CAMPONESAS E EDUCAÇÃO

Este capítulo traz o levantamento de trabalhos realizado nas plataformas de bibliotecas digitais já identificadas no início do texto, sobre as publicações que concernem às mulheres que vivem e trabalham no campo, relações gênero, seu protagonismo e a educação. Neste sentido, sobre como vêm sendo retratadas estas pesquisas nos últimos tempos e, também, para alimentar a força teórica deste trabalho, pois o estado do conhecimento possibilita refletir e ampliar os objetivos de pesquisa, por meio da abrangência de temas já escritos, norteando os caminhos deste processo de investigação.

As pesquisas apresentam experiências de pesquisadores inseridos nos contextos rurais, escolares e feminino, são homens e mulheres que dedicaram parte de suas vidas para se debruçar nos estudos que tratam das esferas femininas no meio social. Na maioria das produções, 17 trabalhos, foi realizado trabalho de campo, utilizando entrevistas, questionários e narrativas com pessoas que estão inseridas no meio rural, principalmente com as mulheres. A perspectiva marxista e os estudos feministas permearam a maioria dos estudos.

São trabalhos de autores do meio acadêmico que pensam e trazem, em suas pesquisas, a discussão da mulher posicionada no sistema patriarcal, escrevendo também sobre formas de superação e empoderamento, para que elas se libertem das amarras de uma sociedade desenhada por eles. Na escrita de cada trabalho, percebemos que não há ingenuidade, são relatos e verdades obscuras diante de nossos olhos, assim entendendo quais são os reais desafios da classe de mulheres, dentro da totalidade predominantemente masculina que impõe poderes sobre elas, como apresentou as autoras Pereira, Nóbrega e Lima (2019) e Silva (2010).

Essas autoras escreveram sobre as experiências de violência reais vividas por mulheres que foram entrevistadas, e os relatos nos causam impactos tão profundos que nos alimenta a vontade de escrever sobre mulheres. Percebemos o quanto é preciso olharmos para a nossa sociedade, pois são fatos verídicos do passado que ainda predominam no presente, e não estamos inseridos em um enredo de história utópica desta realidade. As pesquisas mostraram o quão somos vulneráveis e simpatizantes com uma sociedade de supremacia masculina.

As categorias mais presentes nos trabalhos foram, primeiramente, a participação da mulher nos movimentos sociais do campo, elencando os desafios que essas mulheres enfrentam ao se tornarem – elas próprias – líderes dos movimentos de resistência que as fizeram as principais representantes das organizações de luta pelos direitos e estarem ocupando espaços que antes eram destinados aos homens.

De acordo com os trabalhos, esse fenômeno está ligado às forças externas, pois ao perceberem que as mulheres também podem tomar frente nas decisões do grupo, há uma expectativa que atinge outras mulheres, ao se reconhecerem enquanto autônomas. No entanto, compreendemos que o protagonismo das mulheres é entendido como a participação em determinados lugares, fortalecendo as identidades de outras mulheres; ainda, essas produções destacam a importância desse movimento para a superação do machismo (PÊSSOA, 2018; SILVA, 2016; AMARAL, 2019; PIRES, 2005; FACCIN, 2016; GUIMARÃES, 2016).

Outra categoria presente nas pesquisas é sobre o trabalho da mulher na agricultura familiar, apresentado como “ajuda” aos homens, em quase todos os trabalhos que tratam da mulher do campo. De acordo com as pesquisas de Pereira (2016) e Souza (2018), essa realidade é evidenciada como dominação masculina, que é imposta culturalmente às mulheres que vivem no campo, pois elas são vistas como as ajudantes dos seus maridos, irmãos ou pais. O preconceito com as diferenças físicas coloca as mulheres inferiorizadas perante os homens, mesmo que elas realizem as mesmas atividades, pois considera-se que o trabalho com a terra exige força e aptidões biológicas que as mulheres não são capazes de desenvolver.

Dessa forma, essa capacidade as exclui do modo de organização do trabalho com a desvalorização, o não reconhecimento das atividades elaboradas por elas e a não remuneração.

Outro elemento importante que as pesquisas revelam em relação ao trabalho das mulheres nas atividades agrícola é a agroecologia, na qual as mulheres se destacam na produção de produtos sem agrotóxicos, ainda se afirmam as responsabilidades das mulheres com o meio ambiente, a qualidade da vida e a sustentabilidade (PEREIRA, 2016; SOUZA, 2008).

Os trabalhos, de forma geral, apresentam o reconhecimento das mulheres, que podem ser definidas como protagonistas, a partir do envolvimento e engajamento das que não aceitam mais serem vistas apenas como esposas e mães dos lares. Referem-se também às questões de políticas públicas que vêm sendo questionadas por elas,

principalmente aquelas que estão inseridas nos movimentos sociais, que problematizam por que razão as políticas ainda são frágeis quando se referem às mulheres do campo. Nesse meio, a educação como uma prática fundamental no debate sobre gênero, pois a partir dela é possível enfrentar o sistema de desigualdade sexual, visto que não se trata das diferenças biológicas, mas, sim, de um contexto social, cultural e histórico (PEREIRA, 2002; BUENO; SILVA, 2005; FERNANDES, 2018; OLIVEIRA, 2018; BOCCHINI, 2013; BORZONE, 2019; LOZANO, 2017; FRANCO, 2018).

De modo geral, os estudos abordam gênero como uma condição política, não limitada às diferenças biológicas dos seres, mas um fenômeno social presente nas relações de poder. Segundo Louro (1998), a sexualidade e o sexo são coisas diferentes e, nesse sentido, entendemos que gênero é construído a partir destas características, mas contempla a construção histórica e social do indivíduo.

Além disso, numa perspectiva de comparação, todos os trabalhos possuem em comum a mulher que vive e trabalha no campo, as suas relações com a família, trabalho e educação. A partir dessas pesquisas, podemos entender que sujeito social buscamos conhecer, que tipo de vida essas mulheres levam para que tenhamos possibilidades de argumentação, como é exposto nos trabalhos elencados, que procuraram trazer aspectos reais da vida da mulher do campo e suas relações.

E, por fim, a educação como um importante instrumento para mediar e problematizar as relações patriarcais, visto que o reflexo de uma sociedade culturalmente machista se apresenta na escola, conforme o trabalho de Souza (2018), que aponta a questão da infância diferenciada, que se define em meninos que brincam de carrinho e meninas de boneca.

Neste sentido, identificamos o papel da mulher nos mais variados meios coletivos, seu engajamento na luta pela terra, trabalho, cidadania e igualdade de gênero. Os desafios no contexto do trabalho, de se autoconsiderar, é um elemento importante de uma determinada corporação, o reconhecimento enquanto mulher, trabalhadora, sujeito e cidadã. Ainda, ser protagonista de sua própria história, mesmo estando inserida em um ambiente predominantemente masculino como o rural, ter força e voz para não se calar e lutar para ocupar o seu lugar que é digno de sua capacidade.

No entanto, percebemos os desafios destas mulheres, que, inseridas numa sociedade patriarcal, se veem como meras figuras sociais, com suas atribuições já

estabelecidas historicamente. Ser mulher é ter seu destino definido em ações e modo de vida a ser seguido na educação, família, cultura e trabalho, limitada a uma escolarização rasa, trabalho precarizado, invisibilizada nas políticas públicas, além de vítima da violência verbal, física, social, emocional e sexual.

Neste cenário, notamos as lacunas na produção acadêmica a respeito da visibilidade da mulher do campo, trabalhadora rural, pois praticamente em todos os trabalhos a discussão é sobre a mulher rural e seu protagonismo social de resistência, bem como a predominância do patriarcado, que insiste na reprodução social de desigualdade de gênero. As pesquisas mostram a realidade da mulher que vive no campo, a opressão machista e seus desafios ao lutar por sua liberdade, porém não há debate sobre a discussão de gênero entre estas mulheres, o que elas pensam sobre si mesmas, e qual é o papel da educação, tampouco que tipo de educação é oferecida para as mulheres do campo.

Neste sentido, nos perguntamos:

- O que pensam essas mulheres que vivem no campo em relação ao debate sobre gênero?
- Como elas percebem a vida e seu modo de viver na comunidade rural?
- Em qual educação elas se afirmam?

As pesquisas até aqui nos mostram um caminho e abrem janelas para novas discussões. São trabalhos que perpassam nosso entendimento sobre gênero, amadurecendo o objeto que pretendemos apresentar.

Buscamos analisar, neste texto, os principais trabalhos que investigam o objeto de estudo desta pesquisa e de que forma os pesquisadores chegaram à determinada conclusão, qual o caminho por eles percorrido a partir desta amostra de trabalhos que, numa perspectiva teórico-epistemológica, envolveu aspectos relevantes à forma de teorias que têm sido utilizadas por outros pesquisadores.

A mensagem deste capítulo é ampliar o conhecimento e amadurecer o objeto de pesquisa, que é a mulher que vive e trabalha no campo. As discussões dos autores fortaleceram o empenho para a busca de novas teorias, sem deixarmos de lado o que já temos sobre determinado assunto, baseando nossas perspectivas em critérios científicos de objetividade, verificação e adequação que possam contribuir.

Por fim, a leitura e a análise dos textos selecionados, a partir dos descritores e a relevância para a temática desta pesquisa, consistem na verificação da produção do conhecimento até aqui, que discute a mulher do campo que trabalha e vive em

uma comunidade rural. Assim entendemos os desafios, lacunas nas esferas científica de pesquisa, que reflete e discute os autores a respeito das mulheres e suas representações sociais.

Notamos que as produções dão ênfase ao papel da mulher na sociedade, e a partir daqui, temos a responsabilidade de continuar esse movimento de falar da mulher e inseri-la no debate científico. Precisamos fortalecer essa temática para que alcance cada vez mais pessoas envolvidas no engajamento que problematiza a organização social machista, sexista, racista e homofóbica.

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA DO GÊNERO CONSTRUÍDA A PARTIR DO MOVIMENTO FEMINISTA E O “SER” MULHER NA SOCIEDADE

Neste capítulo, será realizada uma discussão sobre as relações e as percepções de caráter etimológico do conceito de gênero em conexão com a temática desta pesquisa, cujo intuito é discutir a mulher do campo e sua realidade de vida em relação à educação e perspectiva de mundo. De acordo com nossos estudos até o momento, há elementos que conceituam uma série de marcas empíricas de investigações presentes na busca do objeto de estudo de cada pesquisador que se debruça nas análises e reanálises para fazer ciência.

Desta maneira, a pesquisa, quando é relacionada ao contexto e aos projetos sociais, se torna ação política, pois aqui utilizam-se as necessidades da população, o que compreende as mulheres da comunidade rural Passo do Barro, objetivando identificar seus princípios para analisá-los e sintetizá-los com todos envolvidos.

Não há um modelo a ser seguido, tampouco normativas, ou seja, trata-se de um instrumento dentro da ação social popular. Dentre os saberes e a rigorosidade científica, esta pesquisa se torna uma prática educativa na perspectiva da formação humana e compõe o conjunto de estudos feministas sobre gênero, fruto das reflexões sobre a vida e história da mulher que vive no campo.

Os estudos teóricos que subsidiam o entendimento deste conceito são compostos por leituras das obras das autoras que investigam a existência da mulher no mundo a partir dos determinantes sociais, entre elas, seus distanciamentos e suas aproximações. Autoras como Federici (2017; 2019), Scott (1989), Davis (1981), hooks (2013; 2018; 2020), entre outros importantes pesquisadores que tanto contribuem para entendermos as bases teóricas no que concerne à discussão de gênero, como a abordagem da teoria do estudo sobre a mulher.

A escolha de partir destas obras se deu ao grande interesse de escrever sobre as mulheres do campo e sua representatividade social no meio rural onde vivem, tendo como base as profundas concepções da sociedade patriarcal sobre a posição da mulher, destacando-se as transformações sociais e os conhecimentos adquiridos mediante o estudo e a compreensão deste fenômeno. Além disso, apresentar como podemos fazer deste conhecimento a discussão social nos processos desta pesquisa, a partir da realidade das mulheres que são aqui protagonizadas.

Há aspectos importantes sobre o debate do sexismo, sistema patriarcal e gênero no campo da pesquisa em educação, pois educação não se limita à escola, de acordo com Gadotti (1984, p. 26): “A educação é antes de mais nada, ação, práxis, decisão. Assim falar ‘sobre’ a educação sem esse pressuposto é trair a própria natureza da educação”.

Ao nos depararmos com as desigualdades de gênero existentes no cotidiano, perguntamos: é possível dialogar sobre isso em uma sociedade historicamente e culturalmente já estabelecida na dominação masculina? Nesta perspectiva, entendemos que, a partir do diálogo, podemos criar possibilidades para resolução de problemas. Não somos meros atuantes sociais, precisamos desconfigurar o mundo.

Ao nos aproximarmos dessas mulheres, foi possível conscientizar a totalidade e a representação social de um grupo e aprender com as experiências a partir da sua “abertura às múltiplas dimensões do real; ao mundo humano, mundo do trabalho, do lazer, da arte, da ciência, da família, da religião, da política, da cultura” (PEIXOTO, 2011, p. 157).

O fenômeno principal desta abordagem se configura na vida humana fragilizada, oprimida e invisível em suas particularidades e interesses, mas que pode potencializar sua cidadania a partir do diálogo e compreensão de seu papel social, vislumbrando um mundo possível de ser vivido, onde a sua representação é importante e necessária. Com essa visão, temos como referência o fenômeno dialógico educativo freiriano.

Com isso, pretendemos relacionar o conceito de gênero com as bases do pensamento histórico que contribuem para a compreensão da discussão da mulher na sociedade, em função da mulher camponesa e trabalhadora rural, dentro de uma pesquisa em educação. O protagonismo do movimento feminista assemelha-se com um movimento popular, identificado como “círculos da cultura”, que “de acordo com a pedagogia da liberdade, preparar para a democracia não pode significar somente converter o analfabeto em leitor, precisa dar possibilidades de escolher o seu próprio caminho” (FREIRE, 1975, p.21). Aqui cabe identificar a visão de mundo a partir da práxis humana, como uma posição etimológica crítica de humanização em uma utopia.

De acordo com o Dicionário Crítico do Feminismo (HIRATA et al., 2009), o gênero é uma evolução do conhecimento formado a partir da existência distinta de masculino e feminino na sociedade, e é a maior comprovação científica da história,

sendo essa ciência sempre empreendida por homens. As definições nesse campo de pesquisa assumem noções neutras, objetivas, racionais e universais, alinhadas na percepção de mundo de seus articuladores: “homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes.” (HIRATA et al., 2009, p. 40).

A partir disso, para se ocupar da categoria de gênero como uma construção social em uma aquisição masculina e feminina, parte-se de um princípio de que os homens e as mulheres não entendem o gênero de maneira mecânica, mas que seus objetivos e expectativas em conflitos com a diferença dos sexos.

No Dicionário de Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis (2022), o conceito de gênero significa uma ordem que abrange todas as propriedades e definições em comum de determinado grupo, classe e objeto. No Dicionário Aurélio Buarque de Holanda (1975, p. 230): “Gênero: categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro”.

Resumindo o que as identificações, significados e definições de gênero trazem, entendemos que se trata de um conceito amplo, que abrange uma categoria distinta e que representa uma classe de seres vivos. Precisamos intensificar essas amostras em fontes teóricas a partir de leituras que possam situar os conceitos de forma social e interativa com as nossas análises, e entendermos que o gênero é mais que uma construção social.

2.1 O CONCEITO DE GÊNERO NAS DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE JOAN SCOTT (1989), ANGELA DAVIS (1981), SILVIA FEDERICI (2017; 2019) E BELL HOOKS (2013; 2018; 2020)

O gênero é identificado usualmente nas relações gramaticais das palavras, evocando traços sexuais, mas a partir dos estudos feministas que trabalhamos neste texto, o termo tem sido entendido num sentido mais literal ao se referir a uma organização social da sociedade a partir das relações sociais entre os sexos.

A gramática classifica os fenômenos em um acordo social, agrupamentos e categorias e, segundo Scott (1989, p.3), “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado”. Para a autora, não há clareza do conceito originário de gênero, sendo que se torna uma simples referência descritiva e não consegue explicar a desigualdade entre os sexos e não é o suficiente para mostrar que as

mulheres tiveram uma história e contribuições importantes para as mudanças políticas e sociais nas civilizações ocidentais e orientais. (SCOTT, 1989).

Assim, o gênero não é apenas uma separação entre homem e mulher, mas compreende relações que indicam construções sociais e se tornam produto social do capitalismo, que interage com o patriarcado, sob uma lógica de opressão masculina. Para Scott (1989), o gênero precisa ser compreendido como um conjunto teórico:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p. 21).

Na perspectiva da autora, o gênero não se define apenas nas diferenças sexuais e biológicas, mas se identifica nas relações de poder, ou seja, a simbologia é uma forma de identificação de gênero mulher, a exemplo de Maria e Eva como símbolo do cristianismo ocidental, que, ao mesmo tempo que é a luz e santidade, é corrupção e pecado. A mulher se torna representante cultural de uma tradição que define qual a sua posição na sociedade (SCOTT, 1989).

Precisamos compreender o gênero de maneira mais ampla, não limitado às condições culturais, sexuais, familiares e domésticas, mas também incluir no mercado moderno, que, segundo Scott (1989), é a inserção da mulher no mercado de trabalho, na educação e na política, reestruturando e redefinindo em conjunção da igualdade política e social que não considere apenas o sexo, mas também classe e raça.

A partir das leituras de Federici (2017; 2019), Davis (1981), Scott (1989) e hooks (2018; 2020), encontramos pensamentos que, ao mesmo tempo que se limitam, se completam na compreensão do termo gênero. Federici (2017) identifica a história da mulher na Idade Média, a representação dela durante a transição do feudalismo para o capitalismo, a mudança social que deu subsídios ao patriarcado, e, de acordo com a autora, essa mudança econômico-social da época intensificou a opressão dos homens sobre as mulheres.

Podemos inferir que o capitalismo contribuiu para o fortalecimento da instituição do patriarcado que já existia na sociedade feudal, a partir da disputa de poder que antes era controlado pelos senhores feudais, agora por homens e o Estado,

que almejavam acumulação por meio da exploração dos camponeses, os quais passaram a ser a classe trabalhadora.

Para Federici (2017), na nova organização econômica as mulheres eram exploradas a partir da reprodução da vida, a maternidade, seu corpo passou a ser propriedade do Estado, e não tinham liberdade de escolhas diante das regras impostas. O controle sobre elas com o movimento de “caça às bruxas”, a repressão de qualquer ato que fosse considerado imoral, dava aos homens o direito de exterminar qualquer força que fosse contra os princípios da nova economia moderna. Entre eles, estavam os domínios que as mulheres tinham sobre os conhecimentos da natureza e por serem as responsáveis na reprodução da vida, fenômenos que deveriam ser controlados pelo Estado e não pelas mulheres.

A caça às bruxas ainda permeia os dias de hoje, principalmente em lugares que possuem maior concentração de riquezas naturais, pois essa perseguição às mulheres não se trata apenas de gênero, mas, sim, de todas as formas de exercer poder (FEDERICI, 2019).

Federici (2017), na obra *O Calibã e a bruxa*, desenvolveu a história de como era ser uma mulher no período medieval, e em consequência da transição do feudalismo para o capitalismo no século XIV, a mulher passou a ser alvo de desigualdades que estão presentes em nossas vidas até hoje. A exploração das mulheres se intensificou em meio a essa transição econômica, a acumulação de bens veio junto com a exploração feminina, e sobre os estudos do capitalismo, Federici (2017, p. 15) aborda que:

Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho.

Esse novo modelo econômico tornava as mulheres ainda mais subalternizadas perante os homens, e o controle sobre elas era uma forma de expressar domínio. Para o capitalismo, o gênero é uma identidade sexual que se torna uma específica função do trabalho e das relações de poder, e não deveria ser entendido como uma identidade puramente cultural (FEDERICI, 2017). Assim sendo, o capitalismo conseguiu implantar um modelo de sociedade que tornou a mulher vulnerável em relação ao homem a partir do trabalho, o gênero não precisava ser levado em consideração nas

lutas de classes. A preocupação estava mais voltada à produção do que com as mulheres, tendo sido “estabelecido que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens — excessivamente emocionais e luxuriosas, incapazes de se governar — e tinham que ser colocadas sob o controle masculino” (FEDERICI, 2019, p. 202).

Nessa sociedade, fortaleceu-se uma nova ordem patriarcal, que buscava regular as relações de gênero e de propriedades, cujo objetivo principal era manter o *status quo*, por isso o gênero era menos importante, e eram as mulheres as principais vítimas, por serem mais fáceis de controlar. A dominação do corpo da mulher era um instrumento para engrandecer o poder patriarcal que se formava a partir da exploração, por parte masculina, que estava ganhando força. Estupro, maus-tratos, diversos tipos de violência e “a imposição da beleza como uma condição de aceitação social constitui uma imensa contribuição ao discurso sobre o corpo em nossos tempos” (FEDERICI, 2017, p. 18). Isso revela o quanto as mulheres estão diretamente expostas e precisam estar continuamente em alerta:

na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 18)

Fica evidente que o sistema capitalista funciona a partir da vida subordinada e com o uso exacerbado de violência, e a mulher é transformada em mero ventre da força de trabalho, na medida em que se torna produtora e reprodutora da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho, que são os seus filhos, além do trabalho não remunerado no lar, tornando-se o pilar sobre o qual se reproduz a exploração capitalista.

Durante o período de transição do feudalismo para o capitalismo, nos séculos XV e XVI, houve resistência dos camponeses contra o novo sistema que surgia, a oposição das novas ordens uniam mulheres e homens, pois no feudalismo as mulheres não tinham direito à terra, elas eram propriedade dos senhores feudais, assim como tudo que existia “Era o senhor que mandava no trabalho e nas relações sociais das mulheres, e decidia, por exemplo, se uma viúva deveria se casar novamente e quem deveria ser seu esposo” (FEDERICI, 2017, p. 28). Entretanto, as mulheres eram reconhecidas enquanto usuárias da terra em que trabalhava com seu

marido, a divisão sexual do trabalho era baseada na subsistência e não no acúmulo de bens como passou a ser no capitalismo.

No século XVI, as mulheres perderam seu acesso à terra e não tinham mais a proteção dos senhores feudais, e como consequência disso foram forçadas à migração para as cidades, dando início ao êxodo rural. Viviam em situações de extrema pobreza e eram obrigadas a trabalhar nas ruas com vendas ilegais e prostituição, por dinheiro. Nesse momento, as violências contra as mulheres se intensificaram, e o estupro sem julgamento fez de suas vidas um inferno, segundo a autora Federici (2017, p. 54):

Uma vez estupradas, não era fácil recuperar seu lugar na sociedade. Com a reputação destruída, tinham que abandonar a cidade ou se dedicar à prostituição [...] Porém, elas não eram as únicas que sofriam. A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe.

As atividades de estupro eram concedidas inclusive pela Igreja, que entendia como a cura para as práticas sexuais dos hereges (homossexuais, praticantes de sexo anal, e usuário dos métodos contraceptivos que na época eram ervas), além disso, era considerado um bem para as famílias, pois os maridos aliviariam seus desejos fora do casamento.

No campo, as terras foram organizadas em cercamentos, já não era mais para o uso de todos, e a resistência dos camponeses perdiam forças, as mulheres também estavam presentes nos motins, pois as terras as interessavam tanto quanto os homens.

As mulheres também se viram prejudicadas pelos cercamentos, porque assim que a terra foi privatizada e as relações monetárias começaram a dominar a vida econômica, elas passaram a encontrar dificuldades maiores do que as dos homens para se sustentar, tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado. (FEDERICI, 2017, p. 74).

No capitalismo, a terra estava livre para ser explorada e funcionar como meio de acumulação, ao passo que os trabalhadores camponeses já não tinham relação com a subsistência, eram servos da economia monetária, as mulheres estavam despossuídas como os homens, mas diferente deles, elas integravam a classe proletária, sem salários, e passaram a ser controladas pelos homens a partir da produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho com a natalidade.

Para Federici (2017, p, 75), entretanto, não há dúvida de que, na “transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então”, tornando essas mulheres trabalhadoras invisíveis e forçadas a pobreza, dependentes econômicas dos homens, perdendo todo o terreno da sua vida social, esse fenômeno reitera a misoginia que permeia nas relações entre homens e mulheres até hoje.

Naquele momento de transição econômica na Europa, no mesmo período da pós Peste Negra, de acordo com Federici (2017), diante da baixa demografia oriunda das mortes da população da Europa e outras questões sociais de adoecimento o Estado começa a culpar as mulheres de bruxarias e dá início a caça às bruxas, pois se acreditava que as mulheres que se negavam a terem filhos e que praticavam sexo sem concepção, ou seja, práticas sexuais sem gravidez, eram bruxas e precisavam ser contidas. A partir disso, até as mulheres que não eram perseguidas começaram a ser controladas por agentes do Estado que eram homens, a autora diz sobre a presença dos homens nas salas de parto para se certificar que as mulheres não matariam as crianças, e em alguns lugares as parteiras eram espiãs do Estado.

Se no feudalismo as mulheres faziam o uso de ervas medicinais para a realização do aborto e as questões sobre o parto não eram discutidas “a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.” (FEDERICI, 2017, p. 91).

Ao discutir a acumulação primitiva, o marxismo não considerou que a procriação seria uma exploração, e a recusa era uma luta de classe que neutraliza o gênero, a partir do entendimento de que o trabalho da mulher nunca foi valorizado e considerado não trabalho. Além disso, havia o artesanato que era feito pelas mulheres em casa, a partir do contrato sexual nas relações familiares, forjando uma divisão sexual do trabalho que fortalecia a nova ordem patriarcal, em que “as mulheres em termos - mães, esposas, filhas, viúvas - que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos.” (FEDERICI, 2017, p. 97).

Com relação ao trabalho, as mulheres passaram de produtoras a propriedades, as que mais se aproximaram da condição de escravos, sem direito a salários, pois esse era apenas para os homens que apesar de também serem explorados, ainda

podiam ser beneficiados com o rendimento de suas esposas e comprar os serviços das prostitutas. A subordinação aos homens e a divisão sexual do trabalho deixavam nada às mulheres, restando apenas a honra e suplicavam aos homens para que eles não as tirassem, pois os homens tinham o poder de destruir a mulher se simplesmente a declarasse publicamente como uma prostituta “já que suas vidas estavam agora nas mãos dos homens, que, como os senhores feudais, podiam exercer sobre elas um poder de vida ou morte”. (FEDERICI, 2017, p. 198).

O período da transição do feudalismo para o capitalismo marca a desvalorização da mulher em todas as partes da sua vida, como se fossem infantilizadas, as mulheres representavam uma ameaça para o novo modelo econômico que surgia, e nada poderia intervir no poder que passou a ser do Estado, e como havia apenas homens no poder, a mulher deveria ser contida a todo custo.

De acordo com Federici (2017), o capitalismo fortalece a opressão masculina e principalmente a partir da caça às bruxas, que assassinava mulheres acusadas de bruxarias, canibalismo e práticas sexuais não conceptivas, pois não era apenas sobre superioridade masculina ou sexismo, mas formas de exercer o poder do Estado, eliminando o que e quem não seguissem as normas estabelecidas, e no caso as mulheres bruxas que se opunham a não maternidade e eram conhecedoras dos segredos da natureza.

O controle da natureza deveria ser apenas de um, no caso, do Estado, e a caça às bruxas foi, na verdade, uma luta de classes, um crime feminino, a destruição do poder social das mulheres, uma justificativa do poder dos homens sobre as mulheres, a partir da sexualidade feminina como fonte de todo mal.

A negritude também era um problema para a supremacia masculina e branca e, como se não bastasse, existia ainda a preocupação com a sexualidade dos homens negros. Acreditava-se que os homens negros tinham uma maior potência sexual do que os brancos, por serem mais próximos da natureza e não terem responsabilidades com o controle e o raciocínio, pois eram escravizados. Por isso, a sexualidade feminina era associada aos negros e o que correspondia a essa relação era a divisão internacional do trabalho, com o tráfico de escravos na colonização da América e a caça às bruxas na Europa, em que se exploravam os homens negros e as mulheres, com a justificativa de serem bruxas e demônios (FEDERICI, 2017, p. 400).

A definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa — assim como das mulheres e dos homens nas colônias — do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração.

A obra mais recente de Federici (2019), intitulada *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*, identifica que o movimento de caça às bruxas foi um processo que abriu caminho para o capitalismo, no sentido de institucionalizar uma nova ordem social, e não estava apenas eliminando bruxas, mas uma prática comunal, relações de poder sobre os corpos e de domínio da natureza, que naquele momento era uma ameaça e um temor de dar poder às mulheres: “as mulheres foram acusadas de bruxaria porque a reestruturação da Europa rural no início do capitalismo destruiu seus meios de sobrevivência e a base de seu poder social” (FEDERICI, 2019, p. 62).

A perseguição às mulheres não era apenas por poder, mas também justificada pela religião e misoginia, as quais ajudam a compreender, nos dias de hoje, quais as causas das perseguições, representada nas atuais ocasiões de violência contra a mulher na sociedade capitalista. É necessário entender por que o caça às bruxas foi um movimento que precisa ser lembrado quando se fala de mulheres.

Federici (2019, p.40) deixa explícito quando se refere:

a caça às bruxas se coloca na encruzilhada de um aglomerado de processos sociais que prepararam o caminho para o surgimento do mundo capitalista moderno, [havendo] [...] muito a ser aprendido a partir da caça às bruxas no que diz respeito às precondições para o salto capitalista.

Nesta perspectiva, entende-se que o caça às bruxas era naquele momento o fim de uma sociedade comunal e o surgimento da acumulação do capital. Não era apenas a eliminação da acusada, era a prevenção da investida de contra a propriedade privada, a crença de poderes que acreditavam que elas não poderiam controlar e o repúdio ao desvio sexual que era uma das maiores ameaça aos homens.

O medo das mulheres era uma ameaça aos capitalistas, um perigo social e uma indisciplina no trabalho, um obstáculo na formação da hierarquia, no poder sobre as outras pessoas e a manutenção das relações de classes, “a bruxa foi a comunista e a terrorista da sua época, quando foi necessário um mecanismo civilizador para produzir uma nova sexualidade e uma nova divisão sexual do trabalho.” (FEDERICI, 2019, p. 72).

A sexualidade feminina também era uma ameaça ao trabalho e às relações de classes, porque as mulheres representam noções não comerciais e resistentes a desapropriação, de segurança e de facilidade de adaptação que poderiam causar uma crise no processo de reprodução social, sendo assim, nasce o ideal de mulher aceito no novo modelo econômico, que só seria possível a partir do controle delas, e tornar-se, “a feminilidade assexuada, obediente, submissa, resignada à subordinação ao mundo masculino, aceitando como natural o confinamento a uma esfera de atividades que foram completamente depreciadas no capitalismo” (FEDERICI, 2019, p. 71).

A imagem da mulher bruxa - eram assim vistas se não controladas pelo Estado - ocasionaram a domesticação feminina, que só foi possível a partir da acusação das mulheres e a necessidade de contê-las. A perseguição às mulheres teve continuidade no que atualmente chamamos de feminicídio, a globalização e a violência contra a mulher impactam o desenvolvimento econômico-social, pois é considerado um aspecto natural na estrutura familiar e de gênero, mesmo nos dias de hoje, de acordo com a autora:

estamos assistindo a uma escalada da violência contra as mulheres, especialmente afrodescendentes e indígenas nativas, porque a ‘globalização’ é um processo político de recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano, e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres que são diretamente responsáveis pela reprodução de suas comunidades. [...] A violência contra as mulheres [é] [...] mais intensa naquelas partes do mundo mais ricas [...] em recursos naturais, [...] onde a luta anticolonial tem sido mais forte. Maltratar as mulheres é útil para os ‘novos cercamentos’. (FEDERICI, 2019, p. 94).

A partir disso, entendemos que a perseguição, violência e exploração das mulheres na atualidade são reações da reestruturação neoliberal, resultado das relações trabalhistas que reforçam a lógica dominante do homem, branco e dono dos meios de produção, a partir da necessidade de poder e acumulação capitalista. Une-se na necessidade de haver uma estrutura social de hierarquia que determine e posicione o homem no centro do controle, assim, ele pode exercer domínio na política social e econômica sem prejuízos a partir da autoridade patriarcal.

Isso responde ao ressurgimento do novo “caça às bruxas”, como visualiza Federici (2019, p. 138):

Essa forma de perseguição não está mais relacionada a um momento histórico específico. Ela adquiriu vida própria, de modo que os mesmos

mecanismos de agora podem ser usados em sociedades diversas, quando nelas houver pessoas que precisam ser ostracizadas e desumanizadas.

O pensamento da autora reflete na organização capitalista em que vivemos, é como se todo o processo histórico de dominação que vem desde o feudalismo até a sua transição para o capitalismo ainda esteja acontecendo intrinsecamente na atual sociedade. Isso se dá pela forma como a exploração sempre encontra um meio de coexistência com os fenômenos sociais, independentemente de classe ou gênero. Nesse caso, a mulher, que desde a Antiguidade foi alvo de perseguição, discriminação e violência, sendo a mais atacada e ameaçada, precisa estar o tempo todo vigilante diante das novas roupagens do “caça às bruxas”.

A ciência deste fenômeno é baseada nos movimentos feministas, com o objetivo de conter essas reconfigurações e o retorno de caça às bruxas, com resistência e diálogos. As configurações políticas de diferentes épocas, desde a transição do feudalismo para o capitalismo, o cercamento de terras, as novas configurações sociais e políticas, implicam e refletem nos fenômenos atuais e provocam a resistência das mulheres a inúmeras formas de perseguições, que encontram nos movimentos feministas modos de prevenir novos contornos.

2.2 AS MULHERES E AS CLASSES

Neste mesmo direcionamento sobre a sexualidade feminina em diferentes períodos, encontramos na obra de Davis (1981) o que aconteceu com as mulheres dois séculos depois, em outro momento crítico da história, a escravidão. Na obra *Mulheres, raça e classe*, a autora aponta sobre o envolvimento das mulheres no movimento abolicionista, durante os séculos XVI e XVIII, período em que as mulheres já somavam participação nas ações antiescravagistas, “tanto para os termos numéricos quanto por sua competência na defesa da causa das pessoas escravas” (DAVIS, 1981, p. 50), além de estarem em apoio à libertação dos escravos, em 1830.

Com os primeiros movimentos da Revolução Industrial, as mulheres foram direcionadas ao trabalho fora de casa. No momento em que começam a se inserir na manufatura para a produção pré-industrial, transferindo seu trabalho de casa para a fábrica, surge a ideologia da força da feminilidade, mas a dominação masculina não deixou de existir.

No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência. (DAVIS, 1981, p. 52).

Salientando que essa inserção no trabalho era apenas para as mulheres brancas, as pessoas negras, em especial as mulheres, eram ainda mais exploradas, visto que no período pré-industrial a escravidão e o racismo eram predominantes. As primeiras mulheres feministas entendiam que o matrimônio era também uma comparação com a escravidão, e as mulheres brancas de classe média se sentiam próximas às mulheres e homens negros, em que a escravidão com correntes e chicotes, aproximação que levou as mulheres a somarem forças nos movimentos antiescravagistas. Nos anos de 1830, as mulheres brancas foram atraídas para o movimento abolicionista.

De acordo com Davis (1981, p. 52), em 1833:

Quando a Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia foi criada, na esteira da convenção de fundação da Sociedade Antiescravagista Estadunidense, o número de mulheres brancas simpatizantes à causa da população negra era suficiente para estabelecer o vínculo entre os dois grupos oprimidos.

Entende-se, a partir da leitura, que as mulheres que mais se destacavam nas ações e movimentos absolutistas eram as que não precisavam exercer as atividades remuneradas. Assim, tiveram mais tempo para se dedicar às organizações reformistas.

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana – e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido. (DAVIS, 1981, p. 57).

Esse movimento de poder das mulheres frente ao movimento antiescravagista ensinou as mulheres a desafiar a supremacia masculina.

Ali, descobriram que o sexismo, que parecia inabalável no casamento, poderia ser questionado e combatido na arena da luta política. Sim, as

mulheres brancas podiam ser instadas a defender intensamente seus direitos enquanto mulheres a fim de lutar pela emancipação do povo negro. (DAVIS, 1981, p. 58).

A necessidade mais interessante da época era a abolição da escravatura, e chamava a atenção das mulheres a partir da própria opressão sustentada na continuidade do sistema escravista. Em 1863, as irmãs Grimké, filhas de proprietários de escravos, e a professora branca Prudence Crandall, começaram suas ações feministas contra o racismo e a escravidão, e tiveram apoio de representantes absolutistas. Daí em diante, as mulheres brancas passaram a ter suas próprias causas, dando forma aos primeiros passos do feminismo.

Surge, então, o movimento sufragista feminista com princípios racistas. Algumas representantes do feminismo na época afirmavam que a necessidade do direito ao voto era prioridade das mulheres e não dos negros. A feminista radical, na época, Elizabeth Cady Stanton mostrou arrependimento em ajudar o movimento escravagista. O racismo é identificado quando as feministas que pensavam na mesma maneira de Stanton desejavam que o direito ao voto fosse dado apenas às mulheres, pois:

Elas presumiram que a abolição do sistema escravagista elevava a população negra a uma posição comparável, em quase todos os aspectos, àquela das mulheres brancas de classe média na sociedade estadunidense: [Com] a abolição e a Lei dos Direitos Cívicos [a], o negro e a mulher passaram a ter a mesma situação política e social, faltando a ambos apenas o voto (DAVIS, 1981, p. 93).

Naquele momento, mesmo após a escravidão, o negro não tinha a liberdade política e, sendo assim, ainda não era livre, por isso, importantes representantes do absolutismo davam mais urgência para o direito ao voto aos negros do que para as mulheres.

A população de ex-escravos ainda estava presa à luta pela sobrevivência – e, aos olhos de Douglas um influente absolutista na época, apenas o voto poderia garantir-lhes a vitória. Em oposição a isso, as mulheres brancas de classe média, cujos interesses eram representados por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, não podiam alegar que sua vida sofria ameaças físicas. Elas não estavam, como os homens negros e as mulheres negras do Sul, envolvidas em uma guerra concreta por libertação. (DAVIS, 1981, p. 95).

Davis (1981) identifica a mulher no movimento antiescravagista no século XVIII a partir da participação das mulheres na libertação dos escravos, pois as mulheres da

época também se sentiam escravizadas diante das desigualdades de gênero daquele período. A autora também levanta a questão sobre o racismo que surgiu após a escravidão, as mulheres feministas que antes apoiavam os movimentos antiescravagista passaram a criticar as condições dos negros e defendiam que eles não precisavam ter os mesmos direitos que elas, principalmente sobre o voto.

Sendo assim, as feministas daquela época se beneficiaram do racismo para se destacar nas suas campanhas, com o apoio de homens brancos racistas. E não consideravam que os direitos dos negros de exercer ação política era mais urgente, pois havia o racismo que matava, e muito mais forte que o sexismo. Davis (1981) aponta o início da historicidade das questões de gênero, raça e classe e de que forma esses elementos intensificaram a discussão que temos hoje nas esferas políticas e sociais. Desta maneira, buscamos em outras correntes, o que findou o debate sobre as relações de gênero e raça na atualidade.

Em bell hooks (2020), fica evidente a questão do gênero classista e racista; a autora observa e escreve diante da sua experiência que existe uma desigualdade, além da desigualdade de gênero, mulheres de classe alta e de privilégios entendem e se consideram donas do feminismo, como se não existisse mulheres pobres, negras e miseráveis e que estão fora das discussões de gênero e superação do patriarcado. O que a autora defende é um feminismo que seja maior que classe, raças e até mesmo gênero, ou seja, que seja para todos (HOOKS, 2018).

A autora aprofunda sua crítica sobre o feminismo branco e burguês, escreve e milita sobre as mulheres negras e pobres que estão às margens de um feminismo centralizado nas mulheres privilegiadas. O movimento feminista acontece quando um grupo de pessoas se reúne com o mesmo objetivo, de combater o patriarcado, mas ele ainda está por vir e corre o risco de ser extinto, isso porque o movimento feminista atual limita as possibilidades de alcance para todas e todos que enxergam as desigualdades e as discriminações de gênero e deixam uma parcela de pessoas excluídas dos objetivos do movimento. Pode ser esquecido por ser excludente e seletivo, pois existem mulheres que são e atuam muito mais como feministas e nem sabem do que as propriamente ditas. O feminismo, antes de ser eficaz, precisa ser compreendido e abrangente. [OBJ]

Em análise liberal difundida pela ideia de igualdade econômica e de poder, o feminismo central é a continuidade da dominação, pois “A mulher, sendo menos agressiva, é por isso também ou menos humana e seu destino é ser subjugada – ou

precisará ter uma grande sede de poder para lutar e dominar o homem. Somente um deles pode se libertar.” (HOOKS, 2020, p. 52). Essa trama desconsidera a legitimidade do feminismo, que tem o objetivo de lutar para acabar com a opressão sexista e não beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, uma raça ou classe social de mulheres em particular (HOOKS, 2020).

Mulheres pobres e operárias não se tornaram modelo para as mulheres brancas e burguesas porque não foram vistas por elas como exercendo as formas de poder valorizadas pela sociedade. Em outras palavras, a força que exercitam não é sinônimo de poder econômico. Seu poder não está de modo algum associado à dominação e ao controle sobre terceiros, e essa é a forma de poder que exerce atração e fascínio sobre muitas mulheres burguesas. Foi essa forma de poder que emergiu nas organizações feministas, chacoalhando e corrompendo o movimento feminista. (HOOKS, 2020, p. 137).

A partir disso, entendemos que o feminismo predominantemente é seletivo e classista. O trabalho é a forma de libertação, mas apenas para mulheres burguesas, pois as pobres continuam desempregadas; o trabalho doméstico, mesmo sendo uma necessidade humana sem a necessidade de dependência, é ocupado por essas mulheres. Diante dessas relações, o feminismo perde seu objetivo, ele é moldado por interesses oportunistas que deixam parte das mulheres de fora; e para romper essa invisibilidade, precisamos de uma ideologia libertadora: “Um tal amor como sugere Paulo Freire, age para transformar a dominação” (HOOKS, 2020, p. 235).

A obra *O feminismo é para todo o mundo: Práticas libertadoras*, de bell hooks (2018), identifica o feminismo como um movimento para todos, indicando que esse movimento é contra a opressão sexista (opressão masculina institucionalizada), inserida em uma sociedade patriarcal que beneficia apenas os homens, que mesmo sendo conscientes, sabem que existe a dominação sobre as mulheres e as reproduzem, e sentem o medo de perderem seus benefícios, principalmente quando a mulher está inserida no ambiente de trabalho a partir da igualdade. A autora também trata da libertação das mulheres a partir das ações feministas, evidenciando a existência de classe de mulheres que resistem ao patriarcado, algumas mais resistentes diante do poder econômico e intelectual, outras nem tanto, por estarem às margens.

Desta maneira, subentende-se que o termo de classe nas questões feministas não está relacionado apenas a *lutas de classes econômicas sociais*, como aparece nas definições marxistas. A classe em discussão envolve valores, maneiras e

comportamentos sociais, a esperança e o reconhecimento dos problemas que determinam as suas ações no mundo, sendo assim, um grupo de mulheres é uma classe, e existe a representação das mulheres brancas e privilegiadas e as mulheres negras e pobres. Para que haja libertação e o feminismo seja para todos, é preciso desconstruir a manifestação de luta de apenas um grupo de pessoas.

Foi essa resistência que tornou a questão do trabalho fora de casa uma questão de discriminação de gênero, e tornou a oposição ao patriarcado e a busca por direitos iguais em relação aos homens de sua classe a plataforma política que escolheu o feminismo em vez da luta de classe. (HOOKS, 2018, p. 52).

Os estudos feministas se iniciam nas universidades, com pessoas altamente letradas, que passam a problematizar os comportamentos sexistas na sociedade, e, a partir disso o feminismo começa a ser um grupo de estudos apenas para uma parcela de sujeitos, aqueles que estão inseridos e privilegiados pelo conhecimento das academias.

A partir desses estudos, o feminismo começa a ganhar força entre as mulheres que estavam, naquele momento, conquistando espaços nos ambientes que antes eram ocupados pelos homens, no ambiente de trabalho, por exemplo, mesmo que o trabalho fora de casa não substituísse o trabalho doméstico, pois este ainda continuava sendo atribuição feminina. Surge o movimento de conscientização das mulheres sobre o movimento feminista, que começou olhar para as possíveis ações afirmativas que precisavam fazer com que as mulheres confrontassem o próprio sexismo internalizado, para que reconhecessem o feminismo enquanto política social. A obra escrita nos anos 1960, alguns séculos após a discussão feita em Federici (2017; 2019) e Davis (1981), momento em que as mulheres não eram mais perseguidas como bruxas, nem como ameaças.

Aceitar que o feminismo não seria apenas uma causa das mulheres, mas também para os homens, era uma das preocupações de hooks (2020), além disso, o movimento precisava ser entendido como uma política para as mulheres, e muitas vezes elas não compreendiam a verdadeira finalidade deste movimento: “Enquanto mulheres assumirem a bandeira de políticas feministas sem abordar e transformar seu próprio sexismo, o movimento ficará prejudicado.”

Ou seja, enquanto as mulheres ainda não se integraram no movimento, elas mesmas ajudaram a constituição do sexismo. Mudar o pensamento sexista das

mulheres seria o primeiro passo, pois sem ele a reprodução da dominação continuará, especialmente sobre a posição social: “Enquanto mulheres usarem poder de classe e de raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo. (HOOKS, 2018, p. 30).

Uma das problematizações de hooks (2018) era o sexismo patriarcal internalizado nas mulheres, fazendo com que elas se rotulem como inferiorizadas perante os homens e, deste modo, comecem a reproduzir o comportamento sexista e classicista com outras mulheres, prejudicando a sororidade, que se fundamenta no comprometimento de compartilhar lutas das mulheres contra o sexismo patriarcal, sejam quais forem. Além disso, questionar os direitos das mulheres sobre o próprio corpo, sobre a reprodução, o aborto como uma liberdade da mulher, o que também envolve questões sociais e financeiras. Para a autora, esta é a uma das mais comuns consequências de uma sociedade capitalista, na qual a mulher perde a autonomia sobre a sua própria natureza de gerar a vida.

Romper a relação da estética com o patriarcalismo, que se configura na maneira como as mulheres devem se vestir, por meio de um padrão de beleza imposto pela mídia, faz com que elas se tornem reféns de uma exigência masculina, em que seus corpos se tornam um retrato de uma sociedade de dominação. Bell hooks (2018) defende que, cada vez mais, assistimos a novas normativas de artigos midiáticos com conteúdo sexista em relação à estética da mulher. A “moda” é basicamente uma exploração da feminilidade e raramente as perspectivas feministas são mencionadas, mas isso não é uma das mais importantes lutas do feminismo para romper a desigualdade de gênero, pois

muitas mulheres feministas que chegaram à maturidade da vida adulta exercitam a liberdade de escolha e procuram alternativas saudáveis para modelos de beleza. No entanto, se abandonarmos a luta para eliminar totalmente as noções de beleza definidas pelo sexismo, arriscamos minar todas as maravilhosas intervenções feministas que nos permitiram assumir e amar nosso corpo e nós mesmas. (HOOKS, 2018, p. 50).

Enquanto o modelo de perfeição feminina for visualizado como um enfeite da estética patriarcal, que se beneficia da indústria de beleza para impor seus valores, o movimento feminista será enfraquecido nesse processo de não reconhecimento de cuidar e amar o próprio corpo, pois sempre haverá a necessidade de estabelecer uma regra sexista que diga qual é o belo e qual é o modelo a ser seguido. Essa organização

social afasta as mulheres das ideias do movimento feminista, que se apresenta como uma rejeição do ser mulher.

Ainda que essa estética seja mais incomum, é frequentemente apresentada pela mídia de massa como a maneira de pensar das feministas. Não seremos livres até que as feministas retornem à indústria da beleza, retornem à moda e criem uma revolução contínua e sustentável. Não saberemos como amar o corpo e a nós mesmas. (HOOKS, 2018, p. 50).

Essa definição da autora nos faz refletir sobre a real condição da mulher que se preocupa e decide ir de encontro aos princípios do padrão da estética feminina, sustentada pelo capitalismo patriarcal, que funciona em articulação. As mulheres que transformam a busca de liberdade em lutas coletivas, na perspectiva do feminismo, não podem integrar-se no grupo do modelo da mulher ideal, bela e perfeita.

A partir da leitura, percebemos que a autora se preocupa com a vulnerabilidade das mulheres que estão fora do movimento feminista, por terem uma visão distorcida do que ele realmente é, ou seja, aquelas que estão em todos os cantos do mundo, com suas lutas e com seus desafios perante o domínio social masculino. O neocolonialismo que aparece na escrita de bell hooks (2020) refere-se às feministas do centro, que não se preocupam em desenvolver um feminismo que seja global, pois parecem não se importar com as culturas de outros lugares, as quais exercem sobre as mulheres doutrinas severas.

Isso é comum em países do Oriente, onde não se considera que existem mulheres que pertencem a outras culturas, religiões e políticas. A autora nos dá a entender que precisamos nos desfocar do eurocentrismo que permeia o interior das forças de luta do feminismo, desvinculando o ideal capitalista, enquanto lutamos pelo reconhecimento da mulher enquanto sujeito independente.

A maioria das mulheres norte-americanas, principalmente as mulheres brancas, não descolonizou seu pensamento, seja em relação ao racismo, sexismo e elitismo relativos aos grupos de mulheres menos poderosos na sociedade, seja em relação à multidão de mulheres ao redor do mundo. (HOOKS, 2018, p. 59).

Para as feministas ocidentais, o trabalho é mais importante. A mulher inserida no mercado de trabalho é fruto de uma significativa conquista, mas o trabalho ainda não garante a liberdade da mulher perante a estrutura dominante que se materializa

no capitalismo. Portanto, o trabalho não liberta, mas pode possibilitar a liberdade autônoma da mulher não ser mais dependente financeiramente (HOOKS, 2018). O que a autora quer dizer com a liberdade parcial é que, as mulheres podem até ter conquistado seu lugar no mercado de trabalho, mas ainda é vulnerável às violências do patriarcado, que às vezes se evidencia dentro de casa. De acordo com hooks (2018, p. 74).

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças.

Na sociedade capitalista, há a necessidade de ter o domínio do poder, como vimos anteriormente nas obras de Federici (2017;2019), quando diz sobre o objetivo oculto do caça às bruxas; desta forma, entendemos que em uma relação, seja heteroafetiva ou homoafetiva, sempre haverá a posição de um dominador. Assim sendo, o homem não é o único que pode exercer a violência contra as mulheres, tampouco deve ser considerado o homem o único mal. É preciso debater sobre a masculinidade feminina, que torna as mulheres sexistas.

De fato, o feminismo quer o homem como camarada, mas existem os valores sexistas que são construídos culturalmente de dominação patriarcal, na criação dos meninos homens e nas meninas mulheres:

porque todos nós fomos socializados para aderir ao pensamento patriarcal, para aderir à ética da dominação que diz que os poderosos têm direito de comandar quem não tem poder e podem usar quaisquer meios para subordiná-los. (HOOKS, 2018, p. 85).

O casamento, na condição de contrato sexual, quando sancionado pelo Estado, entrega a mulher ao controle do homem, e a relação sexual é uma imposição do patriarcado. Dessa forma, o amor é traído, pois “Várias dessas mulheres se sentiram traídas pela promessa de amor e de felicidade para sempre quando elas se casaram com homens que rapidamente se transformaram de príncipes charmosos a senhores feudais patriarcais.” (HOOKS, 2018, p. 108).

Quando as mulheres e homens desenvolvem um pensamento feminista, sem a interferência do patriarcado, isso os ajuda a manter o respeito saudável com seus

companheiros e suas companheiras. O feminismo precisa ser visionário, o que significa ir além de ser apenas uma relação entre homem e mulher, sexual e social, ele precisa ser para todo mundo.

2.3 O GÊNERO A PARTIR DAS TEORIAS FEMINISTAS

Para as autoras Federici (2017; 2019), Scott (1989), Davis (1981) e hooks (2018; 2020), as relações de gênero são entendidas a partir da longa e árdua história das mulheres, que sempre foram oprimidas, mesmo entre elas, a classe e raça sempre foram critérios de dominação, independentemente dos sexos. A forma como as autoras pensam o gênero é nas relações sociais, em que a mulher é o sexo frágil, em todos os tempos, e ainda continua.

As autoras nos ajudam a entender o gênero no sentido mais amplo da palavra, e nos deixa a reinterpretação que visualiza essa discussão nas diferentes esferas sociais, para que se problematize a organização em que as mulheres fazem parte. Entendemos que precisamos cada vez mais dialogar com as questões de gênero nos diferentes espaços, pois, após vários estudos, ele é mais que construção social e biológica, tem a ver com as modificações na sociedade em determinadas épocas, os papéis sociais e a luta de combate à opressão patriarcal institucionalizada.

A discussão teórica acerca do gênero, a maneira como as autoras fazem o diálogo para entender o fenômeno da mulher na História, implicam uma reflexão de quais mulheres estamos falando. A mulher considerada bruxa na Idade Média possui o perfil de que foi perseguida por ter conhecimentos além do que era permitido, e sua vida nunca foi livre; apesar de ser uma camponesa que trabalhava com a terra e tinha direito ao uso dela, não deixava de ser submissa aos homens e aos senhores feudais (FEDERICI, 2019).

Da mesma maneira, as autoras feministas bell hooks (2018; 2020) e Angela Davis (1981) pensam sobre a mulher e a negritude, sendo dois alvos de discriminação na sociedade capitalista, patriarcal e colonial. Mas, diferentemente de Silvia Federici e Joan Scott, elas trazem uma discussão mais atual de um feminismo que precisa ser amplo nas discussões de gênero, essa é uma das maiores críticas de bell hooks (2018;2020), pois mesmo após estudos que apresentam a história do gênero e da mulher, ainda há limites e ainda existem mulheres que estão imersas em situações de exploração, vítimas de todos os tipos de violência e um dos principais motivos são

raça e classe. Para as autoras, o feminismo tem exercido um papel importante no combate ao patriarcado institucional, mas ele tem muito a caminhar para alcançar todas as mulheres que precisam entender suas subjetividades.

O que nos chama a atenção, em uma colocação da bell hooks (2018), é quando avalia a sociedade patriarcal, que pretende sempre beneficiar o homem, o qual, mesmo sabendo que existe uma dominação sobre as mulheres, apenas aceita e reproduz o machismo institucionalizado, por medo de perder esses benefícios que o patriarcado oferece.

Encontramos nas leituras de Federici (2017) que o corpo da mulher é como um instrumento para a execução de poder patriarcal e exploração feminina a favor do homem. E conter as mulheres é uma necessidade, o caça às bruxas foi instituído na nova ordem patriarcal, e não era apenas por serem mulheres, havia a necessidade de mostrar quem dominava, e eram os homens amedrontados em pensar que o poder estaria nas mãos de mulheres (FEDERICI, 2019), isso explica a reprodução do machismo até hoje, os homens, temem perder o poder que foi dado a eles.

E, na visão de bell hooks (2018), pensamos no trabalho doméstico feminino que é uma reprodução de uma construção patriarcal que definiu historicamente o papel da mulher na sociedade, que automaticamente fez da mulher a cuidadora, zeladora e cozinheira por ter a função social de procriar a vida, e instruiu a mulher na vida doméstica. Davis (1981) analisa a mulher no período pré-industrial que começaram a se inserir nas fábricas e alcançam a igualdade econômica, mas seu trabalho fora da área doméstica é visto como ajudante de seus companheiros homens, transformando a rotina da mulher em uma dupla jornada de trabalho.

Essa análise e estudo sobre a mulher na sociedade, problematizam a presença do sexismo que penetra de uma forma naturalizada nas relações sociais, bell hooks (2018), menciona o sexismo patriarcal, que faz com que as próprias mulheres se tornem e se sintam inferiores aos homens em uma total dependência, por ser algo historicamente construído, da mesma forma em que Joan Scott (1989) identifica que a sexualidade é produto da interação entre patriarcado e capitalismo e são baseados nas relações de produção.

Nesta mesma perspectiva, Federici (2017) aponta o trabalho feminino explorado, não valorizado e considerado não trabalho sob uma ótica capitalista, alinhada ao patriarcado; dessa forma, o capitalismo fortaleceu o sexismo e a divisão sexual do trabalho, colocando a mulher em uma posição inferior ao homem.

A partir das leituras para entender o conceito de gênero, apesar de não ser tão transparente (pois as autoras falam da mulher em períodos históricos), foi possível identificar os aspectos importantes que cada autora traz em suas percepções, que nos auxilia na compreensão dos fenômenos de um determinado período até a atualidade; o sexismo identificado nas relações feudais exposto por Federici (2017; 2019); as condições da mulher naquela época; por que as mulheres se interessaram em participar dos movimentos antiescravagista no século XVIII; e, ainda, por que a exploração dos negros se parecia com a exploração das mulheres (DAVIS, 1981). A partir dessas problematizações, se estabelece a discussão de gênero e feminismo na atualidade, muito bem abordada em Scott (1981) e bell hooks (2018; 2020).

Concluimos, então, que a mulher sempre teve importante papel nas transformações da sociedade, a qual está em constantes mudanças; logo, é preciso proceder às análises dessas leituras de mundo com as leituras científicas para compreendermos que a discussão de gênero não é recente, haja vista que a mulher sempre teve sua contribuição nas mudanças sociais. As autoras citadas neste texto evidenciam essas transformações, sendo imprescindível que fortaleçamos essas discussões nos trabalhos científicos e populares, a fim de que alcancem cada vez mais mulheres, homens e todos os gêneros, para romper com a tradicionalidade do patriarcado, que insiste em uma supremacia masculina e subestima a interpretação de gênero.

A compreensão de gênero em agrupamentos estabelece o destino do ser humano ao nascer, se ele será um homem ou uma mulher, e toma forma de acordo com seu sexo, de modo que se cresce sabendo quem são e serão. A partir desse fenômeno social, quando se estuda o gênero de forma mais ampla, adentramos no que é entendido e muito problematizado: a igualdade de gênero, que pode ser estereotipada como se as mulheres que questionam essa posição queiram se tornar homens, ou que só se darão por satisfeitas quando se tornarem mulheres com as mesmas condições dos homens dominantes, condições do feminismo superficial.

Essa definição genérica, difundida pela mídia e pela linha oficial do movimento, levanta algumas questões problemáticas. Se os homens não são iguais entre si dentro de uma estrutura de classe patriarcal, capitalista e de supremacia branca, com quais homens as mulheres querem se igualar? Elas partilham da mesma opinião sobre o que é igualdade? (HOOKS, 2020, p. 48)

A autora bell hooks (2020) alerta sobre que tipo de igualdade é esta, que não reconhece que, assim como existem as mulheres oprimidas, existem homens oprimidos, e elas não desejam inverter os papéis. Por isso, é importante entender que o gênero, de certa forma, é uma classe, e de acordo com a autora, existe uma classe social em que as mulheres querem estar, que elas querem disputar poder com homens de sua mesma classe. Isso faz com que as forças contra a opressão sobre as mulheres percam o sentido, pois quando os interesses são materialistas, eles deixam de ser uma luta conjunta pelo fim da dominação patriarcal.

No entanto, enquanto classe, a mulher que busca por igualdade de gênero e de se tornar a dona dos meios de produção, a capitalista, empoderada, que dominará o homem, pois nesse jogo há apenas um deles dominante, reproduzindo a relação de opressor e oprimido. Essa categoria distorce a luta do feminismo, fazendo com que ele perca as forças e a própria essência, para que surgiu, acaba por se tornar um interesse de classes sociais, transformando o gênero em uma categoria desconfigurada do que ele realmente é, atingindo apenas um grupo de mulheres, enquanto outras repudiam tais ações.

Algumas mulheres “temem a palavra feminismo porque não querem se identificar com nenhum movimento político, especialmente aqueles vistos como radicais” (HOOKS, 2020, p.55). E, ainda, “Desde o princípio, mulheres brancas reformistas com privilégio de classe eram bem cientes de que o poder e a liberdade que queriam era a liberdade que elas percebiam que os homens de sua classe aproveitavam.” (HOOKS, 2018, p. 52).

A partir desta reflexão, podemos entender que a discussão do feminismo para fundamentar o debate sobre gênero é um caminho com muitos desafios, ao passo que a polarização existente no movimento prioriza a forma como as mulheres querem combater o patriarcado, a partir da ideia de dominação, porém não diz respeito a quais formas de intervenção, além do interesse de exercer poder.

A análise acerca das dificuldades ao fazer com que tanto o movimento feminista quanto a compreensão de gênero sejam interpretados de maneira correta pelas mulheres difunde o reconhecimento de que essas relações devem ser coletivas e não individuais. Assim, enxergar que, além das mulheres que entendem a importância do movimento para suas vidas, elas precisam avançar na inserção de mulheres que ainda estão às margens, excluídas, oprimidas, desempregadas e exploradas, afinal,

o movimento de luta não é apenas das mulheres privilegiadas, mas precisa ser “de” e “para” todas.

Encontramos nos estudos sobre gênero a relação de harmonia entre capitalismo e o patriarcado (FEDERICI, 2017, 2019; HOOKS, 2020), como duas formas de oprimir a mulher a partir do trabalho e da necessidade de exercer poder. As mulheres, desde crianças, são direcionadas aos cuidados da casa, “[...] e como muitas crianças do sexo masculino não recebem esse tipo de educação doméstica, crescem sem prestar atenção ao entorno, muitas vezes sem a capacidade para cuidar de si mesmas e de seus pertences.” (HOOKS, 2020, p.158).

Assim, à mulher é dada a responsabilidade dos afazeres que são uma necessidade humana, mas que devido a uma educação patriarcal, esse trabalho foi historicamente imposto à mulher. Como se não bastasse, o capitalismo se apropriou dessa organização social e passou a contribuir com o trabalho das “empregadas domésticas”, reforçando qual é o papel da mulher na sociedade.

O retrato da violência contra a mulher é identificado na leitura de hooks (2020), segundo a qual os homens exercem sobre as mulheres a violência, culpando-as e materializando suas dores como um alívio para a exploração do capitalismo, que também as tornam vítimas.

Eles aprendem que se tornaram aptos a dar as regras em suas casas, a dominar e controlar, que essa é a grande compensação por sua aceitação de uma ordem social econômica de exploração. Ao aceitar e perpetuar a dominação dos homens sobre as mulheres, a fim de evitar rebelião no trabalho, os capitalistas, que ditam regras, se certificam de que a violência masculina será exercida em casa e não no lugar de trabalho. (HOOKS, 2020, p. 181).

Sendo assim, não há como desvincular a dominação masculina aceitável na sociedade patriarcal da subordinação capitalista que exerce poder e controle sobre os sujeitos. Ambas são consequência de um sistema que torna homens e mulheres vítimas, reproduzindo uma ordem social baseada na opressão de um sobre o outro, e, nesse caso, o feminismo em conexão com a interpretação do gênero como uma construção social de sujeitos deveria ser entendido como uma relação libertadora, e que não há inimigos. Trata-se das mulheres que são oprimidas, não por todos os homens, mas por um sistema que fortalece a dominação de um gênero sobre o outro, assim como existe a luta de classes, é necessário incorporar coletividade em um movimento político e livre.

2.4 O SEXISMO

Diante de uma sociedade de dominação por meio da masculinidade, os estudos feministas sobre gênero se tornam um movimento que representa a mulher e a sua luta contra o sexismo, exploração e opressão sexista. Ressaltamos que esse combate não é apenas responsabilidade das mulheres, existem homens que levantam a bandeira do feminismo por entenderem que existe o preconceito e o machismo nas relações de gênero. Desta maneira, não podemos visualizar os homens enquanto inimigos, o problema está fortalecido no modo de produção capitalista, que mantém e reproduz práticas sexistas sobre mulheres, a partir da soberania do homem sobre a mulher.

As diferenças de poder entre as mulheres e os homens são identificadas no capitalismo, fortalecendo o poder patriarcal sobre as mulheres. Segundo Federici (2017, p. 17): “uma posição que, mais uma vez, nos obrigava a depender de esquemas culturais para dar conta da sobrevivência do sexismo dentro do universo das relações capitalistas”. Dessa forma, o capitalismo enquanto sistema de poder econômico social é fundamental para a construção do sexismo e também ao racismo, pois de acordo com hooks (2018, p. 19):

Diante da realidade do racismo, fazia sentido que homens brancos estivessem mais dispostos a levar em consideração os direitos das mulheres, quando a garantia desses direitos pudesse servir à manutenção da supremacia branca. Jamais poderemos esquecer que as mulheres brancas começaram a afirmar a necessidade de liberdade depois dos direitos civis, bem no momento em que a discriminação racial estava acabando, e pessoas negras, sobretudo, homens negros, teriam alcançado igualdade em relação aos homens brancos, no mercado de trabalho.

Libertar e dar direitos às mulheres parecia ser uma boa ideia, desde que este apoio pudesse garantir uma autoridade branca e dominante, mas não se estava se referindo às mulheres negras e pobres. Porém, não se esperava que as lutas feministas fossem se expandindo até questionar a discriminação racial, que assim como discriminava as mulheres, também discriminava homens e mulheres negras.

O sexismo e o racismo também estavam alinhados ao sistema de classes e tiveram que ser legislados e impostos historicamente. Na Idade Média, por exemplo, dentre as proibições mais reveladoras, devemos mais uma vez levar em conta que o casamento e as relações sexuais entre negros e brancos foram proibidos: “As mulheres brancas que se casaram com escravos negros foram condenadas e os filhos

gerados desses casamentos foram escravizados pelo resto de suas vidas”. (FEDERICI, 2017, p. 216).

O casamento era uma carreira para a mulher, já que a capacidade da mulher viver e sobreviver sozinha era impossível, e os homens ideais para se casar eram comerciantes; por sua vez, os pobres eram proibidos de se casar, pois isso representava a reprodução da pobreza. As mulheres servas degradadas também eram consideradas “inadequadas para o casamento pelos homens brancos proprietários e desqualificadas para o trabalho doméstico” (FEDERICI, 2017).

A combinação do sexismo com o racismo sempre [OBJ] foram as maiores opressões de todos os tempos. Desde a Idade Média e a escravidão, assim como o cercamento e o tráfico de escravos, que iniciou a formação do proletário do capitalista, a mulher negra era muito mais oprimida por ser negra e por ser mulher perante a exploração da classe trabalhadora de escravos. O sexismo era central nesta exploração, manifestando uma piora visível das condições de mulheres trabalhadoras dentro do sistema econômico sexista, que perdura até os dias hoje.

As perdas econômicas das mulheres são tão severas que até hoje os seus salários, quando comparados aos dos homens, são mais baixos. Corroboramos David (1981, p. 213) ao afirmar que “A proliferação da violência sexual é a face brutal de uma intensificação generalizada do sexismo, que necessariamente acompanha essa agressão econômica”.

Parece que o lado violento do sexismo, identificado no estupro e nos diversos tipos de abuso e ameaças contra as mulheres, é o instrumento de exercer o controle capitalista de uma maneira generalizada. Para as mulheres se inserirem no universo de trabalho dos homens, elas tinham que se submeter a condições de exploração ainda mais intensas que os homens, para provar que eram capazes de ter os mesmos desempenhos, com salários inferiores, longas jornadas de trabalho e autoritarismo. “Nem é preciso dizer que o sexismo emergiu como uma fonte de sobre-lucro exorbitante para os capitalistas.” (DAVIS, 1981, p. 242).

O sexismo racista também é identificado a partir da necessidade de as mulheres brancas terem empregadas negras em suas casas, retrato de uma condição trabalhista pertinente até hoje, e não somente às mulheres negras, mas também as brancas pobres, que são exploradas por mulheres ricas, com salários baixos e péssimas condições de trabalho. É preciso analisar até que ponto o capitalismo se torna o maior fenômeno de exploração humana de todos os tempos.

À vista disso, o sexismo consegue naturalizar a função “dona de casa” para mulheres desempregadas, ou seja, as mulheres que não conseguiram se inserir no trabalho fora de casa, automaticamente se tornam responsáveis pelos afazeres domésticos, ao contrário dos homens, que sempre precisam estar empregados, e, se não têm emprego, são chamados de desempregados e não “donos de casa”.

Após essa análise, podemos apreender que o sexismo predomina na sociedade de maneira visível, direta e generalizada. A condição em que a mulher se encontra nos diversos meios de trabalho, políticos e econômicos, é baseada em lutas e desafios de permanência. Não são raras as contradições que subjugam a capacidade da mulher, como se a todo tempo fosse errar, fraquejar ou causar prejuízos. A luta do feminismo tem sido eficaz para a inserção da mulher na arena social, mas ainda encontra percalços.

2.5 O PATRIARCADO NA INTERPRETAÇÃO DO GÊNERO

Para explicar o desenvolvimento do patriarcado, é necessário um esforço para entender as mudanças no contexto social e político, que definiram a maneira como a sociedade passou a se organizar economicamente, a partir da transição do feudalismo para o capitalismo, que desenvolveram as relações de poder que foram [OBJ] intensificando o modelo de exploração e dominação das classes a partir das novas formas de dominar neste novo modelo econômico, intensificando a necessidade de controlar a liberdade das mulheres que [OBJ] eram vistas como uma ameaça;

uma mulher sexualmente ativa constituía um perigo público, uma ameaça à ordem social, já que subvertia o sentido de responsabilidade dos homens e sua capacidade de trabalho e de autocontrole. Para que as mulheres não arruinassem moralmente — ou, o que era mais importante, financeiramente — os homens, a sexualidade feminina tinha que ser exorcizada. (FEDERICI, 2017, p. 343).

O desejo de controlar todo e qualquer fenômeno era uma das prioridades desse sistema. A sexualidade e a reprodução da vida era a chave do patriarcado, e as mulheres com essa função deveriam ser controladas (SCOTT, 1989).

No patriarcado, não existe apenas a desigualdade de gênero, mas outras [OBJ] desigualdades, como as raciais e sociais, conforme estudamos em Federici (2017; 2019) e hooks (2018; 2020). Consiste, também, na ação de dominar e se apropriar, a ideia de posse sobre o outro, como uma necessária organização social que interage

com a ordem capitalista, a partir da subordinação e exploração. Essa interação fortaleceu a opressão sobre as mulheres no trabalho, evidenciada “na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens e na mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017, p. 28). Essas condições deram caráter a um regime patriarcal mais opressor. Controlar as mulheres é a função social do patriarcado, o movimento de “caça às bruxas” foi o apenas o seu início.

É preciso considerar que a dominação social das mulheres não se iniciou no momento pré-capitalista, que ocorreu no final do século XVII, ele já existia de forma acentuada nas relações de família em um período chamado de acumulação primitiva, no século XVI, mas que no período inicial do capitalismo, se tornou mais agressiva. Isso porque

na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns, enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns. (FEDERICI, 2017, p. 192).

Essa consideração da autora indaga que, no sistema capitalista, a mulher continua sendo propriedade, mas nesta nova versão, ela não possui os mesmos privilégios que antes lhes eram concedidos, a exemplo da posse de terras.

a divisão sexual do trabalho e o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres como a raiz da exploração feminina na sociedade capitalista, [...] demonstraram que era possível transcender a dicotomia entre o patriarcado e a classe, e deram ao patriarcado um conteúdo histórico específico. Também abriram o caminho para uma reinterpretação da história do capitalismo e da luta de classes por um ponto de vista feminista. (FEDERICI, 2017, p. 18).

O modo como o patriarcado é estabelecido hoje foi baseado no interesse da acumulação primitiva, a partir da exploração de classes que já havia no sistema feudal, sobretudo das mulheres pobres, o que depois fortaleceu a hegemonia masculina. Isso contribui para a construção do machismo estrutural internalizado na sociedade capitalista patriarcal até os dias de hoje.

Sem dúvidas, o capitalismo contribuiu para a disseminação autoritária masculina, com a ajuda da polarização de ideologia racial e patriarcal.

Qualquer pessoa que desafiasse a hierarquia racial era marcada como potencial vítima das gangues [...] O infinito rol de mortos acabou por incluir todos os tipos de insurgentes – desde negros [...] e as mulheres negras que ousavam resistir aos abusos sexuais de homens brancos. (DAVIS, 1981, 204).

Foi nesse período de supremacia branca e masculina que as mulheres adquiriram as funções de “donas de casa”, o que se originou da noção patriarcal, em que as mulheres se tornaram servas do homem e não apenas zeladoras do lar, mas trabalhadoras e, além das funções domésticas, também realizavam trabalhos manufaturados, como tecelãs e agricultoras (DAVIS, 1981).

Em outros momentos houve resistências de mulheres e os povos que foram escravizados na América no século XIX, principalmente pelas relações que eles tinham com a terra e não aceitavam que este novo modelo econômico os tirasse ela, segundo Federici (2017, p. 193):

Devemos repensar a maneira como os conquistadores se esforçaram para dominar aqueles a quem colonizavam, e repensar também o que permitiu aos povos originários subverter este plano e, contra a destruição de seu universo social e físico, criar uma nova realidade histórica.

A caça às bruxas era uma das principais perseguições, pois além de as mulheres possuírem os poderes da natureza, elas dirigiam as grandes revoltas anticontrole e desafiavam a ordem patriarcal dos capitalistas. Por isso, as mulheres eram as mais perseguidas pelos homens naquele momento, pois eles sabiam que elas participavam de organizações de resistência. Subentende-se que o feminismo e o gênero já estavam em discussão naqueles tempos, e as mulheres buscavam por liberdade.

Dois séculos depois, as ações que compõem o processo de libertação das mulheres que ainda estão e vivem oprimidas, em situações desumanas, precisam de uma perspectiva feminista de compreensão e ação para resolver os problemas que as tornam reféns do patriarcado bárbaro, cultural e opressor. O feminismo precisa ter o compromisso político para romper a hegemonia masculina tão poderosa do patriarcado global, e que só será possível a partir da conscientização para o estágio inicial da transformação é, então, “aquele momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas.” (HOOKS, 2013, p. 67).

Para ser transformador o feminismo precisa ser global, reconhecer a raça, culturas e etnias nas esferas ocidentais e orientais do mundo, segundo hooks (2018, p. 45): “Questões feministas globais, como circuncisão feminina forçada, clubes de sexo na Tailândia, véus na África, Índia, Oriente Médio e Europa, assassinatos de meninas na China, ainda são preocupações importantes”.

Reconhecendo as brutalidades como um sexismo ainda mais perigoso do que ligações imperialistas defendidas pelas mulheres brancas e negras do Ocidente, o feminismo precisaria identificar as práticas sexistas em relação ao corpo das mulheres que estão em outras partes do mundo, para ser um movimento de justiça social de dominação econômica e cultural participativa. Além dos direitos iguais, ser também visionário, em que as mulheres tenham acesso às leituras de mundo, direito à escolha sobre sua vida e seu corpo, as políticas feministas têm o objetivo de “acabar com a dominação e nos libertar para que sejamos quem somos – para viver a vida em um lugar onde amamos a justiça, onde podemos viver em paz. O feminismo é para todo o mundo.” (HOOKS, 2018, p. 90).

A legitimação e a interpretação do gênero se apresenta de várias maneiras. Federici (2017; 2019), por exemplo, mostrou como era o ser mulher na Idade Média, num período que revolucionou a sociedade e as consequências dessas mudanças sociais na vida das mulheres, e como a relação de gênero era visualidade.

Davis (1981) analisa a utilização do gênero nas discussões escravagistas e da supremacia branca, em outro período marcante da história da humanidade. Por sua vez, Scott (1989) alimenta a discussão de gênero a partir das transformações sociais, localizando onde está a mulher nesse estudo; e bell hooks (2020; 2018) mostrou um feminismo atual, ligado à descolonização e às críticas a um movimento feminista superficial, que perde sua potência quando não inclui todas as classes de mulheres. Para hooks, o gênero é uma identidade construída a partir das influências sociais, políticas e econômicas, que determina qual é o papel que os sujeitos irão desempenhar na sociedade, seja ele opressor, oprimido, crítico ou neutro.

Sendo assim, a interpretação de gênero só se constitui a partir de análises históricas; ele é um território muito amplo, já que constitui uma categoria interpretativa e problematizada, depois, porque é único e legítimo, ser homem ou mulher. Todas as reflexões e os fenômenos acerca do gênero surgem pela necessidade de compreendê-lo e porque está sempre em transformação. Mas, no íntimo das relações sociais, o gênero estará sempre incluído quando se fala em mulheres, pois elas

representam a categoria “mulher” nas relações de gênero. Dessa forma, entende-se gênero como uma definição de ser e agir, em performance de como o sujeito deseja estar e situar-se no mundo.

2.6 O GÊNERO NUMA PERSPECTIVA LIBERTADORA A PARTIR DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Refletir sobre os estudos e a compreensão do feminismo libertador (HOOKS, 2013) nos fez pensar acerca da formulação de estratégia para a entrada no campo da pesquisa em educação com mulheres de uma comunidade rural. Para tanto, assumimos a direção de potencializar e transformar os sujeitos para serem capazes de dialogar e agir em função de sua vida social e onde ela acontece. As mulheres precisam ser percebidas como agentes ativos e autônomas na participação dialógica, a partir da capacidade e da vida concreta das pessoas, e aqui pensar nas mulheres que vivem e se relacionam na comunidade rural do Passo do Barro.

Buscamos em Paulo Freire o conceito de educação libertadora para fazer uma conexão entre a educação e feminismo na perspectiva de liberdade: “a educação, como prática de liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (FREIRE, 1979, p. 24). O educador era comprometido com o ato de dialogar e refletir sobre as coisas relacionadas à existência humana, com a esperança de libertação dos oprimidos, ser do mundo e estar no mundo para transcender-se a partir da práxis.

Em *Pedagogia do Oprimido* (2005), o autor repudia a educação bancária, sistematizada apenas no depósito de conhecimento, e anuncia a educação libertadora como uma relação dialógica, pautada na problematização, conscientização e humanização, e, assim, a educação se configura no processo de transformação social. O paradigma do oprimido na perspectiva feminina identifica as mulheres silenciadas e oprimidas até mesmo no meio dos oprimidos, ainda mais por ser pobre e mulher. E na teoria da libertação, ela somente pode se autolibertar das relações machistas quando o seu opressor também se libertar. No caso das mulheres do campo, além de sofrerem o preconceito com a colocação no trabalho rural, são integrantes do povo do campo, marginalizado e invisíveis perante às políticas sociais.

Para tornar o sujeito agente ativo na sociedade, é preciso ir além da leitura da palavra e partir para a leitura de mundo, como propriamente dito nas leituras freirianas,

no entanto, pensamos nos acontecimentos atuais de nossa política, que deixa claro o quão frágil é a nossa democracia, a inexperiência democrática (FREIRE, 2014), que dificulta a busca por emancipação, pois vivemos em uma sociedade de herança colonizada, patriarcal e eurocêntrica.

Neste sentido, a superação se dá somente a partir do processo de conscientização e de uma pedagogia com participação popular, o que não precisa acontecer, necessariamente, em ambiente escolar. Neste sentido, as mulheres que adquirem consciência sobre o feminismo libertador e a discussão de gênero fortalecem o espaço para todas, caso contrário, tornam-se - elas mesmas - excluídas entre as paredes conservadoras e reféns da opressão.

Avistarmos um ideal de sociedade equânime, que visualize a mulher como agente social controlada por si mesma, foi uma consideração indesejada na conjuntura política que estávamos vivendo no governo de Bolsonaro (PL) (2018-2022), haja vista que o discurso sobre gênero era uma barreira em todos os espaços, inclusive na educação. Isso ficou evidenciado na fala da ex-ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves (Republicanos), que, em seu discurso, assim referiu: “a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família”⁴.

Em nosso entendimento, falar sobre gênero apresenta certos desafios, e isso é um dos exemplares que comprova que vivemos em uma sociedade na qual há repúdio ao debate sobre gênero, que é visto como um tabu e precisa ser rompido. Assim, refletimos a pauta de gênero na sociedade, sobretudo no meio rural, em que as mulheres são ainda mais alienadas ao sistema machista de soberania masculina, e cabe a nós inserirmos o discurso de prática transformadora, a pedagogia freiriana como uma luta diária pela emancipação.

As mulheres conhecem e sabem de suas contribuições para os conhecimentos registrados ao longo da história (FEDERICI, 2019; DAVIS, 1981); elas sempre existiram e fizeram parte de todo o processo social e científico, mas o reconhecimento sempre esteve ao lado do homem. Essa desigualdade escancarada e observada entre os gêneros se identifica e articula em relação de opressor/oprimido, apresentada em (FREIRE, 2005). Por isso, ao trabalharmos na perspectiva de mulher da comunidade

⁴ Fala pública da ministra em visita a Belo Horizonte, em novembro de 2019. Notícia disponível em: VEJA (2019).

rural, estamos inserindo-as no cenário de representação, que não visa apenas libertá-las, mas identificá-las enquanto cidadãs protagonistas de suas histórias.

Percebemos, então, que a presença de gênero na perspectiva de educação está relacionada com a discussão de liberdade (FREIRE; 2005; HOOKS; 2013), ou seja, para que haja um feminismo libertador, precisamos de uma educação libertadora, capaz de visualizar as desigualdades e as opressões, embora a questão de gênero esteja isolada dos ambientes escolares por inserir conteúdos que ferem os “valores familiares” (RIBEIRO; CATRINK; MAGALHÃES, 2021).

A comunicação torna possível, a partir do diálogo, que os sujeitos tomem clareza de si perante outros, sem constrangimentos. E diante disso é preciso ouvir as vozes das mulheres do campo a partir dos estudos feministas, dando ênfase às multiculturas e à discussão de gênero, para que se superem as amarras do sexismo permanentemente.

CAPÍTULO 3

A VIDA DAS MULHERES DA COMUNIDADE RURAL DO PASSO DO BARRO, NO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL/PR: E AS RELAÇÕES DE EDUCAÇÃO E GÊNERO

Neste capítulo, apresentamos e identificamos as mulheres do campo na comunidade do Passo do Barro, no município de Piraí do Sul/PR e em relação à educação e gênero, frente as estas discussões o papel desta mulher no contexto rural, na esfera educacional e social, dando ênfase nas especificidades, no modo de vida e educação de mulheres que compõe uma classe dentro desta comunidade. As categorias que foram identificadas a partir do trabalho de campo, aperfeiçoadas pelos estudos teóricos sobre mulher e gênero e que mais apareceram nas falas das mulheres foram: pertencimento ao lugar, condições de saúde, trabalho e educação, relações sociais; econômicas; de gênero; de poder; de sexualidade e com o patriarcado.

Este trabalho também revela as condições de vida em uma comunidade rural com o nome de Passo do Barro, localizada no interior do estado do Paraná, rodeada de grandes latifúndios, existindo e fortalecendo as raízes do campo, que se apresenta na cultura, na educação e no modo de vida de seus moradores, que organizam a sua própria dinâmica social e exclusiva da comunidade. No decorrer destes parágrafos, apresentamos como é a vida da mulher do campo, a dona de casa trabalhadora, a mãe e avó, filha e companheira que mereceram uma pesquisa sobre elas.

Envolve-se na pesquisa a territorialidade do município a partir e a participação direta da comunidade. Este capítulo também visa discutir a configuração da organização social em âmbito socioeconômico da região e a apresentação dos resultados. Para explorar a investigação, foi realizada uma pesquisa participante (STRECK, 2014; THOLLENT, 2004), por meio do trabalho de campo, com instrumento de trabalho como câmera digital para registros fotográficos, diário de campo, roteiro de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados empíricos e termo de consentimento. Estas ações foram possíveis a partir dos diálogos com os moradores e a busca de arquivos que contribuam para nossa ação de pesquisa.

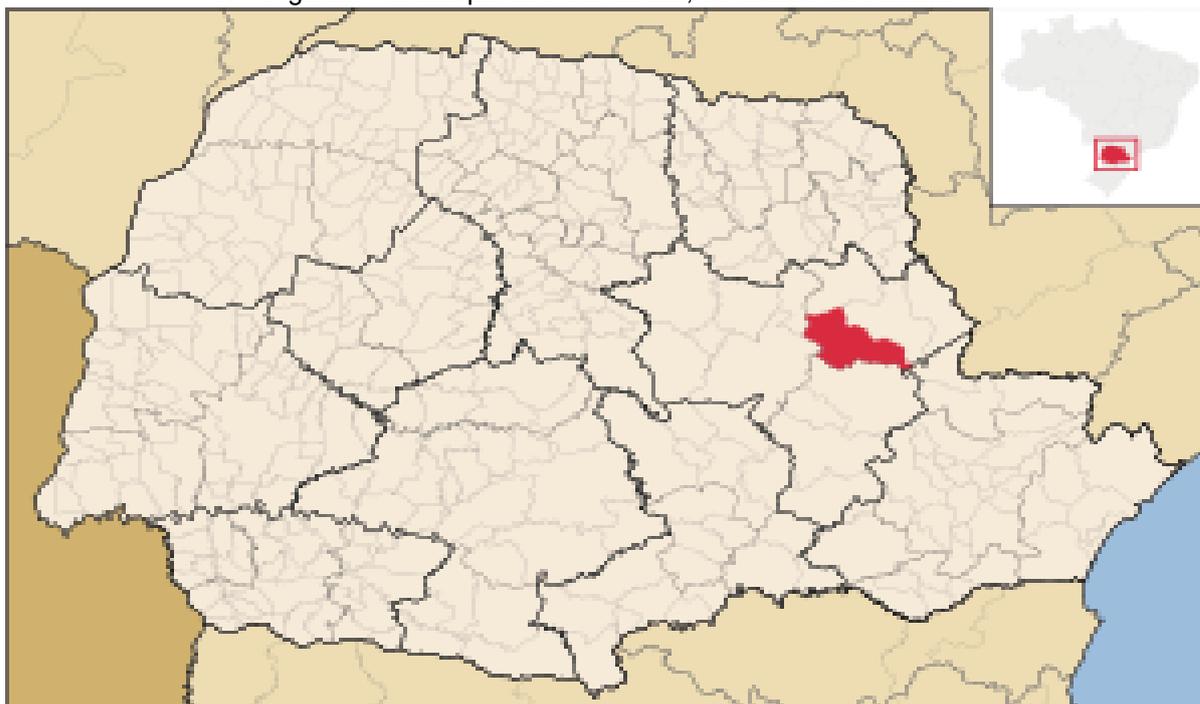
Para conhecermos a história que norteia as origens da comunidade rural do Passo do Barro, aprofundamos nossos estudos nas leituras que narram o desenvolvimento territorial do país que influenciou o surgimento de várias regiões do interior brasileiro, que foram exploradas territorialmente acompanhando o

desenvolvimento econômico do país, a comunidade do Passo do Barro carrega uma parte desta história.

3.1 AS CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL/PR

Piraí do Sul é um município que compõe a região dos Campos Gerais⁵, estado do Paraná, localizado no Segundo Planalto Paranaense⁶, na região centro-oriental, em divisa com o município de Castro/PR e Jaguariaíva/PR, a 189 quilômetros da cidade de Curitiba/PR. Sua visibilidade é voltada para as atividades agrícolas, que movem a economia do município. De um lado, destacam-se a produção de florestas plantadas, corte e exportação de madeira, havendo no município duas fábricas de celulose, e, por outro, as grandes fazendas de plantação de soja (IPARDES, 2022).

Figura 1 - Município de Piraí do Sul, no estado do Paraná



Fonte: IPARDES (2022).

⁵ Zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Nessa definição, a região é ainda limitada à área de ocorrência desta vegetação que a caracteriza situada sobre o Segundo Planalto Paranaense, no reverso da Escarpa Devoniana, a qual o separa do Primeiro Planalto, situado a leste. (MAACK, 1948).

⁶ O segundo planalto apresenta um relevo suave com inclinação em direção ao oeste indo de 1200 metros, no encontro com a escarpa devoniana a leste, a 500 metros a oeste, na base da serra geral. (FREITAS, 2016).

Um município do interior que possui uma vasta área territorial demarcada pela ruralidade. De acordo com pesquisadores, pode-se afirmar que Piraí do Sul se enquadra como um município predominantemente agrícola a partir da análise da sua extensão e da densidade demográfica, esse é o critério que determina como rural os municípios com menos de 20 mil habitantes (VERDE, 2004). Sua área territorial é de 1.343,948 km², com sua maior concentração na ruralidade expressa na imensa área de campos e florestas.

De acordo com o Ipardes (2021), a densidade demográfica do município é de 19,06 – hab/km². Na sede urbana as atividades econômicas e fonte de renda para a população se baseiam em indústrias de transformações (madeira), comércio varejista e construção civil. No campo, a atividade econômica que predomina é a agropecuária: lavoura temporária (65.555 ha); pecuária e criação de outros animais (16.570 ha); e produção de floresta plantada (19.680 ha). Essas atividades são as principais fontes de renda da população que vive no campo, vale lembrar que é uma ocupação de trabalho também para as pessoas que residem na cidade, o ofício braçal também é uma das opções de sobrevivência para os trabalhadores urbanos.

Piraí do Sul conta com 1 distrito urbano e 34 bairros rurais, sendo um deles escolhido para o foco central desta pesquisa. A população estimada do município é de 25.617, a distribuição da população em domicílio é de: 16.102 (domicílios urbanos) e 7.322 (domicílio rural) segundo dados do IPARDES (2021). Compreende-se que a maioria da população se concentra na área urbana do município.

Figura 2 - Cidade de Piraí do Sul/PR, região central.



Fonte: Disponível em: www.piraidosul.gov.br.. Acesso em: 12 dez. 2022.

Em um debate teórico sobre o conceito de ruralidade e território, trazemos as contribuições de pesquisadores que se debruçam para nos apresentar que não é possível definir a ruralidade como homogeneizada e não limitada às atividades agrícolas, e que um determinado território possui características particulares, definidas em escalas, globalização e locais. Nessa perspectiva, é possível visualizar o desenvolvimento além do econômico, social e cultural.

O território é visto como um campo de ação, e cada um possui sua particularidade em seu modo de interpretá-lo. Por exemplo, para o capitalista, o território nada mais é do que um espaço destinado ao modo de produção, ao passo que, na visão dos ambientalistas, o mesmo território pode ser o recurso de sobrevivência dos seres vivos, e assim por diante, cada qual com seu objetivo de transformação (SCHNEIDER, 2009).

É importante ressaltar que há sinônimos entre território e lugar, a tenuidade se dá ao modo do pertencimento dos sujeitos em um determinado espaço, uma característica importantíssima ao se tratar do povo do campo. De acordo com Schneider (2009, p. 11):

A primeira perspectiva discute a definição da ruralidade com base nas mudanças socioeconômicas e demográficas, ressaltado a necessidade de encontrar definições que sejam capazes de dar conta destes processos. A segunda perspectiva discute a ruralidade pelo viés das questões culturais e da representação, indicando que o espaço rural possui um sentido que vai além das características paisagistas e das formas de uso dos recursos naturais. Trata-se de uma perspectiva que pretende desvincular o rural da sua base físico-espacial, argumentando que a ruralidade é uma forma de percepção e representação que está relacionada à cultura e à identidade dos indivíduos e atores. A terceira perspectiva é representada por estudiosos que analisam a ruralidade pela ótica das transformações que os processos sociais e econômicos mais gerais do período pós-fordista, que produz impactos e gera reconfigurações nos espaços regionais.

Em se tratando de conexões históricas do uso da terra no Brasil (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014), procuramos saber como a influência da chegada dos portugueses ao país impactou e ainda impacta no uso da terra, originando e fundando marcas da exploração identificadas e presentes até hoje nas regiões brasileiras.

3.2 AS CONEXÕES HISTÓRICAS DA COMUNIDADE PASSO DO BARRO

A partir do século XIX, no auge do desenvolvimento agrário no país, com o impulso das tecnologias e a Revolução Verde, além da grande produção no campo, o excesso de agrotóxicos, desmatamentos, e as consequências se evidenciando no planeta diante dos problemas climáticos e ambientais:

As empresas e o governo brasileiro, na tentativa de reverter esses problemas e justificar o desmatamento das florestas, investem no reflorestamento. As espécies replantadas são pinus e eucaliptos, que correspondem a 90% da área reflorestada no Brasil. Essas espécies são replantadas para fins industriais, sobretudo para a produção de celulose. Isso reflete a verdadeira intenção no reflorestamento no Brasil, que não passa de interesses econômicos, apesar de as empresas e o governo brasileiro fazerem propaganda que é para o sequestro de carbono e diminuição do efeito estufa. (FERNANDES, WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 83).

Nos anos de 1960 a 1970, já no esgotamento das florestas, sentindo o efeito da falta de árvores, os empresários e governos pensam e iniciam uma nova maneira de exploração. Essa estratégia de conter os problemas que o processo de industrialização no campo gerou, na verdade, é mais um nicho de negócio propenso à exploração da terra, de modo que a celulose então no cenário de fundar indústrias de madeireiras no país.

No entanto, a partir desse contexto, entendemos o aparecimento das serrarias no estado do Paraná, e aqui se referindo à instalação da Serraria no município de Piraí do Sul, em meados de 1940, na comunidade do Passo do Barro, construída pela família Maia (MILLÉO, 2021).

Em busca de arquivos que possibilitassem reconstruir o conhecimento sobre o desenvolvimento e os valores de uma determinada região, partimos para além do previsto desta pesquisa para contextualizar como relíquias e vestígios de um passado tornaram a influência social tão significativa e, assim, traçamos um marco na realidade.

Em um momento em que a exploração madeireira e dos novos processos maquinicos chegavam ao país nos anos 30, como a utilização de serras e guinchos a vapor, assim como a construção de ferrovias e rodovias para escoamento da produção, as serrarias de J. Sguario e Cia alcançam, nesse momento, o auge da economia ambiental do estado do Paraná.

Não é possível deixar de ressaltar que o controle dos meios técnicos de produção até meados dos anos 1950 foi privilégio de uma classe dominante ou frações desta, ou seja, havia a exploração de trabalhadores locais. Esse desenvolvimento não se restringia apenas à exploração dos recursos naturais, mas também do elemento humano, com o uso de mão de obra laboral infantil em ambientes insalubres, em que o maltrapilho trabalhador descansava no final do dia em suas casas-rancho, patrocinadas pela empresa como casas dos funcionários (CASAGRANDE; SILVA; JUNIOR, 2018).

Nas serrarias, era feito o corte das árvores na mata, o transporte até o engenho com a ajuda de carroças puxadas por bois ou cavalos e, também, era feito o desdobramento das toras em tábuas, ripas, pranchões e vigamentos (CARVALHO; NODORI, 2009).

Para dar início à discussão sobre o surgimento da comunidade do Passo do Barro, é importante trazer como se deu a origem do termo de “Passo do Barro”. Mediante diálogos com os moradores mais velhos sobre o surgimento da comunidade, os relatos dissertam que havia na região uma serraria, denominada “Serraria Passo do Barro”. O nome faz jus ao rio que ficava no caminho de transporte de madeira, e na época, como ainda é hoje, as estradas de chão eram precárias, apenas para os carros de bois/burros que eram o meio de transporte utilizado.

“Passo do Barro” fazia referência à dificuldade de atravessar o rio, com a grande carga de madeira que entrava e saía da serraria. Buscando registros sobre esse marco histórico na comunidade, encontramos relatos e alguns dos quase inexistentes arquivos que mencionam informações importantes sobre o seu surgimento.

Por volta dos anos de 1930 a 1950, a Empresa João Sguario e Cia fortalecia a economia paranaense, com sua exploração madeireira no território, a matéria-prima era a exploração da Imbuia (*Ocotea porosa*) e de Araucária (*Araucaria angustifolia*). A empresa contava com diversas serrarias distribuídas pelo estado, além da exportação pelas estradas de ferro. No ano de 1950, eram: “16 serrarias no estado do Paraná, nos municípios de Piraí do Sul, Castro, Jaguariaíva, Tibagi, Tomazina, Apucarana, Cerro Azul, Lapa, São João do Triunfo e União da Vitória”. (KRETZEN, 1951, p. 152).

E a empresa se fortaleceu na região, instalando-se também no município de São Paulo. A mídia da época fazia menção ao “Rei da Madeireira”, apelido dado ao João Sguário, proprietário das serrarias. Em 1956:

Ninguém negará diante do que vê, o valor da iniciativa particular a serviço do progresso do Brasil. João Sguario cognominado ‘O Rei da Madeira’ um dos pioneiros do movimento madeireiro nacional [...] Possui serrarias nos municípios de Curitiba, Rio Branco do Sul, Apucarana. Assim de par com as oficinas próprias, há instalações adequadas para atender um grande número de empregados, tais como, residências, bem como um moderno e bem instalado escritório, um desvio próprio para composições ferroviárias também de seu exclusivo uso (CASAGRANDE; SILVA; JUNIOR, 2018), p.2).

Este breve contexto histórico sobre o desenvolvimento econômico da época se justifica por apresentar a origem da comunidade do Passo do Barro, pois ela foi um ponto de instalação de uma das serrarias no Paraná, da influente empresa madeireira de João Sguário e Cia.

Em sua essência, este trabalho possui o conhecimento popular, identificado nas entrevistas realizadas no percurso da pesquisa, e a partir deste texto, a história construída mediante um cenário econômico de época, que deu origem ao povoado que hoje conta com 63 habitantes. Sendo assim, almeja-se ajudar a dissertar as futuras gerações, o marco histórico sobre a origem das raízes que ali ficaram, após 70 anos.

Neste contexto, é possível identificar a influência enraizada da concepção da Educação Rural que, naquele momento, se fazia necessária, pois com a oferta de emprego e com a intenção de fixar a população no campo, a escola teria algo a contribuir com o desenvolvimento econômico que ali desabrocha.

Naquele momento, a educação era necessária para alfabetizar a classe trabalhadora, que mais tarde se tornaria a força de trabalho local, sendo assim, surge a primeira escola do bairro, a Escola Municipal Dom João III. Não foi possível encontrar documentos ou registros que indiquem a data legítima da implantação da escola, visto que as pessoas que atuaram nela no passado não se recordam mais a respeito.

Figura 3 - Escola Municipal Rural Dom João III, no ano de 2002.



Fonte: Fonte: Antonia Márcia de Almeida (2022).

Tendo esta necessidade em vista, após os avanços tecnológicos e econômicos no campo, este passa a ser observado como uma metamorfose do campesinato, ou seja, integração do camponês ao mercado de trabalho. O capitalismo tem o objetivo de apropriar, proletarizar os (as) trabalhadores(as) do campo num movimento desigual e contraditório para integrar a agricultura ao capital, tornando os camponeses subalternos e expropriados. (CAMACHO, 2017).

De acordo com Fernandes e Molina (2004), a Educação Rural sempre esteve associada a uma precária oferta de ensino ao povo do campo, má qualidade, pouco recurso e com metodologias arcaicas. Os programas desenvolvidos pelo governo

timidamente chegavam às escolas localizadas nas comunidades rurais, pensados e elaborados sem a participação dos seus pares, sem intervenções democráticas sobre o que era preciso, apenas impostos por uma política dominante. Resultante de um projeto para a população do campo, em diferentes territórios.

Sem importância, a educação rural era tratada em segundo plano, limitada, e imitava o modelo da escola urbana, só que sem os recursos dela, baseada no pensamento capitalista, empresarial e assistencialista, com o objetivo do controle das terras e das pessoas que vivem nela. Nesse caso, era preciso uma instituição de ensino na zona rural, criando-se então a escola rural, em favor do agronegócio.

Dentro do capitalismo agrário, o agronegócio é o principal modelo de exploração do homem e da terra, ligado ao latifúndio que explora, provedor do trabalho escravo, coronelista, em busca de concentração de terras. Sua imagem modernista de transformar e inovar a agricultura é apenas um disfarce para ocultar a intenção de explorar, apropriar, excluir e dominar. Aumenta a concentração de propriedades e diminui o campesinato, e, assim, nasce a desigualdade entre classes (FERNANDES; MOLINA, 2004).

Retomando os paradigmas da educação rural como prática pedagógica, a qual está fundamentada nos interesses capitalistas em adaptar uma educação para a população do campo, que precisa estar alinhada a um projeto de campo voltado ao agronegócio, trazemos excertos da discussão de Souza (2016), que descreve as metodologias da educação rural como relação hierárquica, coronelista, mantenedora de conformismo e subserviência, e ainda:

A educação rural tem matriz idealista, fundada na visão liberal de educação e de campo. É assim que se filiam a projetos políticos e societários distintos, uma vincula-se ao projeto hegemônico que tem o avanço do capitalismo no campo como sinônimo de desenvolvimento. A outra, no caso a Educação do Campo, vincula-se a um projeto de desenvolvimento. (SOUZA, 2016, p. 8).

E Rodrigues (2017, p.30):

O campo brasileiro, em sua maioria, é pensado pela lógica do agronegócio, organizado na agricultura capitalista, pensada a partir do ponto de vista da economia, da produção de mercadorias, na monocultura, que forma paisagens homogêneas, com uma única plantação (soja, milho e outros), vista com maquinários e pouca presença de sujeitos. Este campo é visto em segundo plano, não em sua totalidade.

A partir da discussão acima, podemos entender que a educação rural é uma ferramenta que possui o objetivo de contribuir com o capitalismo no campo, de uma forma que favorece o agronegócio sobre o controle das terras, estratégia baseada na concepção de que é preciso dar educação para o povo do campo, mas que ela fixe e torne esse indivíduo submisso ao mercado agrícola.

Em 1910, havia a preocupação de combater o analfabetismo no campo, instalando-se a educação rural dentro do modelo pedagógico que apenas passou a ser discutido na era Vargas, a partir de 1930 - o movimento foi denominado como Ruralismo Pedagógico. Essa ideia não favorecia a classe camponesa, mas, sim, àqueles que precisavam da força de trabalho no campo: o latifúndio. E voltamos à certeza de que criar uma suposta educação para o povo do campo não passava de uma estratégia de exploração.

a educação rural, mesmo com a contribuição dos ruralistas pedagógicos, em especial de Sud Mennucci, constituiu-se como fator de exclusão social, de fortalecimento do ideário do Brasil urbano e da formação escolar dualista. A preocupação no cenário dos anos de 1930, no contexto do ruralismo pedagógico, era com a superação do atraso cultural da população e ênfase nas técnicas para o trabalho agrícola. (SOUZA, 2016, p. 5).

Assim, vende-se a ideia do campo atrasado, daqueles excluídos, e em relação à educação, teria ela a função de alienar a classe à redenção ao capital, e na lógica pedagógica, de acordo com Freire:

Na visão 'bancária' de educação, o 'saber' é uma doação dos que se julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual está se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1978, p. 58).

Essa apresentação acerca dos paradigmas da Educação Rural foi necessária para desenvolver nesta pesquisa o pensamento de qual era a educação que atendia a comunidade daquela época, nos anos auge da serraria Passo do Barro. Contudo, no decorrer deste capítulo, daremos sequência a esta discussão, amparada nos relatos orais de testemunhas vivas, para confirmar se a educação que predomina e a concepção pedagógica na escola ainda é a educação rural.

A escola ainda possui o nome rural em sua identificação, ainda não atualizada como “do campo”. Para que se cumpra o que apresentado na criação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002 e 2008, conforme

disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), a nomenclatura deveria estar logada como “do campo”, porém essa transferência ainda não foi estabelecida em várias escolas do campo no município de Pirai do Sul/PR.

Isso não é tão relevante, pois apesar da mudança na nomenclatura, não muda também a concepção de educação presente na escola, ou seja, de “rural” para “campo” não quer dizer que a escola passará por um novo projeto de educação, pois não atende os princípios e seria apenas perda de materialidade no contexto, “porque não vincula as questões da escola com a comunidade” (SOUZA, 2017, p. 28).

3.3 A COMUNIDADE PASSO DO BARRO EM CONEXÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Anteriormente, foi realizado o debate sobre a Educação Rural e seus paradigmas sociais, e os efeitos educacionais que permeiam na escola. A partir disso, apresentaremos a Educação do Campo como uma defensora dos direitos sociais de emancipação e de resistência a uma concepção capitalista na educação.

A Educação do Campo tem constituído esforços desde 1997, com o I ENERA (Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária). Em 1998, em Luziânia, município de Goiás, se organizava um dos primeiros movimentos oficiais produzidos para a identidade da Educação do Campo, registrados na I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, tendo como compromisso os seguintes objetivos (SOUZA, 2018):

1. Vincular as práticas de Educação Básica do Campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional;
2. Propor e viver novos valores culturais;
3. Valorizar as culturas do campo;
4. Fazer mobilizações em vista da conquista de políticas públicas pelo direito à Educação Básica do Campo;
5. Lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização;
6. Formar Educadoras e Educadores do Campo;
7. Produzir uma proposta de Educação Básica do Campo;
8. Envolver as comunidades neste processo;
9. Acreditar na nossa capacidade de construir o novo;
10. Implementar as propostas de ação desta Conferência.

A proposta era ter o compromisso com a transformação social e a participação da escola com a comunidade, por isso, essa lógica de educação não se limitava à

sala de aula. Após esse movimento, outras experiências foram se normalizando, programas e encontros entre outras organizações que tinham os mesmos objetivos e que após 23 anos buscam por essa construção coletiva de uma educação do/no e para o povo do campo.

Além disso, os princípios da Educação do Campo se evidenciaram em normativas oficiais, como o Decreto Presidencial de nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, o qual dispõe sobre a Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). De acordo com o referido, em seu art. 2º:

Art. 2º São princípios da Educação do Campo:

I – Respeito à diversidade do campo e seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
II – Incentivo à formulação de projetos políticos-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III – desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV – Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar incluindo adequações do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e

V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010).

Essa concepção de respeito e reconhecimento ao campo brasileiro busca formas para contribuir para uma formação incluyente, na qual olha para o espaço rural como identidade construída a partir do modo de viver e de trabalhar entendida como um direito humano e social.

Portanto, a Educação do Campo é fruto de uma prática social nos movimentos sociais do campo e tem relação com a luta de classes e, em particular, com a luta dos trabalhadores rurais. Logo, o movimento da Educação do Campo não é um movimento fragilizado, pois vem ganhando espaço e se fortalecendo em torno da educação, valorizando o conhecimento destes povos e mostrando o quão importante são para a formação da identidade do local/município que vive. (MOLINA, 2015, p. 386).

No Paraná, a Educação do Campo começou a se fortalecer no ano de 2000 em diante, a partir das ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em parceria com o governo, criando projetos de alfabetização para os assentados, o que possibilitou a aproximação do MST com a Secretaria de Estado da Educação. Mas não durou muito tempo, pois os conflitos por terra e enfrentamentos entre movimento social e governo tiveram como consequência o cancelamento de convênios.

Esse movimento se consolidou na administração estadual paranaense em 2003, na gestão de Roberto Requião (2003 – 2010), que, no entanto, abriu espaços para a discussão da Educação do Campo no estado. Havia um plano de governo engajado nas políticas públicas que estabelecia vínculos com programas sociais, econômicos e educacionais. A Secretaria do Estado da Educação nesse momento apresenta ações importantes para a qualidade da educação pública na rede estadual de ensino, proporcionando por meio desse, espaço de diálogos com a sociedade civil e poder público. Um exemplo foi a criação do Departamento da Diversidade (DEDI), composto pela Educação do Campo; Educação Indígena; Relações Etnorraciais; Alfabetização de Jovens e Adultos; e Gênero e Diversidade Sexual.

Porém, o ciclo de construção da Educação do Campo sofre uma ruptura em 2011, na gestão de Carlos Alberto Richa, que modifica toda coordenação administrativa, troca de cargos, um governo neoliberalista que sem diálogos com a comunidade e com os movimentos sociais, tornando uma política desmontadora de cima para baixo, de caráter clientelista em que urbano se sobressai ao rural e provocando uma desarticulação na formação de políticas educacionais. (SOUZA; MENDES, 2017).

Desta maneira, passamos a analisar na comunidade como é possível identificar a educação do campo nos movimentos entre escola, comunidade e sujeitos. Diante das pesquisas de campo em relação ao envolvimento dos moradores, pais, professoras e alunos, percebemos que um dos principais movimentos é a resistência a pressão que a Secretaria Municipal da Educação impõe para o fechamento da escola. Nesse momento, é possível identificar que a comunidade se une por meio de abaixo-assinados para que a escola continue ativa. Conforme o aparato jurídico orientado na Lei 12.960 de 2014, fica disposto no:

Art. 28. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico o impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 2014).

No ano de 2018, a escola teve a mesma ameaça de fechamento, no entanto, foi solicitado aos pais para que fossem até a sede da Secretaria Municipal de Educação, para assinar o não contentamento com a proposta. Além disso, como forma de mobilização popular, foi elaborado um abaixo-assinado com todos os moradores do bairro para que fosse apresentado como não aceita a medida de fechamento da escola.

Após o movimento, as atividades da escola continuaram e o fechamento não foi possível. Após 3 anos, a mesma intenção de cessar as atividades foram retomadas em 2021. No que se refere às justificativas para a proposta de fechamento da escola, o quadro dramático se apresenta pela precarização do ensino, a turma com poucos alunos e a má infraestrutura da escola. E como diz Hage (2014, p. 11740);

De fato, a realidade da maioria das escolas com turmas multisseriadas revela grandes desafios para que sejam cumpridos os preceitos constitucionais e os marcos legais operacionais anunciados nas legislações específicas, que definem os parâmetros de qualidade do ensino público conquistados com as lutas dos movimentos sociais populares do campo, evidenciando o quadro dramático em que se encontram essas escolas, exigindo uma intervenção urgente e substancial nas condições objetivas e subjetivas de existência dessas escolas.

Compreende-se que, na realidade, esses fatores que interferem na qualidade da educação só servem para aumentar o descrédito nas escolas rurais multisseriadas, fazendo com que quase se convença de que fechar a escola é o melhor a ser feito. Porém, não se atenta à precariedade das estradas e da longa distância a que os estudantes irão se submeter ao deslocarem-se para a escola nucleada, com as condições do transporte escolar desarticulado.

E se houvesse uma política que levasse essa particularidade em debate? Para que se fortalecesse uma visão positiva em relação à escola rural multisseriada, como um bem necessário para a comunidade. A escola deixaria de ser problema e sim solução para que o direito ao acesso à educação fosse garantido por todos.

Com essa concepção, é preciso revelar a prática social do educando, problematizar a realidade concreta no qual o aluno vive, visando uma transformação, um compromisso político que valorize o seu contexto, expondo suas contradições sociais. Espera-se uma educação dialógica, conscientizadora crítica e que provoque consciência mobilizadora no acesso e na busca pelo conhecimento antes negado, e que se criem subsídios aos sujeitos, “não basta saber ler que: “Eva viu a uva: É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1975).

Na sequência, após a apresentação sobre o surgimento da comunidade, as transformações sociais, as conexões com a educação e com a formação dos sujeitos, daremos início à apresentação dos aspectos importantes sobre o município de Pirai do Sul/PR.

E a partir dessas definições e estudos, começaram as análises criteriosas, tendo a densidade demográfica de municípios como a variável utilizada para classificá-los em rurais ou urbanos. Quando um município tem seu desenvolvimento centralizado nas atividades agrícolas, o modo de vida rural se manifesta não apenas no campo, mas também na cidade, rompendo a dicotomia entre os dois meios. Além dos critérios de densidade demográfica, “outros elementos evidenciam a ruralidade territorial, a saber: organização sociocultural, dimensão ambiental em termos de organização de áreas de proteção ambiental e mananciais e a organização das atividades produtivas” (MORETTO, 2016, p. 20).

Essa discussão em torno da ruralidade e território foi necessária para identificarmos o município de Pirai do Sul/PR como predominantemente agrícola do estado do Paraná. Esse fenômeno se aplica no território em que se localiza, na economia e nas características socioculturais, e cabe aqui, no caminho desta pesquisa, educar a visualização de uma região de diversidade e protagonismo dos sujeitos, sem a falsa interpretação de que só é rural quando isolado. Em um município com ampla extensão territorial, marcado por ruralidade, não há separação entre rural e urbano por um *continuum*, e, dessa forma, não há como romper o paradigma da globalização, que insiste em definir campo como capital agrário e cidade como desenvolvimento industrial.

3.4 CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE PASSO DO BARRO

Este recorte espacial está inserido na área rural da Cidade de Pirafó do Sul/PR. Localiza-se próximo ao limite municipal entre Pirafó do Sul e Jaguariaíva, situada na Região Sul, no interior do estado do Paraná. Circunscrito nos Campos Gerais, ao norte da capital Curitiba. As informações a seguir foram possíveis a partir do trabalho de campo.

Na comunidade reside um total de 63 pessoas e 18 famílias. Sobre a renda das famílias, destacamos que o trabalho assalariado é o mais comum entre as funções. Sendo assim, os empregos são oferecidos pelas fazendas de plantação de soja e outros tipos de lavouras, há também as fazendas de leite que empregam homens e mulheres, e como destacamos no início deste capítulo, as empresas madeireiras que ocupam uma grande parte da comunidade com a plantação de Pinus, o restante da população vive do trabalho autônomo (recebe por dia trabalhado e por empreitadas), além dos pensionistas.

A constituição familiar se apresenta nas funções de cada membro dentro da família, na maioria das famílias o único responsável pela contribuição financeira são os homens, estes passam o dia todo trabalhando fora de casa, enquanto as mulheres cuidam do trabalho doméstico e dos filhos. Que por sua vez, essas esposas também realizam o trabalho na agricultura (cuidando dos animais e das pequenas hortas em suas casas).

Dentro desta organização social, observamos o modo de se sujeitar ao padrão de vida no campo, em que, mesmo após o movimento de emancipação das mulheres, o machismo ainda predomina nas áreas distantes dos centros urbanos. Esses fenômenos se apresentam até mesmo na educação dos filhos: meninos precisam aprender, desde cedo, a trabalhar com máquinas agrícolas, manusear ferramentas, acompanhar o pai no trabalho agrícola para que seja um homem trabalhador e capaz de sustentar a sua família. Por sua vez, as meninas precisam aprender a fazer as tarefas domésticas, que inclui cozinhar e limpar, a fim de se casar jovem e cuidar da sua própria casa. Isso pode ser um dos motivos da grande evasão escolar no campo.

Em pleno século XXI, o machismo ainda predomina na organização social, expressada na falta de oportunidade para as mulheres do campo realizarem trabalho fora de casa, adquirir profissão e estudarem, sem a dependência masculina. O

preconceito com “sexo frágil” ainda é um dos principais obstáculos que gera uma opressão sobre as mulheres, e que precisa ser problematizada dentro dos movimentos populares.

Este contexto sobre a mulher da comunidade rural é discutido neste trabalho de pesquisa, mas deve estar na sociedade em geral, seja no espaço urbano ou rural, embora nas cidades as mulheres tenham mais oportunidades, o que não significa a ausência da superioridade masculina. Mas em relação aos valores femininos no campo, há indícios de submissão da mulher dentro do casamento, e esta é uma das considerações das observações realizadas durante a pesquisa exploratória na comunidade, e a observação do comportamento das mulheres durante as entrevistas.

Em pesquisas anteriores, encontramos informações importantes sobre a juventude no campo. A partir de 15 anos, as moças são levadas a cessar os estudos, mesmo com toda política de permanência e conclusão de educação básica, e muitas vezes essa decisão não é tomada pelos responsáveis, mas, sim, por elas mesmas. A ideologia patriarcal insiste em definir que a mulher deve ser submissa e possuir a função de mãe de família ou dona de casa, pois a mulher, enquanto casada, é reconhecida publicamente por possuir um homem responsável por ela e por seus filhos, como um controle familiar (RODRIGUÉZ, 2008).

Fonseca (2004, p.32) aponta que “a mulher sem marido perturba a paz da comunidade; ela desafia a virilidade dos homens e atiça o ciúme das mulheres. A presença de um marido como tutor da sexualidade feminina resolve o problema.” (FONSECA, 2004, p. 32). Entendemos que essa realidade é presente em muitos lugares, e na comunidade do Passo do Barro não é diferente. As meninas se casam muito jovens, e os estudos não são prioridades, elas por decisão própria ou pressão da família não vê vantagem a não ser se casar e ter sua casa, filhos e marido. E quando decidem ficar solteiras, chamam a atenção das pessoas, principalmente sobre a sua sexualidade.

A sexualidade também é um censurada na comunidade rural, há valores a serem preservados e honra a serem mantidas, nesse caso, esse pode vir a ser um dos motivos do porquê os jovens se casam tão cedo. Sob a vigilância dos pais, e da vizinhança, os jovens namoram, em segredo e às escondidas, trocam recados entre amigos, marcam encontros fora de suas casas dando um jeito de ficarem a sós, mas o temor e a falta de conhecimento sobre gravidez e doenças sexualmente

transmissíveis faz com que esses jovens evitem relações sexuais, deixando para depois do casamento, por isso, os rapazes e as moças decidem se casar em um rápido espaço de tempo.

Esta abordagem leva à categoria de gênero, tema vasto e complexo, ao analisar a organização das famílias camponesas, como uma tradição em que a ordem moral é ter o pai, a mãe e os filhos, isto é, uma “família estruturada”, que envolve as relações sociais em que ser o chefe da família está sob as decisões masculinas. Assim, dividem-se os trabalhos de casa e da roça, com as respectivas responsabilidades (JANATA, 2004).

Ao observarmos as relações familiares da comunidade, percebemos que as mulheres, além dos afazeres domésticos, vão para a roça, invertendo os papéis. Lechat (1996, p. 103) afirma que “na lavoura, a mulher é uma mão-de-obra de reserva para épocas de intenso trabalho, como a capina, a colheita do feijão e do milho e o plantio da mandioca, todos serviços manuais”, porém, os homens não se responsabilizam pelas atividades em casa, como cozinhar, limpar etc.

Fica evidente a herança do patriarcado, que, nesta perspectiva:

refere-se aos trabalhos domésticos que estão particularmente relacionados às mulheres e mesmo que, nas últimas quatro décadas, as mulheres tenham avançados em seus direitos no campo da educação, política, civis, saúde sexual e reprodutiva, alcançando uma maior participação no mercado de trabalho formal, apontando um significativo avanço social e cultural, o exercício do trabalho doméstico e a responsabilidade do educar e o cuidar dos filhos ainda é tarefa exclusivamente feminina, perpetuando a persistência de desigualdades e desequilíbrios de gênero nas formas de organização de vida familiar, em relação à distribuição das tarefas domésticas, ao envolvimento e responsabilidades com os cuidados com os membros da família. (NASCIMENTO, 2007, p. 10).

Essa característica de organização familiar reproduz o modelo patriarcal na maioria das famílias da comunidade Passo do Barro, e a naturalização desse fenômeno faz com que as mulheres não tenham participação ativa nas tomadas de decisões, como, por exemplo, resolver as questões financeiras da casa. A discussão em torno das relações de gênero, educação e mulheres campo é complexa, envolve o feminismo, que nem sempre é bem-visto pelos sujeitos, sendo visualizado como uma ofensa à moral e aos bons costumes, atitudes que muitas vezes não consideram a mulher feminista com respeito.

Apresentamos até aqui algumas considerações de como se dão as relações sociais, educacionais e territoriais da comunidade do Passo do Barro, e como objeto

desta pesquisa as mulheres, educação e gênero, apresentando as características do município e da comunidade. A pesquisa tem como instrumento de trabalho depoimentos produzidos por sujeitos, que serão acessados por intermédio da pesquisa participante, de acordo com Streck (2004), e de abordagem qualitativa, como mencionamos na Introdução.

A pesquisa tem como instrumento de trabalho de campo entrevistas semiestruturadas com mulheres da comunidade, observações, registros fotográficos, aplicativo de áudio para gravar as conversas e materiais de apoio, como cadernos de anotações, ferramentas reconhecidas pelo termo de consentimento assinado pelas participantes.

Parte-se do pressuposto de que, em qualquer pesquisa que envolva pessoas, haja riscos e, desta forma, todo procedimento foi realizado de forma a minimizá-los. O processo de entrevista pode mobilizar sentimentos associados ao tema – que podem afetar o estado psicológico/emocional das entrevistadas. No caso de ocorrer, estabelecemos que a entrevista seria interrompida e, se fosse desejo da entrevistada, ela não teria prosseguimento. Os dados obtidos até então não seriam utilizados para análise, e outra entrevistada seria selecionada para tomar o lugar da desistente, não sendo esta prejudicada de nenhuma forma.

Todos os dados coletados são de responsabilidade inteiramente da pesquisadora, não sendo acessíveis a terceiros. Na divulgação dos resultados da pesquisa, não serão revelados os nomes dos participantes, tampouco descrições que viabilizem sua identificação, garantindo o seu anonimato.

3.5 O PROCESSO DE PESQUISA

O trabalho de campo iniciou-se em 2022 e, no primeiro momento, foi necessário fazer a adaptação do processo metodológico da pesquisa e a seleção de quais mulheres seriam entrevistadas. Inicialmente, enviamos o projeto para a plataforma Brasil para ser aprovado no comitê de ética, e em seguida foi elaboramos o Termo de Livre Consentimento para ser apresentado às participantes.

Em se tratando de uma pesquisa cujo objeto de estudo é a mulher da comunidade Passo do Barro, tivemos que refletir sobre quais seriam e como seria a abordagem. Para a seleção das 7 mulheres entrevistadas, entre 18 e 56 anos, estas sempre viveram na comunidade, são trabalhadoras, donas de casa, estudantes,

mães, esposas e filhas. A escolha se voltou a mulheres de diferentes faixas etárias para compor o corpo de participantes desta pesquisa, referindo-se ao diferente contexto em que cada mulher viveu, construindo uma perspectiva histórica na geração de mulheres, e entender como eram as condições de vida em comparação com a atualidade. Identificamos as perspectivas de vida de cada uma delas e também por serem mulheres engajadas nas questões sociais. Elas demonstraram interesse em participar, que é a parte principal do processo desta investigação.

O primeiro contato foi via WhatsApp para confirmar a participação das mulheres, em que 5 confirmaram que participariam e agradeceram o convite, e 2 confirmaram pessoalmente. A organização da entrevista foi dividida em 2 grupos de mulheres para facilitar o processo de pesquisa, visto que não seria possível reunir as 7 mulheres em um mesmo lugar e momento.

A ação teve mais de 30 horas de trabalho de campo, divididas em 4 semanas, com 4 encontros de, aproximadamente, 8 horas. Na comunidade, as casas são todas próximas umas das outras, e há a tradição das mulheres desta comunidade de visitarem-se diariamente, de modo que frequentamos este meio, ora almoçando em uma casa, ora tomando chá em outra, e a todo momento realizamos a empiria de acordo com o diálogo com as mulheres.

No primeiro encontro, dia 5/10/2022, 9 horas, quarta-feira, estiveram presentes 3 mulheres entre 32, 34 e 56 anos, duas casadas e uma solteira, as quais trabalham na rede municipal de educação. O encontro teve a duração de 3 horas de conversa, que se estendeu até o meio-dia. Os temas trabalhados na entrevista seguiram a seguinte ordem: modo de vida, educação, religião, sexualidade e cultura. A pesquisa buscou trabalhar com mulheres que viveram por toda a vida na comunidade, para entendermos quais e quem são elas.

O segundo encontro foi realizado no dia 22/10/2022, às 14 horas, e se estendeu até às 17 horas, aproximadamente, com 4 mulheres entre 44, 33, 30 e 18 anos, sendo 3 donas de casa e casadas e uma estudante solteira. Nesse encontro, tinha café com quitutes, em especial queijo e doces de abóbora e pera, feitos pela participante da pesquisa, que abriu sua casa para uma tarde de conversas, como elas mesmas chamaram a entrevista.

O terceiro encontro ocorreu no dia 29/10/2022, sábado, pela manhã, com 2 mulheres que haviam participado do segundo encontro. A duração foi de 2 horas. Em todos os encontros, foram autorizadas gravações, registro de fotos e anotações,

conforme consta nos apêndices deste trabalho. A empiria finalizou no dia 29/10/2022, mas, mesmo interrompendo as gravações, acompanhamos as mulheres à missa, nos afazeres domésticos e em seu cotidiano.

Nos próximos tópicos, apresentamos as principais categorias empíricas que emergiram dos resultados das análises do trabalho de campo, buscando revelar o que mais apareceu nos encontros com as mulheres a partir das entrevistas, observando o que pouco se manifesta, mas que não pode passar despercebido, refletindo-se constantemente sobre os estudos teóricos.

3.6 O PERTENCIMENTO AO LUGAR

Uma das constatações mais relevantes é sobre o pertencimento dentro da comunidade e, embora pareça clichê, quando iniciamos as questões sobre a vida na comunidade, as entrevistadas expressaram o desejo de mostrar quem eram as mulheres do Passo do Barro e, imediatamente, as questões de gênero foram surgindo. Mesmo sem saber, as mulheres destacavam que a desigualdade entre os sexos é algo que precisa ser questionado.

Sobre o pertencer na comunidade e sentir orgulho de fazer parte de um todo é uma das respostas que mais apareceram e, ao serem questionadas sobre como é ser uma mulher na comunidade, muitas entrevistadas diziam que ser uma mulher ou um homem tem sua relevância, ou seja, não há diferenças. Apesar de se saber que existe a desigualdade de gênero em uma perspectiva mais ampla, na comunidade essa dinâmica não parece ser tão nítida, pois homens e mulheres, sob o olhar das mulheres, são iguais.

Representar a comunidade é uma das características das mulheres, que têm o seu próprio modo, e não há como negar que elas sabem quem são e defendem umas às outras. A seguir, alguns excertos das entrevistas, que tinham como questão: “Como é ser uma mulher na comunidade?”:

P1: Eu não vejo diferença, em ser uma mulher da comunidade ou ser um homem da comunidade...

P2: Acho que eu sinto orgulho em ser passodobarense, quando eu falo isso porque tenho raízes, minha família é dali, eu sou dali, eu me identifico com aquele lugar, com o modo de ser, pensar e agir.

P3: Nosso bairro aqui é pequeno mas com mulheres fortes e trabalhadoras

P4: A vida da mulher aqui é bem tranquila...

P5: Ah é sossegado sabe, nós aqui temos nossas coisas e maioria acho que nasceu e se criou aqui, então isso dá um orgulho sabe, eu não penso

em ir embora. Nós tem bastante amizade então é bom tipo, é tudo longe da cidade mas é bom.

P7: No Passo do Barro é bom, eu cresci aqui, eu vivo aqui, tive meus mantimentos no Passo do Barro.

Os depoimentos foram significativos para a construção desta dissertação. Durante os dias de trabalho de campo, notamos que existe uma relação íntima entre as mulheres, uma vez que as conversas se conectavam e elas pareciam saber o que dizer, sem discordarem umas das outras. Por seis meses, vimos acompanhando a comunidade e, ao contrário do que encontramos em outras pesquisas durante o levantamento bibliográfico para este trabalho, em que as mulheres das comunidades rurais sempre apareciam como minimizadas e oprimidas pelos homens, notamos que as mulheres da comunidade do Passo do Barro não são vítimas das relações sociais patriarcais, mas as “donas de si”. Entendemos que a dominação masculina não é tão relevante, a julgar pela autonomia que as mulheres apresentaram.

O pertencer à comunidade é construir uma identidade, formada e adaptada por simbologias, formas de relações sociais e costumes, de acordo com Bocchini (2013, p. 75):

O pertencimento e a identidade não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre e a maneira como age são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. [...]

Assim, fazer parte de uma comunidade é similar a ter um sobrenome, uma identidade, o que representa mais que uma delimitação física, de uma comunidade indica pertencimento a um grupo determinado, e não a outro. Trata-se de vincular-se por laços de parentesco e de afinidades. Ainda, ter laços de vizinhança, e ainda que possuindo semelhanças com as demais comunidades do rio, também há muitas diferenças. (SCHWEICKARDT, 2012).

A socialização das mulheres da comunidade rural Passo do Barro pode ser vista como uma identidade adquirida a partir da assimilação das experiências oriundas das mulheres da sua classe, ao longo das suas vidas, com as influências familiares e, principalmente, das histórias das mulheres.

De acordo com Dubar (2005), é uma casualidade histórica do passado sobre o presente, um processo contínuo de reconstrução que permeia de maneira

subjetiva e coletiva, que atua na apreensão do modo de viver, que fornece referências de identidade e conduta social.

Desta forma, entendemos que a construção do pertencimento a um lugar, grupo ou classe é associado a ação das memórias, numa perspectiva histórica de trajetória para o modelo de comportamento (DUBAR, 2005). O que ressaltamos com isso é que, se as mulheres do Passo do Barro fossem oriundas de outro lugar, certamente não iriam se pronunciar com tanta sabedoria.

É relevante considerar que, desde a infância, há a necessidade de se ensinar a viver em um determinado grupo ou lugar, a se identificar em um modelo social e de gênero, o que é iniciado na família e vai se intensificando, ganhando sentido em todas as etapas da educação. Não foi difícil lembrar dos anos iniciais na escola multisseriada da comunidade, quando a professora reafirmava que ali era o nosso lugar e onde deveríamos gostar de morar. O pertencimento é também uma maneira de se identificar enquanto homem ou mulher, de pertencer a uma classe, que é construída historicamente como já observamos nos estudos de Scott (1989).

A escola tem um importante papel neste processo, é ela quem vai intensificar o que os meninos e as meninas já possuem dentro de si, as posturas sociais que adquiriram até aquele momento, e “é necessário tomar consciência dos mecanismos inconscientes de transmissão do modelo que queremos modificar” (MORENO, 1999, p. 30).

Esta ressalva sobre a contribuição da escola para a construção do gênero e do pertencimento à comunidade se faz necessária nesta pesquisa, pois a comunidade é atendida por uma mesma escola há mais de 50 anos, e uma mesma professora há mais de 30 anos. É preciso pensar sobre como a escola tem olhado para a formação das mulheres de sua comunidade, pois existe um papel econômico nestas conexões, as tensões que vem da materialidade da vida, um movimento de crítica.

Mais adiante, serão abordadas algumas contradições do ponto de vista investigativo, um aspecto interessante de ser analisado, que consiste na maneira como as mulheres dizem ser bom morar na comunidade, ao mesmo tempo que identificam as condições sociais, de saúde e trabalho, como aborda a segunda categoria.

3.7 CONDIÇÕES SOCIAIS, DE SAÚDE E TRABALHO DAS MULHERES DA COMUNIDADE DO PASSO DO BARRO

De acordo com as respostas sobre a condição de vida das mulheres da comunidade do Passo do Barro, ao mesmo tempo em que elas diziam que sentem orgulho de morar nesta comunidade e de pertencer àquele lugar, problematizavam questões de saúde, trabalho e relações sociais. Isso nos faz pensar em qual é o conceito de “bom” para estas mulheres, que apesar de haver orgulho de viver na comunidade, sabem que há contradições e difíceis condições de vida, principalmente relacionadas à saúde.

Algumas respostas das entrevistas que melhor definem essa categoria, orientadas pela pergunta: “Em questão das condições de vida da mulher da sua comunidade, como você define o acesso a saúde?”, são:

P1: Nem nas comunidades maiores têm, não existe para nenhuma na zona rural do município. Não temos nem agente de saúde. Ninguém se interessa em trabalhar aqui, no Passo do Barro não tem postinho de saúde.

P3: Mas pra falar a verdade nunca tivemos né, esses preventivo que fazemos tem que ir marcar lá na cidade, e tem muié que não faz porque tem vergonha.

P4: Tem que marcar na cidade, não tem nem como, nem lugar adequado pra fazer esses exame de preventivo, pra exames de mama.

P5: Não tem atendimento para a mulher aqui, nem médico tem, nem dentista, não temo nada, aqui no bairro? Não.

Percebemos, então, que as mulheres sabem que existe a preocupação com a saúde de mulher, e vale mencionar que os encontros foram realizados durante o mês de outubro de 2022, durante a campanha do Outubro Rosa, e quando inserimos o tema a conversa, algumas mulheres só sabiam que tinham que fazer o exame de mama após os 40 anos, mas nenhuma havia feito, tampouco pretendia fazer, embora soubessem da importância da prevenção. O preventivo também foi problematizado quando as mulheres disseram sobre a vergonha de expor seu corpo e, ao mesmo tempo em que sentem a necessidade de fazer, desejariam que fosse mais fácil.

Há a naturalização das condições precárias de saúde da mulher da comunidade Passo do Barro, já que elas não mencionaram mulheres que engravidam precocemente na comunidade, em que crianças são fruto do casamento entre jovens - algo comum na comunidade rural -; os jovens se casam cedo; as

meninas que se tornam mães e estão sujeitas a muitos riscos de saúde, com as complicações na gravidez.

Além disso, podem contrair infecções sexualmente transmissíveis; os partos prematuros; a falta do acompanhamento do pré-natal (mais complicado quando se mora longe da cidade), e os demais agravantes, como consequências em que as mulheres correm o risco de sofrer por não possuírem um sistema reprodutor preparado para formar um feto (GOMES; FONSECA; VEIGA, 2002; UNICEF, 2015).

O sistema de saúde do município de Piraí do Sul/PR se apresenta limitado ao atendimento às comunidades rurais e pouco eficiente em responder os desafios da população. Não há um plano coerente de ativação dos postos de saúde nas comunidades rurais, que são fechados junto com as escolas do campo, visto que escola e posto de assistência à saúde dividem o mesmo local. A Secretaria da Saúde de Piraí do Sul (2022) aponta:

É da competência da Secretaria Municipal de Saúde, o planejamento e a execução da política de saúde do Município, através da implantação do Sistema Municipal de Saúde e do desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública; compete-lhe ainda a realização integrada de atividades, assistenciais e preventivas; a vigilância epidemiológica, sanitária e nutricional; a prestação de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência; a promoção de campanhas de esclarecimento, objetivando a preservação da saúde da população; a implantação e fiscalização das portarias municipais relativas à higiene e saúde pública; a participação na formulação de políticas de proteção ao meio ambiente; a articulação com outros órgãos do Município e de outros níveis de governo, para o desenvolvimento de programas conjuntos voltados para a melhoria das condições nutricionais e de saúde, da população.

Não encontramos neste plano a visualização do acesso às áreas rurais, o que significa que a parcela de pessoas que moram no campo não possui rede sanitária em todo o território municipal. As unidades de saúde que atendem à população estão na cidade, e, ainda assim, em alguns casos não têm condições para prestação de serviços adequados e de qualidade. A limitação do setor de saúde do município é o responsável pelo adoecimento da população do campo, bem como pela evasão rural, em que as pessoas abandonam o campo para viver na cidade, devido ao acesso à saúde ser mais fácil.

Diante do contexto das dificuldades em relação à saúde das mulheres da comunidade do Passo do Barro, a alternativa encontrada pelas mulheres são os chás de plantas medicinais, que são cultivados em pequenas hortas (hortelã, erva-

cidreira, capim limão, boldo etc.). A distância da cidade é outro desafio, especialmente para as mulheres gestantes, pois são estradas precárias, há falta do transporte público, tudo prejudica o abastecimento de alimentos e utensílios domésticos, ainda que haja uma mercearia próxima à comunidade, onde muitas coisas faltam.

No entanto, nos deparamos com outra questão, a vergonha das mulheres sobre o próprio corpo, de não se sentirem seguras para realizar exames, algo desconfortável principalmente para as mais velhas, que nunca fizeram uma consulta ginecológica, por conta da insegurança sobre a sua intimidade, que passa a ser acompanhada de um boicote em relação à própria saúde.

A saúde sexual e reprodutiva não é mencionada pelas mulheres, porque fica restrita às questões de gênero e sexualidade; embora seja recorrente a gravidez entre as mulheres mais jovens, há mulheres que têm de 3 a 5 filhos em curto espaço. Percebe-se o desconhecimento preocupante destas mulheres com as infecções sexualmente transmissíveis e anticoncepcionais.

Sob a luz do trabalho de campo, ao acompanhar o cotidiano das mulheres, ao pensar na saúde das pessoas que moram no campo, é preciso considerar as condições físicas das atividades desenvolvidas por elas, como cortar lenha, carregar carrinhos de mão, levantar sacos de sementes, colher e plantar com ferramentas manuais, além das intoxicações provocadas pelo uso excessivo de agrotóxicos.

Esses insumos tóxicos são reconhecidos como um perigo à saúde e, por isso, as mulheres tentam não fazer uso de tais substâncias, utilizando-se dos saberes que aprenderam com a cultura e as tradições repassadas pelos mais velhos. A seguir, iniciaremos esta discussão.

3.8 OS COSTUMES E TRADIÇÕES DAS MULHERES DA COMUNIDADE

A comunidade Passo do Barro possui uma característica incomum, expressada no modo e nos costumes de seus moradores, por exemplo, as rezas, que são tradições ligadas à religião, a caminhada com a santa Nossa Senhora das Graças, que fica uma semana em cada residência. Também a “carniada”, que é o abate de animais para o consumo e venda da carne, aproveitando-se todas as partes do corpo do animal, desde as patas até a cabeça.

Ainda há algumas tradições como chimarrão, fogueiras no mês de junho e os bailes – ou chamados de fandangos, que geralmente são festas em que as pessoas dançam músicas gaúchas, com bingos e leilões de prendas. Essas são algumas das tradições que são modificadas, mas não perdem suas essências, e são adquiridas pelas gerações na comunidade. A tradição é:

uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa (GIDDENS, 1991, p. 44).

De acordo com a citação de Giddens (1991), a tradição assume uma forma de relacionar a temporalidade, com o objetivo de manter determinadas ações que apesar de se modificarem com o passar do tempo, continuam sendo significativas para um grupo. Quando questionei as mulheres sobre as tradições, culturas e costumes da comunidade, as mulheres fizeram referência às mulheres do passado, e a respostas foram as seguintes;

P1: Antigamente, não sei se você lembra, agora não sei porque as mulheres ficam mais em casa, mas antes elas se juntavam para fazer acolchoados, e era um trabalho feito só por mulheres e as crianças, meninos e meninas.

P2: Outra coisa também que tinha era a bandeira do Divino que era uma tradição do tempo da vó também, os homens nunca estavam juntos, elas saíam com a bandeira do Divino e levavam nas casas, iam buscar, faziam as orações e tal, era como se fosse uma festinha do Divino.

P3: Mas não era só acolchoados, tinha também os churiços né? Os homens matavam os porcos e as mulheres lidavam com os churiços, fritam torresmos e se juntam né, não junta todas as mulheres, mas juntam todas as do núcleo familiar.

P4: Antigamente as mulheres se juntavam até para varrer terreiro.

P5: Tinha os mutirão também, tempo de roça, o pai mesmo fazia aquelas roças enormes e quando era pra limpar ou colher a gente reunia toda a turma do bairro e ia pra roça cedo, as muié faziam o armoço e os home na lida e era tudo na mão. Nós criança só ia pra fazer bagunça.

P6: Sabia que o povo não se visita mais igual antigamente, é o negócio da internet né que nem eu tava falando, aqui no bairro tem internet agora todo mundo.

P7: A gente achou barro pra fazer o artesanato pra fazer os potinho. Acho que é uma cultura né?

Estas mulheres trazem em suas práticas um pouco de tradição e cultura das mulheres do passado, as avós e as bisavós. Segundo as falas das participantes, as

mulheres do Passo do Barro sempre tiveram suas histórias de coragem e determinação que foram passadas de geração para geração. Estas mulheres repassaram para as filhas, que transferiram para as netas os papéis das mulheres na comunidade.

É normal chegar em uma residência na comunidade do Passo do Barro e ter uma recepção agradável, e geralmente ver a filha mulher, jovem ou criança, auxiliando nas atividades domésticas como, fazer o café, lavar a louça, preparar a comida para a visita, além de outras atividades que são desempenhadas pelas filhas para que a mãe possa dar a atenção para a visita.

Esta é a formação cultural e tradicional que as meninas recebem das mães, e que absorvem como uma função social que se expressa nas suas práticas. Esta realidade coincide com Schwendler (2002) que evidencia uma divisão sexual também na cultura e nos costumes do povo do campo.

Na cultura do campo, geralmente, a menina aprende com a mãe, as lidas de casa, os cuidados para com os filhos, preparo da horta, aprendendo raramente, a discutir política, planejar a produção, negociar e comercializar o produto. Isto cabe ao filho homem, o qual também, muitas vezes, não aprende as lidas da casa e o cuidado com as crianças. (SCHWENDLER, 2002, p. 2)

Esta realidade é também uma resistência aos novos modos culturais, pois constatamos durante o trabalho de campo da pesquisa que as mulheres pouco usam o celular e limitam os filhos ao acesso à internet, como é o caso de uma das mulheres entrevistada, que não permite que os filhos usem os celulares após às 21h.

Esta é uma característica distinta do modo de ser e cultivar maneiras do povo do campo diante do avanço tecnológico que interfere nas relações sociais. Os costumes são modos que tornam hábitos sociais, nos espaços que determinam comportamentos sociais, portanto, é também a forma de pertencimento, como já referido anteriormente - criar identidades e simbologias no lugar que vive.

Uma vez inserida na comunidade, observamos os detalhes dos lugares, o artesanato como um costume das mulheres em confeccionar também é algo significativo para elas, desenho de flores e animais, enfeites nas árvores, nas janelas e portas da casa, pinturas na parede, potes de flores penduradas na varanda. Assim, era impossível não perceber o cuidado e o zelo com que as mulheres confeccionam os objetos, como apresentam as fotos da Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Registros fotográficos durante o trabalho de campo



Fonte: A autora (2022).

O que mais chamou a atenção é que essas mulheres não visualizam o artesanato exclusivamente como fonte de renda, mas como uma arte. Em suas palavras, é uma atividade de “ocupar a cabeça” e não há intenção de obter lucros. É

notável que as mulheres se sentem livres para desenvolver as atividades que desejam, e gostam do modo de vida que levam; elas têm autonomia sobre suas práticas e são sempre unidas com os demais membros da comunidade. De seu lado, os homens não interferem nas tradições, costumes, religião e atividades de artesanato das mulheres, ao contrário, geralmente os maridos são os responsáveis em encontrar recursos da natureza para o trabalho de suas esposas, por exemplo: toco de árvores, purungos, nós de pinus, palhas etc.

A religião católica é a que predomina nesta comunidade: nas falas das mulheres, relatam como são as funções que desempenham na Igreja e suas atividades religiosas, enfatizando a maior participação de mulheres como representantes da Igreja, e são elas que mais se dedicam nas ações missionárias, novenas, missas etc. Nas comunidades, geralmente existe uma liderança nas igrejas católicas, e na comunidade Passo do Barro, as três líderes são mulheres.

Os costumes e as tradições desenvolvidas pelas pessoas da comunidade do Passo do Barro, em especial pelas mulheres, é uma representação de um modo de vida que não se limita apenas em ocupar um determinado território, é também construir uma cultura e uma legítima característica da região em que pertence. A partir disso, pensar a educação como parte fundamental da vida humana, seja no contexto de ensino e aprendizagem ou no contexto social.

3.9 A EDUCAÇÃO OFERECIDA PARA AS MULHERES DA COMUNIDADE

De modo geral, a educação oferecida ao povo do campo sempre foi permeada de dificuldades e desafios, tanto para homens quanto para mulheres. Nesta pesquisa, trazemos a realidade de uma escola multisseriada que atende a comunidade do Passo do Barro há mais de 50 anos e que funciona em apenas um turno, à tarde, entretanto, busquei conhecer qual o papel da educação para as mulheres que ali vivem. Para isso, é necessário fazer uma abordagem a concepção de educação que atende ao povo do campo.

A Educação do Campo surge de movimentos de luta por igualdade entre camponeses de classes distintas, luta pelo reconhecimento, direitos, valores, culturas e acesso ao mundo social científico, ao mesmo tempo que faz problematizações de ideias, a busca de autonomia, para que no próprio campo se tenha a educação do

campo como objeto de estudo, análises, problemáticas, ideias críticas em favor a sua própria cultura.

Entretanto, o nascimento da Educação do Campo não apenas surgiu da busca por igualdades, mas também como construções de alternativas, políticas e projetos de transformações e emancipação do povo do campo, levar a educação para o povo, os camponeses e para que ela aconteça em seu lugar, e o que de fato tem sido observado é que o termo “educação” está dentro da diversidade, porém o ‘campo’ não.

O protagonismo desta trajetória de Educação do Campo foram os movimentos sociais, em destaque o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que lutava não apenas por direito à terra, mas também pelo direito da educação do campo para os camponeses e trabalhadores da dela. Para compreender e detalhar essa realidade social, serviu como fonte teórica o trabalho de Souza (2016).

No presente trabalho, a autora direciona questões sobre a construção e o surgimento da Educação do Campo, salientando que foram derivados de lutas de classes e movimentos sociais, que, em todas suas reivindicações, lutaram por direitos humanitários, entre os quais o direito por escolas para seu povo, o homem do campo. No campo, a renda das famílias da classe trabalhadora, na sua maioria, tem origem na produção agrícola autônoma. Outros são funcionários assalariados, que trabalham para grandes ou pequenas propriedades que exigem a sua força de trabalho. Há também pequenos produtores rurais, que fazem uso de suas terras para gerar o sustento da família, o que se chama de agricultura familiar e, também, comunidades e grupos que se organizam para o uso da terra, como nos assentamentos.

É importante trazer a historicidade do contexto para que fique mais coerente com o que estamos discutindo, no caso deste trabalho, a busca pela democracia no meio rural como um todo, pois quando se fala em educação DO e NO campo, não podemos nos limitar aos muros das escolas. Esse breve discurso teve o propósito de apresentar o princípio da educação que precisamos defender quando nos referimos às mulheres do campo. O movimento da Educação do Campo se construiu

na materialidade de sentir-se pertencente aos sujeitos de resistência do campo, que lutam nas suas especificidades por melhores condições de vida e por reconhecimento dos seus direitos sociais. Neste sentido, a noção de campo será empregada para designar os espaços da floresta, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e agricultura, ou seja, espaços com identidade de

sentido de pertença da terra e da localidade, local em que se estabelecem ligações de parentesco. (ALMADA, 2005, p. 63).

É mais que um espaço não urbano, “é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”. Nas questões sobre educação, seguem algumas respostas da questão “Sobre a Educação, você lembra como eram as aulas e a sua rotina escolar e havia diferença entre meninos e meninas?”

P1: Na escola a professora sempre falou, e falava pra todo mundo que a gente tinha que estudar você tem que ser alguém na vida.

P5: Estudar na escola era gostoso, tempinho bom... E todo mundo era tratado igual...

P6: Ter a escola pra nós sempre foi muito bom, com certeza, eu gostava de estudar, com os estudos a gente sempre pode ter mais oportunidades.

P7: Estudar na escolinha aqui foi muito bom, era uma escolinha simples, mais onde aprendi muito, meninos e meninas tinham tratamento igual

P2: É, só que na nossa época o transporte não tinha e nem escola perto igual agora tem o Capinzal, até hoje algumas crianças que estudam lá e moram longe enfrentam dificuldades pra ir pra escola também, quando chove.

P3: Bom, eu estudei até a quarta série ai não teve problemas, a escola era do lado de casa, depois sim já que no meu tempo não tinha outras séries perto, só na cidade.

P4: É Mesmo, ônibus não tinha também e depois de um certo tempo melhorou.

Diante das respostas, é possível evidenciar que ter a escola ativa na comunidade é uma oportunidade ao povo do campo, e isso explica o movimento de defesa da escola em relação às políticas educacionais, como o fechamento de escolas do campo e as políticas de transporte escolar. Cada uma destas mulheres, à sua maneira, lembraram o passado e destacaram como foi a sua formação, aquelas que não conseguiram concluir os estudos pela falta do acesso e duas no momento frequentam o EJA.

Estas mulheres enxergam a escola como um lugar de aprender e se tornar alguém na vida e uma possibilidade de levar as pessoas, e principalmente as mulheres, a outra posição social. Lamentam o fato de não terem concluído os estudos enquanto jovens, ao mesmo tempo em que valorizam o acesso à educação que a comunidade tem hoje. De todas as pessoas que residem na comunidade, apenas duas mulheres possuem ensino superior completo em nível de graduação, concluídas a distância. Nenhum homem da comunidade possui ensino superior.

Há um retorno positivo das mulheres que voltaram a estudar, duas conseguiram trabalho nas escolas, com cargos de auxiliar de serviços gerais, uma delas se orgulha quando fala que trocou a roça pela escola a partir da escolaridade. Os programas de alfabetização de adultos foram políticas que fortaleceram a inclusão das mulheres ao mercado de trabalho e as melhorias na condição de vida, como é o caso de uma das participantes desta pesquisa, que conseguiu comprar seu próprio carro, sendo uma assalariada efetiva.

A partir da educação, elas experienciam o gosto da sua liberdade, a busca pelas melhorias nas condições de vida, a descoberta de capacidades que não sabiam que possuíam e sentem os avanços de sua formação social e se valorizam. Segundo Morais (2018, p. 133):

O acesso da mulher à educação também deve ser prioridade pois liberta e emancipa das amarras que às atam exclusivamente à casa, à família, ao lote. Parafraseando Rosa Luxemburgo, quando esta diz que “quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.

Muitas noções inovadoras são impostas às mulheres que conseguiram acessar a escola depois de adultas, novidades nos comportamentos e pensamentos a partir do conhecimento que não mais as limitam como donas de casa, e começam a desempenhar outras ações. Como exemplo, estudar para tirar a CNH, como relatou uma das entrevistadas: “P6: Eu tô tirando agora minha carteira de motorista, voltei estudar depois dos 40, minha vida mudou”. Identificamos que, desde a escolarização até os resultados da conclusão dos estudos, as mulheres adquirem novas posturas, que são construídas neste processo, um sonho realizado e concretizado.

As mães que possuem os filhos e filhas matriculados na escola também demonstram responsabilidade familiar em relação à escolarização deles, são presentes nas escolas, ajudam nas atividades escolares e demonstram ser participativas nas reuniões escolares. Entre os homens e as mulheres da comunidade, não foi possível observar diferenças, como foi identificado nas respostas das entrevistas. Na escola, não havia distinção no ensino e a falta do acesso a ele era para ambos, haja vista que os homens da comunidade também retomaram os estudos, para fins de melhor qualificação no trabalho, principalmente nas áreas do agronegócio e agroindústria.

Ao mesmo tempo em que estas mulheres se esforçam para concluir os estudos, elas relatam as dificuldades de deslocamento para a cidade, onde é oferecido o EJA, já que não há transporte e muitas mulheres são mães e não podem deixar os filhos. Em contrapartida, os homens que dirigem e não têm tantas responsabilidades com as atividades domésticas acabam por ter melhores condições para dar continuidade aos estudos, podendo se deslocar com mais facilidade para a cidade - de moto ou carro.

Estas considerações também são inseridas quando trazemos a discussão das relações estabelecidas na comunidade, como será discutido a seguir.

3.10 AS RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

As relações sociais são baseadas em escola, trabalho e religião. A escola como um espaço de aprender e adquirir conhecimento, o trabalho como modo de subsistência e a Igreja como lugar de adoração e diálogo, em que as pessoas se reúnem e conversam. Além disso, essas relações dizem muito sobre a vida em comunidade e como as mulheres observam esta realidade.

A seguir, as respostas refletem sobre tais relações, mediante a questão: “Na sua opinião, como é a renda das mulheres da comunidade e a relação com o trabalho?”

P1: As mulheres do campo conseguem tirar uma renda, não igual eu tiro sendo professora, mas conseguem trabalhar no bóia-fria, em que recebem por dia, com artesanato, trabalhando de diarista em uma fazenda ou outra.

P2: Temos renda, mas é uma renda bem baixa, se quiser ter, tem uma forma, você planta, você colhe, você vende;

P3: O que falta na verdade é informação, a gente não tem a informação de se juntar com nossos artesanatos, nós fazemos crochês, nós fazemos tricôs, falta a gente se juntar, fazer uma organização aqui e se organizar para fazer a feirinha que já existe do artesão na cidade, mas nós como moradoras da zona rural tinha que ter mais informação de como fazer isso e vender as coisas na cidade;

P1: Nós temos um problema com água na nossa comunidade, nós temos água em abundância mas falta tratamento;

P3: Eu saio 6:20 pra trabalhar, eu tenho um filho pequeno, no final de semana eu quero ficar em casa e isso não deixa eu participar mais na vida da comunidade;

P1: A missa é um bom lugar para dialogar com as pessoas da comunidade, antes era á noite, então a gente ficava horas ali conversando;

P5: Sim, dá pra ter renda né, igual eu aqui vendo minhas arfaces, meus franguinhos, vai que eu vou me aposentar no futuro com isso né.

P6: Nois se vira! Serviço na lavoura, carpida, colheita de soja na mão onde a máquina não chega daí pegam os bóia-fria, daí prepara a terra pra plantação também. Mas não é um serviço assim, bom, a gente toma chuva frio, e calor demais.

A realidade socioeconômica das mulheres do campo sempre foi cheia de desafio, desde o acesso à escolarização e à educação profissionalizante até o emprego fixo, no entanto, estas mulheres encontraram um meio para adquirir renda a partir das atividades que aprendem a desenvolver no trabalho na agricultura e artesanato. Estas atividades asseguram a renda das mulheres da comunidade, apesar de baixa, é o meio que as mulheres encontram para ter seu próprio dinheiro. Das setes mulheres entrevistadas, três possuem renda fixa, as demais realizam estas atividades, nenhuma delas são totalmente dependentes de seus companheiros ou família.

Figura 5 - Mulheres em suas atividades laborais



Fotos: A autora (2022).

Neste universo da pesquisa na comunidade do Passo do Barro, foi possível esgotar as considerações acerca da saúde e saneamento básico na comunidade. Quando as mulheres falam sobre a qualidade da água, elas problematizam a falta de

estrutura para que a comunidade tenha o acesso à água de qualidade, e não individualmente, mas pensam na comunidade como um todo. Na maioria das casas a água chega por gravidade, com o auxílio da bomba que funciona com a energia elétrica, os poços de água são naturais no meio do mato, as pessoas fazem a limpeza, não há filtros, nem tratamento, e nas épocas de secas o fluxo destas águas que brotam das pedras diminuem, a alternativa das pessoas é o não desperdício, e o aproveitamento da água da chuva é comum nas residências.

Mesmo possuindo renda, as mulheres sentem que precisam de mais oportunidades, quando elas falam da falta de informação sobre as feiras de artesanato que é realizado na cidade, elas entendem que poderiam estar sendo mais recompensadas pelas suas atividades econômicas, porém o acesso ao comércio urbano não é possível. Foi perceptível que as mulheres vendem seus produtos por preços inferiores ao valor justo, isto porque a venda é entre elas, na área rural, e se forem preços mais altos não há comércio.

Embora muitas pesquisas sobre as mulheres do campo dissertem que há liderança e controle masculino sobre o trabalho da mulher, como afirma Ferrante (1998, p. 274), “a participação das mulheres nas diferentes estratégias de formação de renda convive com a reprodução de desigualdades e exclusões no âmbito das decisões”. Neste sentido, coloca-se a mulher como uma produtora e o homem como o beneficiado com o trabalho elaborado pela mulher na comunidade do Passo do Barro. As mulheres tornam-se donas de sua produção e renda a partir dele, uma vez que são elas que produzem, negociam e recebem. Os homens até auxiliam as mulheres nestas atividades, como o transporte e oferta de animais, mas são elas que dominam a renda integral de todo o trabalho. Não representa uma renda fixa, mas colabora com o sustento das famílias.

Um fragmento de outra pesquisa comprova haver uma consciência produtiva das mulheres que realizam o trabalho para obter renda.

Alguns depoimentos deixam claro que as mulheres passaram a ter consciência da contribuição de seu trabalho tanto para as unidades produtivas familiares quanto para a comunidade. A participação no grupo produtivo evidenciou a importância da produção do quintal para a renda das famílias, já que muito do que elas produzem no seu quintal hoje é vendido para a agroindústria, o que retorna em forma de renda para as mulheres e para a casa (SILVA, 2016, p.127).

Esta consideração possível a partir do levantamento bibliográfico certifica que a mulher também discute sobre o dinheiro, uma vez que as condições de trabalho realizadas por algumas mulheres são atividades que demandam esforço físico (e geralmente realizadas por homens), como o trabalho na roça, que exige o levantamento de peso, entre outras atividades. Estas mulheres trazem em seus rostos as marcas desta função. Sobre este trabalho que as mulheres desempenham para adquirir a renda, de acordo com a Quaresma (2015, p.39):

Ele representa o espaço de transição e diálogo entre a casa e a roça, o privado e o público, o reprodutivo e o produtivo no meio rural, sendo a mulher o sujeito que está presente nesses dois mundos, que sofre como consequência da divisão sexual do trabalho a invisibilidade de seu trabalho produtivo e reprodutivo no mundo rural, tão invisível quanto à produção proveniente dos próprios quintais.

A religião também é um ponto forte na vida das mulheres da comunidade do Passo do Barro, a ligação com a Igreja contribui para a construção social, de acordo com Esmeraldo (2008, p. 1):

A identidade da mulher rural tem se ancorado, historicamente, no casamento, na maternidade, na família, no trabalho doméstico e na Igreja. Através da realização de atividades próprias e relacionadas a esses campos, é construída uma identidade para a mulher que vai dar sentido à sua vida e a ela atribuir uma função social na família e junto aos grupos sociais de sua convivência. Mas, essas identidades hegemônicas começam a ser questionadas por grupos de mulheres rurais que se organizam e realizam lutas públicas que parecem anunciar a emergência de novos sujeitos políticos.

A Igreja da comunidade possui uma forte influência na relação social das mulheres, é nas reuniões e missas que as decisões importantes da comunidade são tomadas. É o melhor momento para o diálogo. A Igreja Católica é uma grande aliada das famílias, todos contribuem com ações que são realizadas nela, bem como campeonato de futebol, festas em comemoração ao santuário e as pequenas confraternizações. Sendo assim, a Igreja se torna um setor de conjunturas sociais e interfere nas relações políticas e culturais da comunidade.

Mesmo que as ações mobilizadoras na Igreja sejam organizadas pelas mulheres, não se pode dizer que este ambiente é liderado por elas, e não deixa de exercer soberania masculina, de acordo com Cruz (2013, p. 115), “A Igreja Católica ainda está impregnada pela concepção tradicional do papel que caberia às mulheres:

serem mães e esposas”. Sendo assim, para ser ouvida e respeitada, a mulher precisa ser casada ou mãe, questões que fazem com que, ao mesmo tempo que a Igreja atrai, ela afasta as mulheres, no sentido de que os ensinamentos da Igreja são irrelevantes para a discussão da igualdade de gênero.

Durante os diálogos, foi possível notar a preocupação das mulheres com a renda e com a religião, e a função delas como figura importante para os movimentos de união dentro da comunidade, em uma posição de mulher que identifica a hegemonia masculina em alguns momentos. Discutimos, na categoria seguinte, esta influência masculina sobre as mulheres do Passo do Barro.

3.11 OS TRAÇOS DO PATRIARCADO NA COMUNIDADE DO PASSO DO BARRO

Embora a história das mulheres da comunidade do Passo do Barro seja de bravura, superação e coragem, em alguns momentos elas falaram sobre como se sentem em relação ao homem, identificando que o homem possui privilégios, as coisas são mais fáceis. Desde meninos, já têm o ideal das atribuições do homem adulto, que é o trabalho para garantir o sustento da família que irá construir, enquanto à menina são ensinados os afazeres domésticos, para se tornar uma mulher do lar, boa mãe e boa esposa.

Outra característica que é possível identificar é o homem como parte fundamental das tomadas de decisões, por mais que sejam elas as idealizadoras, a palavra final é do marido ou do pai. A seguir alguns fragmentos desta discussão: “Como é a relação sociais entre os homens e as mulheres na comunidade?”;

P1: Tem desigualdade, quando a menina apronta mais que os meninos “você não pode fazer isso porque é coisa de menina”, claro que existia, e ainda existe.

P3: Às vezes a mulher sai pra trabalhar em uma roça o dia todo, o homem foi trabalhar lá na fazenda, os dois chegam cansado do dia, mas a mulher precisa enfrentar o segundo turno de trabalho.

P7: A mulher sempre não pode né, o home pode sair e chegar quando quer mas a menina não, a gente desde nova é assim.

P3: Eu sempre falo que tenho que perguntar, mas no fim eu sei o que fazer, posso até falar, mas já dou a indicativa de qual tem que ser a resposta dele.

P1: São as mulheres que mandam, são elas que dominam mas elas nem sabem disso. Ou elas percebem e fingem que não sabem, na verdade as mulheres são um bichinho medonho, elas vão arquitetando e no final elas que decidem tudo.

P2: Verdade, eu vou com jeitinho para que meu marido, meu pai e meu irmão pensem e façam a minha ideia, porque a mulher faz isso.

P4: As muié mandam também né, tipo eu acho que é junto, tipo aqui em casa tem alguma coisa, a gente tem que ver junto o que vai fazer, não é só um que tem ideia.

P5: Hoje o homem pergunta pra mulher as coisas né, as mulheres podem opinar o que antes não podiam então acho que ta bom as coisas agora.

P2: Existe o machismo, eu vejo que as mulheres que fazem tudo o homem quer, não cortam o cabelo, tem o controle das roupas que usam, eu vejo as mães dos alunos e que moram em outra comunidade que tem mulheres que não cozinham no gás porque o marido quer que faça fogo no fogão à lenha, conheço uma mulher que era linda antes de casar, mas depois que casou acabou se deixando de lado, eu sei que existe, mas não dentro da nossa comunidade, existe aquele negócio que eu falei dos homens que chegam em casa querem a comida pronta e a casa limpa, sim esse tipo de machismo existe.

P1: Os homens são machistas porque são ignorantes e não entendem muito, não porque eles querem, eu não julgo como culposo porque é uma falha lá na educação deles.

As respostas das mulheres são marcantes, pois trazem a realidade de como o patriarcado é influente na sociedade. Elas visualizam o machismo como algo absurdo, o que revela que compreendem os significados do termo, ao mesmo tempo em que têm dificuldades de desvincular estas atitudes do considerado natural, ou seja, para elas, parece normal o homem sempre introduzir poder em relação à mulher, mostrar quem manda. Elas sabem que não são obrigadas a aguentar humilhações vindas dos homens, mas não se sentem capazes de mudar, como o exemplo da (P3), quando afirma que é ela quem toma as decisões, mas é ele quem a torna legítima. Para elas, o machismo é algo que precisa ser combatido e superado.

Esta cultura está entrelaçada no patriarcado e esta pesquisa não é o suficiente para apresentar como são as relações de gênero, mas permite elaborar uma análise de um sistema social dentro de uma comunidade rural no interior do estado do Paraná, que é um reflexo de tantos outros lugares, como nos mostraram as pesquisas que serviram de base para o trabalho.

O patriarcado é um termo oculto nas palavras das mulheres do campo, elas não compreendem seu significado quando mencionado, mas de certa forma fazem referências patriarcais quando falam das relações com seus pais, maridos e irmãos, ou seja, eles são os patriarcas da família, considerado como o normal da constituição social que justifica a insegurança das mulheres.

A estrutura patriarcal se organiza em várias áreas das relações familiares, entre pais com filhas, filhos com mães, maridos com esposas e irmãos com irmãos. Em cada uma destas relações, o poder sempre estará com um deles, no caso o homem, é ele quem paga a conta, é ele quem dirige, é ele quem faz a manutenção da casa e

é ele quem representa a família. Esta tradição se configura na ideia de tornar o homem o centro, o patriarcado é quem beneficia esta ideia, como um sistema que torna a mulher subordinada ao homem.

Safiotti (1987) evidencia que o patriarcado surgiu porque o homem tinha a necessidade de ser maior e melhor que a mulher, por questões de força física, que fortaleceu a supremacia masculina. De acordo com Delphy (1993, p. 173), “[...] formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. [...] quase sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres”.

Outra questão que reforça a subordinação do patriarcado é o conceito da mulher dona de casa, a zeladora, a faxineira, a cozinheira, a camareira e a ajudante do marido, como se, sem um companheiro, a mulher fosse incompleta. Na comunidade, há poucas mulheres solteiras, a maioria casou-se muito jovem, e quando se separam, elas se casam rapidamente com outro homem, é como se fosse uma necessidade a presença do homem em casa. Apesar dos traços patriarcais evidentes na comunidade do Passo do Barro, as mulheres entendem que não são meras mulheres passivas e sem brilho, elas realizam suas lutas diárias, começando com atividades simples, como buscar a lenha no mato até a voz ouvida na Igreja.

A intuição em nos debruçarmos no trabalho de campo para escrever sobre as mulheres da comunidade do Passo do Barro tinha a proposta de conhecer as histórias e os modos destas mulheres e, neste percurso, encontramos a feminilidade não explorada, que é a essência da mulher do campo, a mãe protetora e lutadora.

3.12 A DISCUSSÃO DE GÊNERO E AS RELAÇÕES DE PODER DENTRO DA COMUNIDADE

Nesta abordagem, escrevemos sobre as relações que existem no interior da comunidade, a organização da vida familiar, social e financeira, trazendo algumas das respostas das mulheres para esta apresentação. Na comunidade do Passo do Barro, a estrutura da família é pai, mãe e filhos, quando a mãe ou o pai são solteiros (as) eles (elas) moram com os pais que ajudam criar os filhos, e quando a mulher é solteira e o homem é solteiro, eles moram com os pais independentemente da idade que tenham.

Durante as entrevistas, seguindo o roteiro de perguntas, falamos sobre o feminismo para entender o que as mulheres entendiam do movimento, se elas

conheciam e sabiam para que serve, visto que não é uma palavra comum de se encontrar no vocabulário das mulheres do campo. A seguir, algumas respostas a respeito desta discussão:

P1: As mulheres do Passo do Barro, elas são bravas demais, acho mais fácil elas cometerem violência do que os homens

P2: Ah, antigamente elas sofriam violência em casa mesmo, acontecia muito isso, mas agora se um marido olhar torto para uma mulher da comunidade, ela já toca ele da casa a cacetada rsrs como já aconteceu e não faz muitos dias.

P3: A muierada não fica mais quieta, e aqui no bairro as vezes tem umas fofoca de separação, mas acho que nunca é por violência, eu separei mais não foi por violência, no começo me judiava mas depois de 24 anos de casamento não era violento, só bebia muito.

P3: A bisavó só teve filhas mulheres, e eram bravas, elas se defendem suas crias, seus netos e a comunidade, e você vê né, elas são as três mais velhas, e as agentes fundamentais dentro da comunidade.

P1: Nunca se ouviu falar, mas sei que se trata de mulher e homem;

P3: A gente era meio proibido de falar, acho que tanto por falar, mas por nós mesmo de pensar sobre essas coisas. Tinha a casa da vó que era o fervo, tinha as festas de comunidade, um bailinho ou outro e a gente aproveitava pra namorar escondido.

P4: Sim, mas não na escola sabe, eu acho que quer dizer pessoas do gênero masculino e feminino e podem pensar sobre si.

P5: Já ouvi falar de gêneros! Quando se fala em gênero pra mim é a igualdade entre homens e mulheres, não importa o sexo, somos todos iguais.

P2: Tem quele negócio em que a mulher tem que ficar na casa e quando o homem chega tem que tá tudo bonitinho lá, na casa, a casa tem que tá limpa o filho tem que tá cuidado, eu falo pela minha casa mesmo, eu sei que sim, que o homem acha que a mulher porque é mulher tem que fazer serviço de mulher, e não dá valor ao trabalho que ela faz fora de casa ou que ela desempenha dentro de casa mesmo.

P4: Meu marido tinha tudo para ser machão, mas fiz dele um homem que me ajudou com os filhos pequenos para eu dar aulas, ele cuidou dos quatro enquanto eu tinha que ir para Curitiba estudar, só que sinto que ele deveria me ajudar mais.

P5: Mas que nem nós tava falando, a vida da mulher tá melhor agora, vai ver se uma mulher de antigamente tava aqui conversando essas horas do dia, imagina uma hora dessas elas tavam lá descoivando terra, que nem diz, antigamente tinham que lavar as roupas no rio, trazer água nos barde, e ainda a gente reclama na vida as vezes né.

P1: Nunca se fala isso na comunidade.

P3: Mas isso de reprimir a mulher, não tem na comunidade. Não existe nenhuma mulher que seja reprimida dentro da nossa comunidade.

P4: Tem mulher que é feminista mas não sabe que é feminista, elas tem os ideais do feminismo mas não sabem.

P1: Mas assim, existe o feminismo extremista, eu não gosto nada que seja extremo.

P5: Eu acho o feminismo importante pra nós mulheres.

P6: Feminismo é as mulheres lutando pela igualdade né? Assim, salários iguais os dos homens, menos violência, assédio, lutando contra a discriminação...

P7: Meu pai era agressivo com a mãe, ele bebia e era muito agressivo com ela e parece que era normal, mas agora a vida das mulheres estão melhores existe a lei Maria da Penha.

P2: Sempre é um tabu falar sobre essas coisas, sexualidade.

P3: Ah porque tipo hoje ta mais fácil as coisas até pra terminar os estudos, e pra mim foi muito bom, porque adquiri mais conhecimento, também oportunidades de um emprego melhor, e assim lutar pelo que acho que é melhor pra mim.

P4: O feminismo é a mulher não se abaixar pra home, uma coisa assim boa porque as mulheres podem falar as coisas, dar seus palpites.

As mulheres da comunidade do Passo do Barro trazem com elas as responsabilidades, alegando que são bravas, isto porque são acostumadas a se posicionarem à frente das decisões individuais e coletivas. São elas quem tomam conta da casa e das pessoas, são elas as responsáveis pelos filhos, alimentação e saúde. Existe um autocontrole das mulheres, ao mesmo tempo em que elas estão sob força da religião e com um medo escondido de se expressar.

Ao se referir sobre a violência contra as mulheres como uma herança do patriarcado, as mulheres falam do passado difícil para elas, as mães e as avós, que foram vítimas da violência de seus maridos e eram obrigadas a se calar, mas que agora elas se sentem encorajadas para lutar contra esta opressão que já existiu entre as mulheres da comunidade. Mesmo que este trabalho não trate especificamente sobre violência contra a mulher, trata-se de assunto recorrente entre as mulheres, não como uma realidade de si, mas que a pesquisa provocou nelas.

As transformações do mundo e as novas visões de sociedade tornaram as mulheres mais seguras de si, que expressam isso quando dizem que “agora as coisas estão melhores que antes”. Motta (2006, p. 347), ao se referir à mulher trabalhadora rural:

Construir-se como mulher trabalhadora rural envolve vivenciar uma experiência traspassada por mecanismos que promovem objetivações e subjetivações que formata e institui sentimentos, atitudes e símbolos próprios. [...] As vivências no movimento social permitem refazer a percepção e a posição das mulheres no mundo que as cerca - e dentro delas mesmas - e vão permitir a reinterpretação de conceitos.

Assim, a mulher que reconhece a história de vida de outras mulheres, faz das experiências que não foram suas uma superação, que é capaz de torná-las protagonistas de suas próprias histórias, e visualizam as violências contra a mulher em uma repulsa como interlocutoras. Sempre que falamos em feminismo e relações de gênero, os diálogos sempre abordam a violência contra as mulheres, isto indica o quão grave e problematizador é falar das mulheres em um trabalho de pesquisa.

É certo que estas violências mencionadas pelas mulheres nas falas é também uma sobrecarga delas no ambiente rural, que não foram só violentadas fisicamente como sexualmente e verbalmente. As mulheres do passado tinham de 5 a 10 filhos, talvez não fosse para elas uma escolha de maternidade, além disso, se casavam a partir dos 10 anos de idade, com uma infância perdida para o matrimônio e as agressões físicas e verbais que estas mulheres eram obrigadas a suportar porque estavam sob a tutela de seus maridos. Vale ressaltar que as mulheres do meio rural, embora tenham modos de vidas diferente das mulheres urbanas, elas também são expostas às violências agressivas e são ainda mais vulneráveis diante das medidas de proteção e segurança, por estarem afastadas dos postos de socorros, como as delegacias de polícia.

Quando se fala em gênero, automaticamente as mulheres fazem referência às desigualdades de gênero, e problematizam esta questão, e desejam que exista uma equidade sexual na comunidade levando em considerações que as mulheres são importantes na comunidade, e citam a Lei Maria da Penha que surgiu em 2006, a sancionada Lei 11.340, como uma garantia de proteção às mulheres que sofrem violência familiares, dando a entender que elas sabem como devem se proteger dos seus agressores, identificando que sempre precisam estar alertas para isto com elas e com as outras mulheres.

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 129. [...] § 9o Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos (BRASIL, 2006).

Para as mulheres, esta Lei enquanto conquista das mulheres, deveria existir desde o tempo em que as mulheres eram mais violentadas e agredidas pelos homens.

O gênero e o feminismo são palavras associadas, que geram problematizações mais profundas do tema, como exemplo, quando elas dizem que o feminismo pretende tornar a mulher igual ao homem. As afirmações feitas pelas mulheres mostram que, apesar de as mulheres serem autônomas, elas sabem que existe a discriminação de gênero. Isto quer dizer que o termo gênero não é uma mera categoria, mas uma relação de poder historicamente constituída e enraizada e vai além dos papéis sociais estabelecidos na educação inicial.

De acordo com Scott (2006, 76), o termo gênero, “além de um substituto para o termo mulheres, é também usado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”.

A sexualidade está relacionada ao gênero, e quando as mulheres dizem que não se fala sobre isso na comunidade, mostra que ela ainda está presa à sociedade patriarcal, pois tem medo da sua sexualidade ser exposta. Durante as entrevistas, pouco abordamos esta questão, havia um desconforto das mulheres ao pronunciarem a palavra sexo ou sexualidade. Identificamos também que não há homossexuais assumidos na comunidade, o que torna as pessoas reféns de uma cultura conservadora e patriarcal.

O gênero é uma modalidade da sexualidade, assim como o corpo; assim, para a mulher que pertence ao gênero feminino, sexualidade é ligada a suas partes genitais como um simbolismo, por isso representa algo vergonhoso de se falar. As amarras da religiosidade e de doutrinas patriarcais proíbem as mulheres de falarem sobre si.

A partir da análise deste trabalho, foi possível relacionar com os estudos de autoras de gênero, quando elas abordam a feminilidade, os papéis sociais das mulheres e as influências que absorvem a partir das determinadas épocas e de sua educação. Entendemos que há muita informação para abordar quando se trata de gênero, mas esta pesquisa trouxe algo inédito: a identidade da mulher do Passo do Barro, que entende seu lugar, luta por ele, ao mesmo tempo que o problematiza; ela não é estática, sente necessidade de constante mudanças.

Ao analisar os resultados desta empiria, refletimos sobre o que o referencial teórico demonstrou no segundo capítulo, principalmente quando bell hooks (2018) discute o gênero, feminismo e a mulher na sociedade, das leituras que ajudaram a fundamentar esta pesquisa, e bell hooks como uma das principais autoras. A autora, uma mulher feminista negra, oriunda de uma comunidade segregada nos EUA, dedicou sua vida a escrever sobre práticas feministas libertadoras educacionais, com a qual temos mais afinidade ao tratarmos de mulheres da comunidade rural Passo do Barro. Os papéis sociais apresentados por bell hooks contribuíram significativamente para a compreensão da mulher na comunidade rural do Passo do Barro.

Quando as mulheres tratam sobre o feminismo, que existe para ajudá-las, mas que ele é extremista, que muitas mulheres são feministas e não sabem, relembramos o que hooks aponta na sua obra *O feminismo é para todo mundo*. A autora descreve

a realidade de um movimento que às vezes não é interpretado de forma coletiva. Isto é, “Apesar da intervenção construtiva, várias mulheres brancas privilegiadas continuaram a agir como se o feminismo pertencesse a elas, como se elas estivessem no comando.” (HOOKS, 2018, p. 54). Isso acaba por deixar as mulheres pobres e negras - e no caso as mulheres rurais - sem entender que o movimento feminista é para todas.

Contribuindo para a discussão sobre as mulheres da comunidade do Passo de Barro quando essas mulheres se apresentam como submissas aos maridos, para a aprovação de determinadas atividades, como a compra de alimentos etc., hooks (2018, p. 91) assevera que as mulheres “concedem poder ao homem com o qual a mulher tem relação, até mesmo indo ao ponto de buscar aprovação para o envolvimento deles”.

Quando apontamos sobre casamentos precoces, prevenção de doenças e cuidados com a saúde feminina, as mulheres informaram que as dificuldades do acesso a esses cuidados não permitem que elas cuidem mais de si mesmas, como é o caso da distância da área urbana e a falta de estrutura para o atendimento médico na área rural, porém também citam as vergonhas que sentem ao serem tocadas para exames simples, como o preventivo ou dos casos de gravidez não desejada, que obrigam meninas muito jovens a casarem-se cedo.

Hooks ajuda a pensar sobre isso ao se referir às mulheres na década de 60:

As mulheres do fim dos anos 1960 e início dos 1970 que clamavam por aborto tinham visto as tragédias de abortos ilegais e a miséria de casamentos forçados como consequência de uma gravidez indesejada. Vários de nós somos as crianças não planejadas de mulheres talentosas e criativas cuja vida foi mudada por uma gravidez não planejada ou indesejada. Nós testemunhamos a amargura, a raiva, a frustração com sua situação de vida. E estava claro para nós que não poderia haver qualquer libertação sexual genuína para mulheres e homens sem melhores e mais seguros métodos contraceptivos – sem o direito ao aborto seguro e legal hooks (2018, p. 43).

Apesar de ser um período diferente, estas questões ainda permeiam a comunidade rural atualmente, as mulheres não se sentem seguras para falar de sua sexualidade, não questionam sobre o aborto, e falar sobre isso é quase uma ofensa, porque envolvem fortes traços da religião. Para resolver esta questão, seria necessária uma intervenção de forma educacional na vida destas mulheres. Hooks (2018, p. 43) enxerga a educação como um primeiro passo: “Se educação sexual, medicina preventiva e fácil acesso a métodos contraceptivos forem oferecidos para

todas as mulheres, menos de nós termos gravidez indesejada.” Seria, então, uma educação crítica e conscientizadora.

Para estas mulheres, a educação é um avanço, a partir das novas modalidades de EaD e EJA, que tornou possível a conclusão dos estudos de algumas participantes. Hooks (2018) trata desses avanços tecnológicos que contribuíram dando subsídios para que mulheres e homens de classe trabalhadora retomassem os estudos. Ela afirma que, quando a educação é oferecida sem o padrão sexista para julgar os comportamentos, meninos e meninas serão capazes de desenvolver caráter saudáveis (HOOKS, 2018).

Ao falarem sobre gênero, as mulheres fazem as conexões com o feminismo e automaticamente falam em igualdade, o que nos gerou o seguinte questionamento: “De qual igualdade elas estão falando?”. Nas leituras de hooks foi possível entender que elas entendem o gênero como um propósito de enfrentamento ao patriarcado, que vai além das características biológicas, como luta por igualdade perante os homens, visto que, de acordo com hooks (2018, p. 109):

Dentro do patriarcado, laços heterossexuais eram formados baseados na ideia de que as mulheres, por serem do gênero em contato com sentimentos de cuidado, dariam amor aos homens, e como recompensa, os homens, por estarem em contato com poder e agressão, seriam provedores e protetores.

E a partir do momento em que as mulheres invertem esses papéis, elas estão se referindo à igualdade de gênero - o homem ajuda em casa e a mulher pode trabalhar fora. Assim, elas tomam frente das decisões e se sentem realizadas por isso. Logo, elas começaram a se colocar à frente das atividades que antes eram desempenhadas apenas por homens.

Esta resistência tornou possível o trabalho fora de casa uma conquista, o acesso à educação e às demais atividades que antes eram discriminadas se fossem realizadas por mulheres, e assim surgiu a oposição ao patriarcado, buscando-se direitos iguais aos dos homens.

A mulher sempre é reduzida a doméstica a partir dos papéis estabelecidos pela família e sociedade, ficando evidente que as mulheres da comunidade Passo do Barro percebem a desigualdade de gênero, e outras identificam que existe igualdade, o que torna esta discussão em vários momentos um pouco contraditória. Neste capítulo, interessa analisar os resultados do trabalho de campo e compreender como as

mulheres da comunidade do Passo do Barro se organizam de acordo com o seu modo de vida em relação à educação e trabalho.

Para as mulheres da comunidade, o feminismo soa como algo pejorativo, com atos de extremismo, mas admitem que tem um papel importante na luta das mulheres. Uma delas afirmou que, no Passo do Barro, existem mulheres feministas, mas que elas não têm consciência disso. A visão distorcida do movimento se dá porque lhes é apresentado apenas o que a sociedade patriarcal quer; a elas é e foi negado o acesso a uma educação que abordasse este tema; a elas são oferecidos conteúdos religiosos, e a força do conservadorismo é predominante nas áreas rurais.

As mulheres do Passo do Barro querem ser ouvidas e vistas, mas desconhecem que esta é uma das lutas do feminismo, sendo, portanto, preciso que percamos o medo de mencionar esta palavra quando estão discutindo sobre suas vidas. Há que entenderem que feminista é quem pelos direitos de outras mulheres: “o feminismo é um movimento de libertação e de denúncia da opressão em todos os níveis.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 8). O movimento que estas mulheres realizam na Igreja, na escola e na comunidade são ações feministas. Mas este entendimento só é possível por meio da educação, é ela quem constrói a cultura feminina a partir da eliminação da discriminação.

A sala de aula continua sendo reprodutora dos preconceitos e estereótipos das desigualdades de gênero, o que fortalece a sociedade patriarcal. Este estudo, ao trazer a história das mulheres de uma comunidade rural que são filhas de pais que viveram por toda a vida na roça, está imerso na compreensão de que a educação que tiveram não foi libertadora, no âmbito de todo o contexto social destas mulheres.

Neste capítulo, transcrevemos a análise do trabalho de campo desenvolvido no último semestre do ano de 2022. A partir disso, foi possível perceber que as mulheres são independentes e autônomas, participam da vida em comunidade, sabem e tomam decisões importantes e estão sincronizadas com o desenvolvimento social, conforme revelam nas histórias de como era a vida das mulheres do passado. O pertencimento e orgulho de fazer parte da comunidade, a vontade de participar desta pesquisa mostraram que as mulheres estão cientes de que são importantes e que desenvolvem um papel importante naquele lugar, como já mostrou Federici (2017) ao afirmar que as mulheres são fundamentais para a continuidade de uma comunidade.

As questões de saúde, trabalho e educação são, para essas mulheres, um dos maiores desafios. Algumas relatam sobre mortes por doenças que seriam possíveis

de curar se houvesse tratamento contínuo, outras falam das condições precárias e sofridas no trabalho nas roças, e há as que problematizaram o acesso à educação, que também é um desafio, principalmente para as que não conseguiram concluir os estudos e hoje lamentam pela falta de assistência na comunidade rural. Elas confessam que se sentem excluídas por morar no campo, onde tudo é mais difícil.

Sobre as discussões de gênero, percebemos ser um tema parcialmente desconhecido entre as mulheres, já que algumas não sabem o que significa ou mencionam as diferenças biológicas. Outras associam gênero a feminismo, quando dizem que as mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens. Entendem que o feminismo é bom para as mulheres, mesmo não tendo a ciência do que realmente se trata.

A sexualidade e o patriarcado, assim como o gênero, são assuntos limitados para elas, que entram nas esferas religiosas e conservadoras quando usamos o termo sexo. Isto ocorre em virtude de que ainda persiste o tabu entre as mulheres sobre suas sexualidades, sentem vergonha de falar a respeito. Mesmo entendendo que elas são e dizem buscar cada vez mais sua independência, ainda se colocam em posição inferior ao chefe de família. Assim, falam de poder compartilhado, mas ainda vivem sob a tutela masculina como forma de aprovação, ou seja, “se para ele está tudo bem, vou fazer”.

Neste estudo, surgiram muitos detalhes que necessariamente comportariam mais de um capítulo, no entanto, trazemos uma amostra da realidade das mulheres que vivem na comunidade rural do Passo do Barro e a educação que as formou e continua formando para suas ações na vida social e de trabalho, bem como a discussão de gênero.

Portanto, ao consultarmos o levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa, percebemos que se trata de algo contraditório. À medida que as mulheres se mostram completas, pertencentes e realizadas como moradoras do campo, falam das dificuldades que enfrentam; ao mesmo tempo que dizem estar à frente das decisões, apresentam-se submissas aos homens em suas relações familiares, ou seja, estão em constante contradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar as relações de gênero e educação da mulher da comunidade do Passo do Barro, e como problemática: como se constituem as relações de gênero e educação no contexto da mulher da comunidade Passo do Barro, do município de Piraí do Sul/PR?

O primeiro capítulo se refere ao balanço das produções na revisão de literatura, com o propósito de averiguar as produções acadêmicas já realizadas que se relacionam ao tema em questão, que contribuíram de forma sucinta para os conhecimentos que foram desenvolvidos nesta pesquisa. As referências serviram de base para identificar as categorias para o debate e as lacunas no que tange às mulheres da comunidade rural. Foram analisados 26 trabalhos, que abordam mulheres no contexto rural, gênero e educação. Todos os trabalhos recolhidos foram identificados no texto e armazenados nos Apêndices.

Os trabalhos supracitados neste capítulo revelam as relações entre educação e gênero de mulheres no contexto rural, bem como as condições de vida e os desafios destas mulheres para conquistarem seus espaços. Também apontaram as consequências de uma sociedade capitalista, com fortes heranças patriarcais, o que fortalece as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho. E a partir disto, é necessária uma ação feminista capaz de romper com as estruturas sexistas estabelecidas, pensar em uma educação que seja capaz de quebrar os paradigmas da ideologia que o homem é o sujeito central, tornando a mulher submissa.

As pesquisas mostram que vivemos em uma sociedade construída historicamente baseada nos privilégios concedidos aos homens, enquanto cabe às mulheres a obediência. Descortinar tais desigualdades só é possível a partir da união das mulheres, das práticas feministas e da consciência crítica adquirida a partir de uma educação voltada para a formação humana.

A vida e história de mulheres de comunidades rurais, assentamentos e baixadas foram percebidas nas leituras, como os movimentos sociais, em especial o MST, em que as mulheres tomam frente das decisões, a luta para garantir o direito à terra, o direito à educação e o protagonismo nas lutas coletivas, mesmo enfrentando inúmeros desafios.

O conhecimento na área acadêmica sobre o gênero, educação e mulheres no contexto rural nos revelou o quanto a mulher ainda encontra desafios no âmbito de

uma sociedade patriarcal. Não obstante as frentes feministas tenham conquistado e melhorado as condições sociais das mulheres, ainda encontramos dificuldades em relação à igualdade de gênero. Esta constatação aproxima-se da realidade das mulheres da comunidade do Passo do Barro, quando elas afirmam que vivem em uma sociedade que beneficia o homem.

No segundo capítulo, apresentamos a discussão de gênero na perspectiva histórica, de acordo com os estudos feministas de hooks (2013; 2018; 2020), Davis (1981), Scott (1989) e Federici (2017; 2019), a partir de leituras das obras que são referência no feminismo e no debate sobre gênero, dando ênfase à educação como prática transformadora. As leituras mostram as profundas considerações acerca do gênero na sociedade, alicerçando este debate sobre mulheres e as relações sociais, o que inclui a dimensão educacional. As autoras citadas não são referências na educação, com exceção de bell hooks, professora feminista que traz, em suas obras, passagens sobre escola, ensino-aprendizagem e papel do professor, levando em conta seu ativismo no feminismo.

Neste seguimento, a discussão sobre gênero e feminismo tornou-se matéria-prima deste trabalho, a partir das considerações que o referencial teórico apresenta, no que concerne a mulher e seu papel na abordagem histórica, bem como o fortalecimento da ordem patriarcal, que encontrou nas transformações sociais meios para garantir o poder hegemônico masculino. Neste sentido, a hegemonia reproduziu uma sociedade sexista e dominante sobre os mais fracos, ou seja, as mulheres.

Apreendemos, durante a pesquisa, que se trata de um desafio pensar em educação imersa na discussão de gênero e feminismo, haja vista que o universo da pesquisa sobre a mulher na sociedade é um campo amplo. Com vistas a conectar feminismo, gênero e educação, aprofundamos leituras em bell hooks (2013), a qual menciona Paulo Freire quando aborda as mulheres e as lutas do feminismo, e indica a educação como prática de liberdade, baseada no compromisso de fazer uma educação capaz de libertar, pensada por um homem educador que, apesar de ser criticado por sua linguagem sexista, e que depois, de maneira sucinta reviu sua forma de se expressar, tornando-se assim um “copo d’água com um pouco de terra” para as feministas (HOOKS, 2013).

Concluimos que o debate sobre gênero se torna insuficiente se não houver uma dimensão histórica de sua construção. É necessário compreender as causas que levaram à construção do papel da mulher e como surgiu o feminismo, e, para tanto,

os registros históricos subsidiam o entendimento de como a mulher passou a ser pensada na sociedade. Logo, a construção do gênero se dá a partir de variações sociais, que podem ser temporais, históricas e culturais.

No propósito de fortalecer práticas feministas que sejam capazes de transformar mentes sexistas, precisamos de uma ação transformadora, que é possível somente a partir de uma educação feminista, em razão de que há demasiada dificuldade em debater o gênero entre as mulheres, como foi constatado durante o trabalho de campo.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados do trabalho de campo, que se organizou por meio de entrevistas semiestruturadas, diários de campo, observações e diálogos, sob a abordagem da pesquisa participante (STRECK, 2014). A partir das análises dos dados coletados, consideramos que as mulheres da comunidade rural do Passo do Barro estão inseridas em um cenário de diferentes opiniões referente ao gênero e a educação. A comunidade organiza-se em família, trabalho e educação, dadas as condições das pessoas que ali vivem e se relacionam entre si: a família, composta pelo pai, mãe, filhos e filhas, o trabalho como a mais importante fonte de renda e a escola como a única instituição de ensino na comunidade.

Entendemos que a constituição das relações entre gênero e educação no contexto das mulheres da comunidade rural Passo do Barro se materializa em uma educação alicerçada nos moldes da educação rural, bancária e sexista. Isso se revelou pela maneira como elas entendem o gênero, já que este nunca foi debatido na escola, tampouco na família. Esta apreensão foi possível a partir da discussão sobre a pessoa mulher, o gênero feminino e as suas relações com a educação, que trazem marcas da construção histórica sobre o gênero e classe, expressadas nas desigualdades entre mulheres e homens que sustentam uma sociedade patriarcal que ainda inferioriza a mulher.

Assim, desde quando foram instituídas as primeiras lutas feministas para romper com a hegemonia supremacista masculina, o debate sobre gênero começou ganhar espaço, especialmente entre as mulheres, com o propósito de desmascarar as opressões sofridas no percurso de transformação da sociedade. O papel da mulher é discutido desde a Antiguidade, como aponta Federici (2017).

Não obstante os esforços feministas, ainda existem no interior das casas, de forma nebulosa e escondida, situações de desigualdades e discriminação das mulheres perante os homens, expressadas na educação e na constituição familiar.

Esta consiste em educar a menina para que seja uma boa dona de casa, responsável pelo trabalho doméstico, obediente ao marido e submissa a ele.

Tal realidade está circunscrita nas mais diversas regiões - campo ou cidade -, porém, nas localidades em que o modo de vida é pouco abastado, em que o trabalho se constrói a partir da força física, a exemplo do trabalho na agricultura, as mulheres são excluídas e vistas como incapazes de realizá-lo. Por não contarem com aptidões de força para as atividades, tornam-se submetidas ao trabalho doméstico, sem remuneração, visto como uma obrigação feminina, recebendo em troca o prato de comida. Logo, não se visualiza a educação como um bem necessário, principalmente para as mulheres.

No processo do trabalho de campo desta pesquisa na comunidade rural do Passo do Barro, no município de Pirai do Sul/PR, ouvimos histórias de vida de mulheres que viveram, presenciaram na infância e entendem que o mundo se modificou, de modo que não precisam mais ser apenas donas do lar. Algumas são mulheres que aceitaram por muito tempo a dominação de seus companheiros homens, porque não sabiam que estavam sendo vítimas de uma ordem patriarcal estabelecida; outras que ainda se sentem minimizadas, mas aceitam como natural, e as que visualizam a opressão sexista existente, mas que não enxergam como um problema social. Outras falam com valentia das suas resistências, orgulhando-se da trajetória de vida, empoderadas? Talvez, mas um pouco fragilizadas, ameaçadas pela vulnerabilidade e se deixam dominar, mesmo sabendo que não precisam ser.

A educação que se materializa na escola e na formação social é moldada nos projetos de sociedade capitalista e patriarcal, e não em uma educação pensada para a formação humana, tampouco para mulheres. Notamos, nas falas das entrevistadas, as situações de evasão escolar, precárias condições de dar continuidade aos estudos e o quão difícil é conseguirem concluir o ensino médio. Os dados empíricos mostram o frágil sistema educacional da sociedade, que delimita os sonhos e os objetivos de mulheres e homens do campo, que enxergam na educação uma salvação para uma vida melhor, mas que é roubada pelas dificuldades de acesso. Isso se reflete com mais força nas mulheres, que, formadas nos padrões sexistas, não percebem que podem lutar por seus objetivos, sentindo-se incapazes de tornarem-se livres para fazer prevalecer suas escolhas.

Para essas mulheres, o termo gênero é entendido como uma diferença social entre homem e mulher, e também representa uma problematização quando elas

dizem sobre desigualdade, ou seja, discutir gênero é o mesmo que discutir os princípios do feminismo, não é muito comum e não pertence ao vocabulário delas. No entanto, conseguem entender que gênero não são apenas diferenças biológicas, mas algo mais amplo, como ajudou nesta compreensão a autora Scott (1989), segundo a qual gênero é uma determinação histórica, social e política, é algo amplo que não cabe definir como algo estático.

É importante considerar que, apesar de as mulheres da comunidade do Passo do Barro demonstrarem um cenário de desigualdade de gênero e uma educação frágil para a mulher, que desde pequena já tem seu destino planejado, existe um estigma social de liderança e autonomia entre elas. Este se revela nas lutas de resistência contra políticas, como é o exemplo da união das mães de crianças matriculadas na escola para o seu não fechamento; é expressado também nas atividades remuneradas para as quais as mulheres tomam frente, como a comercialização de produtos artesanais e da agricultura realizada por elas; no trabalho fora de casa; na conquista do direito de terminar os estudos, e, ainda, na consciência de que a mulher também deve ser ouvida e não precisa mais ser submetida aos homens, como ocorria tempos atrás.

Foi possível perceber que as mulheres da comunidade do Passo do Barro, ainda que não estejam envolvidas em algum movimento social feminista, possuem os mesmos princípios e estratégias para solucionar problemas, a exemplo do tratamento da água da comunidade, são elas quem fazem a limpeza dos poços ou olho d'água, bem como vão à cidade solucionar problemas de infraestrutura, como a condição das estradas e o transporte escolar, entre outros.

Ao investigar estas mulheres, que sempre viveram na comunidade rural, reconhecemos que existe uma característica única das mulheres do Passo do Barro, que difere de outras comunidades. O percurso de uma vida profissional trouxe o privilégio de conhecer mulheres de diferentes povoados e de outras comunidades rurais, o que torna legítima nossa afirmação de que as mulheres do Passo do Barro são únicas. É possível identificar nelas o empoderamento, termo adequado para descrever que presenciamos durante a pesquisa, pois as mulheres conhecem seus direitos, sabem da existência legislativa que protege as mulheres quando citam a Lei Maria da Penha e, mesmo com limitações, reconhecem o feminismo como uma luta pela causa das mulheres no coletivo. São feministas e não se dão conta disto, ao mesmo tempo em que sentem medo de falar.

Há uma tenuidade entre ser uma mulher livre e uma mulher subjugada, pois a todo momento elas entram em contradição consigo mesmas, isto é, entendem que são protagonistas e independentes e lutam por isso, mas, simultaneamente, dizem que a sociedade na qual vivemos valoriza precipuamente o homem. Outrossim, o panorama favorável é que elas reconhecem que existe esta dominação e que as mulheres precisam lutar diariamente para garantir seu espaço, conscientizar-se de que podem - e devem - ser quem querem ser e fazer o que querem fazer.

Entendemos como contradição a ideia de que a mulher é oprimida ao mesmo tempo em que pretende se tornar opressora, tal como abordado por Paulo Freire (2005) em seus estudos sobre a contradição “opressores e oprimidos” e sua superação. Nesta pesquisa, a contradição foi detectada quando as mulheres estão imersas em um meio em que o poder sempre esteve nas mãos dos homens e, quando elas tomam posse deste poder, sentem que precisam dominar, contudo não se veem capazes o suficiente, pois não há a necessidade de igualdade e, sim, de domínio. Nessas circunstâncias, a mulher ainda tem medo de enfrentar o homem, o que justifica a oscilação de que ora querem ser empoderadas, ora dizem ser submissas.

Conforme Freire (2005, p. 35), “Reconhecer-se a este nível, contrários ao outro, não significa ainda lutar pela superação da contradição. Daí esta quase aberração: um dos polos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário”. A citação auxilia no entendimento do porquê existir a relação de contrários. As mulheres entendem, e não satisfeitas em serem submissas, querem se tornar empoderadas e autônomas, mas não sabem como mudar uma sociedade historicamente construída a partir da supremacia masculina. Em face disso, aceitam que sempre serão dominadas.

Chama a atenção quando se referem ao passado como um período ruim para as mulheres, ao contarem das histórias de vida de suas mães e avós, que sofreram violências e aceitavam-nas como natural, ao passo que expressam que hoje os tempos mudaram, as coisas estão melhores para as mulheres.

Federici (2019) e hooks (2018) auxiliam nesta discussão no sentido de que, quando falamos do papel social da mulher nos diferentes séculos e a inserção do feminismo, isso fica um pouco frágil na percepção das mulheres, que não aceitam o feminismo radical e extremista, como a mídia reproduz, ou o feminismo central, como aponta hooks (2020). Estas mulheres são capazes, lutadoras, e seguramente podemos identificar nelas a garra e a coragem admiráveis para o enfrentamento das

dificuldades existentes para o propósito de ser feliz. É o caso das mulheres que colocaram fim em casamentos abusivos, que batalham no trabalho nas roças para garantir seu próprio dinheiro, e aquelas que fizeram sacrifícios para poder estudar.

Não almejamos assumir uma postura romantizada ao concluirmos que as mulheres da comunidade do Passo do Barro são inconscientes e inocentes, mas não defendemos que se trata de um grupo de mulheres autônomas e empoderadas. Também não consideramos que na comunidade se imprima o machismo de acordo com as histórias de vida em que ele existiu com muita força.

Atualmente, as mulheres do Passo do Barro são livres para suas escolhas e, face às limitações vivenciadas, elas questionam e problematizam a forma como a sociedade é moldada no sistema patriarcal, enxergando na educação uma conquista. Assim, sentem que precisam de uma educação capaz de transformar suas vidas, a partir do trabalho, o que lhes trará melhores condições de vida.

No cerne dessas considerações finais, retomamos que este trabalho teve o propósito de revelar uma amostra da realidade das mulheres do campo do Passo do Barro, trabalhadoras rurais, avós, mães e filhas, de diferentes idades, partindo da educação como uma ação libertadora, uma formação de valores, crenças e costumes, modos de vida expressados nas práticas do dia a dia que atravessaram gerações e que buscam o seu reconhecimento e valor.

Entretanto, quando defendemos uma educação libertadora, isso não contempla a ingenuidade no sentido de nos esquecermos das limitações políticas para a efetivação da educação, ou seja, ainda que a intenção seja educar para libertar, sozinha ela não é possível. Afinal, os moldes capitalistas travam a educação a serviço do trabalho.

Desse modo, a educação perde forças quando reflete sobre as dificuldades apresentadas para a conclusão de estudos, na evasão escolar, no ensino em perspectiva bancária. Ainda, na fragilidade política para a educação que é oferecida ao povo do campo, sobretudo para as mulheres que vivem a herança do patriarcado, evidenciado com mais força no campo.

Com potência de transformação, corroborando Paulo Freire, somente a educação não é eficaz para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora do campo, pois existe a consciência e o crédito na educação, porém não há condições cabíveis para a mudança da realidade. Não obstante, a educação é fundamental enquanto movimento e luta.

Nesse sentido, este trabalho pretende se tornar um terreno fértil para futuras pesquisas, que desperte a vontade de contar histórias de vida, que cada vez mais possamos falar de nós, mulheres, e da população camponesa, para que entendamos que existem vidas que são e precisam ser transformadas a partir da construção histórica, cultural, social e da educação.

A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão se percebendo, criticamente como estão sendo no mundo com que e em que se acham.

(FREIRE, 2005).

REFERÊNCIAS

- ALVES, B. M.; PITANGY, J. **O Que é o Feminismo?** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 71 p.
- AMARAL, M. R. **A construção da agroecologia desde o protagonismo das mulheres camponesas do assentamento Contestado**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- ANDRADES, T.O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora-MG, v. 21, p. 24-56, 2007.
- ANDREOLA, B. A. Paulo Freire e a condição da mulher. **Roteiro**, Centro Universitário La Salle de Canoas, v. 41, n. 3, set./dez. 2016.
- ARROYO, M. G. Paulo Freire: Outro paradigma pedagógico. Dossiê Paulo Freire – o legado global. **Educação em Revista**, n. 35, 2019.
- AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCIA, A. et al. **Aprendizagem dialógica na sociedade da informação**. São Carlos: Edufscar, 2018.
- AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: Uma Análise de sua Contribuição para a Pesquisa em Política Educacional. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 24, p. 1-18, 2016.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENAVIDE, M. Las escuelas, las familias y el género. In: AMES et al. **Las brechas invisibles: desafíos para una equidad de género en la educación**. Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2006.
- BOCCHINI, A. G. **Mulheres de Santa Luzia da ilha do Baixo: modo de vida na várzea do Baixo Solimões**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- BORZONE, C. V. **Mulheres camponesas no território rural de Bolsão/MS: protagonismo, resistência e contradições**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2018.
- BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

BRITES, J. Trabalho doméstico: políticas da vida privada. In: **Reflexões feministas sobre a informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS corpo, 2008.

CALDART, R. S. **Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, 2004. (Coleção Por Uma educação do campo: 5).

CALDART, R. S. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v.3, n.1, p. 50-59, jan./jun. 2003.

CAMACHO, R. S. A Educação do Campo em disputa: Resistência versus subalternidade ao capital. Educação e Sociedade. **Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v.38, n. 140, p. 649-670, jul./set. 2017.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2022. (Coleção ABC do Turismo).

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 14 fev. 2023.

CARVALHO, M. M. X de; NODARI, E. S. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). **Cadernos do CEOM**, v. 21, n. 29, 2009.

CARVALHO, M.J. S. **Gênero, raça e classe social**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

CASAGRANDE, A.; SILVA, M. C.; JUNIOR, E. F. F. O álbum fotográfico da empresa Madeiras J. Sguario & Cia: uma análise de imagens sobre relações entre tecnologia, trabalho e natureza. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.13, n.23, p.139-160, 2018.

CHACON, D.R.A. **Pedagogia da Resistência**: Escritos a partir da vida e obra de Paulo Freire. São Paulo: Vozes, 2021.

COSTA, M. V. **Travessia**: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

CREENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Ano 10, v.1, p. 171-188.

CRUZ, M. **A mulher na Igreja e na política**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p.

DELPHY, C. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H; et al. (Orgs.). **Dicionário crítico**

DEMO, P. **Pesquisa Participativa: saber pensar e intervir juntos**. v.8. Brasília: Límbor, 2004.

DUBAR, C. **Das “profissões” à socialização profissional**. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 163-191.

FACCIN, R. D. **O trabalho das mulheres assentadas: descortinando desigualdades**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

FALEIRO, W.; FARIAS, M. N. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, jul./set. 2017.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da educação do Campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S. M. S. A. (org.). **Por uma educação do campo: Contribuições para a construção de um projeto popular de Educação**. Brasília-DF, 2004.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do Campo).

FERNANDES, F. P. **Relações de gênero na agricultura familiar: uma experiência pedagógica no curso técnico em agropecuária do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará/campus Crato**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serapédica, 2018.

FERRÁNDIZ, T. M. M. La imagen de la mujer en la Pre historia y en la Proto historia. **Revista de Clases Historia**, n. 236, 15 out. 2011.

FLEURI, R. M.; MURACA, M. Um enfoque feminista da perspectiva político-pedagógica freiriana. In: STRECK, D.R.; ESTEBAN, M.T. (orgs.). **Educação Popular: Construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCO, M. A. C. **Será o homem a cumeeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. ab. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Porto: Nova Iorque, 1975, ab.1997, ab. 2005.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. CETEB – Centro de Educação Tecnológico do Estado da Bahia, 2008.

FURQUIN, C. H. B. A pesquisa Identitária e o Sujeito que pesquisa. **UFOP**, v.5, n.1, jan. 2019.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação: O esquecimento da Educação e a Educação permanente**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis: a Escola como projeto sócio-cultural**. São Paulo: Cortez, 2004.

GAMBOA, S. S. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas: [s.n.], 1998. Disponível em: <http://www.geocities.ws/grupoepisteduc/arquivos/tesegambo.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

GERBER, R. M. **Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. 418 p.

GOMES, R.; FONSECA, E.M.G.O.; VEIGA, Á.J.M.O. A visão da pediatria acerca da gravidez. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.10, n.3, 2002.

GUIMARÃES, S. M. **Divisão sexual do trabalho no meio rural e contribuição da marcha das margaridas para mulheres do município de Porteirinha-MG**. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 2016.

GUTIERREZ, R. **O feminismo é humanismo**. São Paulo: Antares, 1985.

HAGE, S. A. M. Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública no campo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n.129, p.1165-1182, out./dez. 2014.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. Universidade de Colónia. 7.ed. 1980. (Coleção Stvdvm, temas filosóficos, jurídicos e sociais).

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 83-104.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libâneo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

IPARDES. **Cadernos Municipais**: Piraí do Sul, Curitiba, 2018. Disponível em: www.ipardes.gov.br.gov/. Acesso em: 20 ago. 2022.

JANATA, N. E. **“Fuxicando” sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST**. 2004, 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2004.

JAPIASSÚ, H. F. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

KRETZEN, J. **As grandes potências econômicas no estado do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil, 1951.

LECHAT, N. M. P. Relações de gênero em assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (RS): participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F.R.; ALMEIDA, J.A. (Org.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. UFSM, 1996.

LOURO, G. L. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. E. E. (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 85-96.

LOZANO, M. S. P. L. **Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-metodológicos. **EDUR • Educação em Revista**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOLINA, M. A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em perspectivas**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

MONTERO, C. La exclusión educativa de las niñas del campo: ¿pasado o presente? In: AMES, et al. (org.). **Las brechas invisibles**: desafíos para una equidad de género en la educación. Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2006.

MORETO, F. **Política educacional em municípios de ampla extensão territorial na região dos campos gerais do Paraná**: Ênfase à Educação do Campo. 2016, 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, Ponta Grossa-PR, 2016.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

MOTTA-MAÚES, M.A. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, v. III, n. 2, p. 377-399, 1999.

NASCIMENTO, V.F. Patriarcado Rural: Permanência e alterações da ordem patriarcal no meio rural. In: ENCONTRO NACIONAL, 4., FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO, 10., 2007, Sergipe. **Anais [...]**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2007. (GT3: Gênero, raça e classe social).

OLIVEIRA, I.T. **A participação das mulheres rurais em organizações coletivas e as influências para suas identidades de gênero**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

OLIVEIRA, R.A. **Mulheres da chapada do Araripe agroecologia e empoderamento**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Serapédica, 2018.

OSTERNMAN, F.; CAVALCANTI, C. J. H. **Epistemologia**. Porto Alegre: Evangraf; UFRGS, 2011.

PAES, M. P. D. C. **De Romantinas a Christianitas**: o Humanismo à Portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O piedoso. Dez. 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. As escolas públicas do campo no estado do Paraná: Uma identidade em construção. In: **Cadernos temáticos da diversidade**. Curitiba: SEED, 2010a.

PEREIRA, S. F. S. **De senhoras a mulheres trabalhadoras rurais**: a desordem no MSTTR. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PEREIRA, A, G. **Narrativas e trajetórias de mulheres pescadoras**: o discurso do Boletim O LEME. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

PÊSSOA, J. R. **A formação educacional e a igualdade de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

PIRES, M. F. **Trabalho e relações de gênero no assentamento Sepé Tiaraju**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2005.

PLATAFORMA CLACSO. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Disponível em: www.clacso.org/. Acesso em: 18 fev. 2023.

REDALYC. Sistema de Informação Científica Redalyc. Disponível em: <https://www.redalyc.org/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

REIS, M. N.; ANDRADE, M. F. F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v.17, 202 ed., p.1-11, 2018.

RIBEIRO, M. C. A.; CATRINK, I. M.O.; MAGALHÃES, S.A.B. **Por uma educação freireana que atue contra a desigualdade de gênero no Brasil contemporâneo**. v. 16, Dossiê: Paulo Freire (1921-2021): 100 anos de história e esperança, 2021.

RODRIGUES, L, V. Pedagogia da Humanidade: por uma Epistemologia Feminina Freiriana. **Revista Lusófona de Educação**, n. 9, p. 51-59, 2007.

RODRÍGUEZ, I. O. **Relação juventude - escola frente aos processos excludentes**: Discutindo as experiências sociais e os sentidos da escolaridade em Chaquira, um caserio rural no litoral norte do Peru. 2008, 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2008.

ROMÃO, J, E. Alfabetizar para libertar. In: GADOTTI, M.; TORRES, C. A. **Educação Popular utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROMÃO, J. E. Contextualização – Paulo Freire e o pacto populista. In: FREIRE, P. (org.). **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

ROSA, A. S. “**Eu não posso brincar de boneca, boneca é coisa de menina**”: uma pesquisa com crianças sobre a identidade de gênero na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2018.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 515-540, v. 9, n. 2, 2001.

SAFIOTTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, L.J.C. et al. Mapeamento Geomorfológico no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Ano 7, n. 2, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SARAIVA, A. C.A.; BORGES, A. Interseccionando Freire: bell hooks, linguagem inclusiva e diálogo. **InSURgência - Revista de Direitos e Movimentos Sociais**, v. 8, n. 2, 2022.

SCHIMIDT, M.L.S. Pesquisa Participante: Alteridades e comunidades. **Psicologia USP**, v.17, n.2, p.11-41, 2006.

SCHNEIDER, S. Território, ruralidade e desenvolvimento. In: VÁSQUEZ LOSANO, F.; MEDINA, J.G.F. (org.). **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidade Javeriana, 2009. p. 67-108.

SCHWEICKARDT, K. H. S.C. O lugar onde o mundo se inverte: A “Casa do INCRA” na Resex Médio Juruá. In: FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; CASTRO, A. P. (org.). **Amazônia**: cultura material e imaterial. São Paulo: Anablume; Manaus, UFA, 2012.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/>
Acesso em: 18 fev. 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SHOTTER, J. Movement of Feeling and Movement of Judgement: Towards an Ontological Social Constructivism. **International Journal of Action Research**, Mering-D: Rainer Hampp Verlag, v.6, n.1, p.16-42, 2010.

SILVA, A.M. C. **Atuação profissional, relação de gênero e divisão sexual no trabalho**: representações sociais de mulheres que ultrapassam o “teto de vidro” e assumiram função de autônomo em âmbito educacional. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2018.

SILVA, D. S. **Infância roubada**: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis-MA, 2010.

SILVA, I. B. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, 2016.

SILVA, S.; MURARO, D.N. **Conhecer para transformar**: A epistemologia crítico-dialética de Paulo Freire. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis, out. 2014.

SOUZA, L. C. **Análise de situações de vida e trabalho de mulheres da área rural de Nova Friburgo-RJ**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, M. A. (org.). **Escola Pública, educação do campo e projeto político-pedagógico**. Curitiba: UTP, 2018.

SOUZA, M. A. Educação do campo, escola pública e projeto político-pedagógico. In: SOUZA, M. A (org.). **Escola Pública, educação do campo e projeto-político pedagógico**. Curitiba: UTP, 2018.

SOUZA, M. A.; GERMINARI, G. D. **Educação do Campo, território, escolas, políticas e práticas educacionais**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

SOUZA, M.A. A Educação do Campo no Brasil. In: SOUZA, E. C.; CHAVES, V. L.C. (org.). **Documentação, Memória e História da Educação no Brasil**: diálogos sobre políticas de educação e diversidade. v.1. Tubarão: Copiart, 2016. p. 133-158.

SOUZA, N. P. M. M. **Mulheres da EJA**: entre sonhos e desafios da continuidade na escolarização de alunas da rede municipal de Seropédica. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serapédica-RJ, 2015.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Uma prática de pesquisa participante: análise da dimensão social, política e pedagógica. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 44, 2011.

STRECK, D. R.; ESTEBAN, M.T. (org.). **Educação Popular**: Construção social coletiva. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

STRECK, D. Uma prática de Pesquisa participante: análise da dimensão social, política e pedagógica. **Revista em Educação Pública**, v. 20, n. 40. 2011.

TAPIA, C. B.; SILVA, S. M. V. O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS. **Revista Nera**, Unesp, n. 1, jan./abr. 2020.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C.R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasilense, 1999. p. 82-103.

VEJA. Damares anuncia canal para denunciar professores por atos contra a família. 20 nov. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/damares-anuncia-canal-para-denunciar-professores-por-atos-contra-a-familia/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

VERDE, V. V. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), 2004.

WOORTMANN, E. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n.2, maio/ago. 2007.

APÊNDICE A - BUSCA DE TRABALHOS DE ACORDO COM CADA PLATAFORMA

Quadro 4 - Busca de trabalhos na plataforma BDTD

AUTOR	ANO	LOCAL/ TIPO	TÍTULO	OBJETIVO GERAL	METODOLOGIA	REF. TEÓRICO	RESULTADOS
Sonilda Pereira	2002	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Dissertação	DE SENHORAS A MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: a desordem no MSTTR	Perceber o tipo de formação/educação que alavancou o processo de mudanças das mulheres trabalhadoras rurais em suas relações com a família, a comunidade, a sociedade.	Trabalho de campo com entrevistas e Diários de Campo e pesquisa documental	Paulo Freire	Refletindo sobre o que as dirigentes afirmam, observa-se que elas sentem mudanças fundamentais em suas vidas, que, apesar de serem difíceis de quantificar, não têm como negar os avanços. Elas confirmam muitas inovações que não ocorreram apenas na sua vida pública como lideranças, mas que afetaram a maneira de encarar o mundo, as pessoas e as relações familiares.
Moacir Pires	2005	Universidade Federal de Santa Catarina - Dissertação	TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJU	Compreender como ocorrem as relações de gênero na interface do trabalho entre os sem-terra.	Trabalho de campo com entrevistas abertas gravadas com homens e mulheres, aplicação de um questionário e observação das atividades dos sem-terra que	Materialismo o Histórico-dialético	Os principais resultados podem ser assim anunciados: 1) Os sem-terra organizam o trabalho coletivamente, fato que tem provocado transformações na vida dos assentados. 2) As responsabilidades pelo trabalho são de todas as famílias. Fato que tem

					seguem diretrizes do trabalho coletivo, sugerido pelo MST.		modificado a divisão sexual do trabalho e alterado algumas atividades atribuídas historicamente aos homens e às mulheres. 3) Outros trabalhos, porém, perpetuam no assentamento determinados padrões relacionais cristalizados, os quais sugerem uma naturalização do trabalho masculino e feminino.
Marcia Silva	2008	Universidade Federal do Pará - Dissertação	DA CASA DA FAMÍLIA À CASA DA ESCOLA: DIMENSÕES DE GÊNERO NA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM ALTERNÂNCIA NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ- PARÁ.	Analisar as relações de gênero na CFRC e no estabelecimento familiar através da divisão do trabalho realizada nestes dois espaços.	Pesquisa participante e trabalho de campo.	Educação do Campo	As conclusões mostram que no âmbito das relações familiares, a casa é o espaço da mulher e o roçado do homem. Essas relações são reproduzidas nas atividades de campo da escola. Apesar da existência dessa relação diferenciada, nas atividades de limpeza das instalações escolares ocorre um processo de ajuda mútua, mostrando que da Casa da família à casa da escola as dimensões de gênero assumem outras perspectivas nos espaços múltiplos.

Ivanilso Silva	2016	Universidade Federal da Paraíba - Dissertação	O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA	Analisar o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela conquista da terra nos assentamentos Amarela I e II, no município de São Miguel de Taipu-PB, no período de 1993 a 1995.	Pesquisa bibliográfica e documental, com entrevistas orientadas por um roteiro semiestruturado.	Paulo Freire	Aponta-se para o fato que as lutas por elas empreendidas se caracterizam ainda como um evento atual necessário para que, em sua plenitude, elas conquistem o direito à igualdade de gênero.
Mariana do Amaral	2019	Universidade Federal do Paraná - Dissertação	A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA DESDE O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO	Compreender como o trabalho das mulheres camponesas na Agroecologia se articula com a luta por equidade de gênero em um Assentamento de Reforma Agrária localizado na Lapa-PR, o Contestado.	Trabalho de campo e metodologia baseada em História de Vida	Materialism o Histórico-dialético	A partir de elementos do Feminismo Camponês e Popular, e de contribuições do Feminismo Decolonial, as análises realizadas concluíram que mesmo diante da cultura machista e patriarcal permeada no campo e na cidade, as narrativas das interlocutoras e o modo como se organizam produzem uma resistência social.

Fonte: BDTD, organização da autora, 2022.

Quadro 5 - Busca de trabalhos na Plataforma CLACSO

AUTOR	ANO	LOCAL/TIPO	TÍTULO	OBJETIVO GERAL	METODOLOGIA	REF. TEÓRICO	CONSIDERAÇÕES FINAIS
Francisca Pereira Vieira; Mariana Conceição Leal Nóbrega; Débora Assumpção e Lima	2019	UNESP, REVISTA: NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (artigo)	Dona Francisca: Entre Cabaças, Caminhos De Luta e Sementes de Resistência	Afirmar a importância da mulher no campo, do seu olhar, da sua luta e seu reconhecimento e pertencimento com a terra.	Entrevista e relatos de experiência	Materialismo Histórico-dialético	A entrevista com Dona Francisca permite-nos afirmar a importância da mulher no campo, do seu olhar, da sua luta e seu reconhecimento e pertencimento com a terra.
Inés F. Mouján, Elson S. Silva Carvalho, Dernival V. R. Júnior	2020	Palmas - TO Ed. Econovem (Cap. De livro)	DESENTOCANDO: UMA PRÁXIS FEMININA DE DECOLONIZAÇÃO	Refletir sobre a trajetória recente de Darlene dos Santos Cavalcante, que é mulher, indígena Mayoruna e estudante de Pedagogia na unidade do município de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Médio Rio Solimões.	Narrativas e trabalho de campo (entrevistas)	Paulo Freire	A caminhada de Darlene é um exemplo da “busca” e da “palavra verdadeira” de Freire (1970), em que a pessoa humana, sempre incompleta, pronuncia o mundo que, por sua vez, volta como problema a exigir um “novo pronunciar” no processo coletivo infinito de se desentocar.
Caroline Tapia Bueno; Susana Maria Veleda da Silva	2020	UNESP, REVISTA: NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (artigo)	O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS	Estudar o patriarcado e as consequências das desigualdades de gênero na estrutura da agricultura familiar brasileira considerando as	Pesquisa bibliográfica e trabalho de campo	Estudos feministas	Constatamos que o sistema patriarcal dita regras de comportamento para as mulheres e suas famílias, que incide, direta ou indiretamente, na vida das agricultoras ocasionando efeitos na vida privada, como a

				reflexões de autores (as) que pesquisaram a temática.			desigual divisão sexual do trabalho, que dificulta o acesso ao estudo e ao trabalho remunerado com consequências para o futuro das jovens agricultoras.
Carmem Monteiro	2006	Universidad Peruana Cayetano Heredia – Revista: Las brechas invisibles desafíos para una equidad de género en la educación (artigo)	La escuelas, las familias y el género	Desarrollar es que em comparación con otras instituciones, el educativo ha venido desempeñando un mejor papel em igualar las oportunidades de niños y niñas.	Pesquisa documental	Educação do campo	Os dados apontam que as meninas encontram mais dificuldades de continuarem os estudos devido ao trabalho que realizam em casa.

Fonte: CLACSO, organização da autora, 2022.

Quadro 6 - Busca de trabalhos na Plataforma CAPES

AUTOR	ANO	LOCAL/TIPO	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA	REF. TEÓRICO	RESULTADOS
Ana Gouvêa Bocchini	2013	Universidade Federal do Amazonas (Dissertação)	MULHERES DE SANTA LUZIA DA ILHA DO BAIXIO: MODO DE VIDA NA VÁRZEA DO BAIXO SOLIMÕES	Refletir como se articula a noção de sustentabilidade com a percepção que as mulheres da várzea amazônica têm sobre seu modo de vida.	Estudo etnográfico, observação participante e realização de entrevistas.	Diversos estudos de autoras feministas (PINTO, 1992; SIMONIAM 2001; PACHECO, 2002; COSTA, 2005; PAULILO, 2009; LISBOA & GARIBOTTI, 2010.	O que pudemos perceber em Santa Luzia da Ilha do Baixio é que as mulheres, apesar de não estarem a frente das organizações sociais mais importantes da Ilha A noção de sustentabilidade apresentada pelos moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixio e em especial pelas mulheres, procura incorporar essa visão holística da sociedade. Suas preocupações estão muito mais no campo da educação e da saúde, mas também questionam elementos sobre o cotidiano, que envolvem a qualidade da água e dos alimentos e o problema da destinação do lixo.
Rodrigo Duarte Faccin	2016	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SANTA MARIA (Dissertação)	O TRABALHO DE MULHERES ASSENTADAS: DESCORTINANDO AS DESIGUALDADES	Entender as relações de gênero a partir dos significados expressados pelas agricultoras sobre o trabalho.	Estudo de caso: observação e relato oral e pesquisa bibliográfica	Materialismo Histórico-dialético	Foi possível conhecer a dura realidade que estas mulheres estão inseridas, tendo seu trabalho inferiorizado ao mesmo tempo em que homens ocupam os espaços de poder e decisão. A intenção desta pesquisa é

							colaborar com o seu fortalecimento em novas pesquisas e reflexões que tenham a intenção de mostrar a realidade das relações de gênero no rural, contribuindo para a transformação destas relações rumo à igualdade.
Soraia de Mello Guimarães	2016	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (Dissertação)	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DA MARCHA DAS MARGARIDAS PARA MULHERES DO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA-MG	Discutir e problematizar as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no meio rural, realizada no município de Porteirinha ao norte do Estado de Minas Gerais, tem como pano de fundo o movimento social de base feminista "Marcha das Margaridas".	Pesquisa teórica-documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas.	Materialismo Histórico-dialético	Os achados sugerem que, não obstante ainda prevalecerem situações de desigualdades, invisibilidade e de "trabalho múltiplo" das mulheres no meio rural. Os movimentos sociais que lutam pela igualdade de gêneros, tais como a Marcha das Margaridas, têm logrado significativas mudanças, não só nas visões de mundo e nas práticas sociais das mulheres participantes, mas também em toda sociedade.
Amanda Gonçalves Pereira	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (Dissertação)	NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS: O DISCURSO DO BOLETIM O LEME	Identificar e analisar as narrativas do boletim informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores, O LEME, sobre as lutas e conquistas	Pesquisa documental	Materialismo Histórico-dialético	A pesquisa conclui que as notícias e reflexões identificadas e mapeadas sobre estas mulheres mostram a tendência da instituição em promover suas lutas por direitos e pela ocupação de espaços

				das mulheres pescadoras, desde a categoria gênero, realizando intersecções analíticas com categorias como: raça, classe e empoderamento.			de poder e decisão, sendo O LEME um importante instrumento de ressonância e difusão dessas movimentações.
Francisete Fernandes	2018	UNIVERSIDA DE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (Dissertação)	Relações de gênero na agricultura familiar: uma experiência pedagógica no curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará .	Avaliar os impactos de um projeto de ensino que parte das relações de gênero na agricultura familiar para refletir a formação de estudantes do curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus de Crato, a cerca das relações de gênero.	Pesquisa-ação, Pesquisa Documental	Estudos Feministas	As considerações realizadas ao longo desse estudo, as quais enfatizam que ainda está presente, nas concepções dos (as) participantes, um pensamento permeado de preconceito de gênero, principalmente em relação ao trabalho da mulher no meio rural.
ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA	2018	UNIVERSIDA DE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (Dissertação)	MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO	Refletir, sob a perspectiva das trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe, se elas conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir da prática de atividades	Pesquisa de campo, mediante observação e entrevistas semiestruturadas.	Estudos Feministas	Diante da perspectiva feminista, concluímos que as mulheres reconhecem o empoderamento mais comunitário do que individual, enfatizando a autonomia econômica. Porém, destacamos que algumas mulheres estão empoderadas em nível

				agroecológicas.			político, social e psicológico.
Andreza Saydell e da Rosa	2018	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (Dissertação).	“EU NÃO POSSO BRINCAR DE BONECA, BONECA É COISA DE MENINA”: UMA PESQUISA COM CRIANÇAS SOBRE IDENTIDADES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Investigar como as identidades de gênero são (re) produzidas pelas crianças a partir de suas interações no contexto de uma turma de Educação Infantil do campo.	Perspectiva qualitativa, observação participante, registros em diário de campo, registros filmicos e registros fotográficos.	Louro (1998), Paechter (2009), Corsaro (2009) e Finco (2010)	Os resultados obtidos ao final deste trabalho possibilitaram refletir sobre as identidades de gênero no contexto da Educação Infantil, bem como sobre as significações construídas pelas crianças sobre as concepções de gênero.
CLARIANA VILELA BORZONE	2018	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Dissertação)	MULHERES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIAS E CONTRADIÇÕES	Identificar e destacar o protagonismo das mulheres camponesas residentes nos assentamentos de Reforma Agrária do Território Rural do Bolsão, Mato Grosso do Sul.	Trabalho de campo e pesquisa bibliográfica.	Materialismo Histórico-dialético	Os dados obtidos demonstraram o grande protagonismo político exercido pelas mulheres estudadas, bem como a relação desses sujeitos com os movimentos agroecológicos, e sua grande força de resistência à agricultura hegemônica capitalista e às desigualdades de gênero impostas pelo patriarcado.

IGHOR THADEU SILVA OLIVEIRA	2018	Universidade Federal de Viçosa (Dissertação)	A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM ORGANIZAÇÕES COLETIVAS E AS INFLUÊNCIAS PARA SUAS IDENTIDADES DE GÊNERO	Analisar de que forma a participação de mulheres rurais em organizações coletivas, pode contribuir para a construção de novas identidades de gênero.	Pesquisa bibliográficas com aplicação de questionários	Educação do Campo,	Constatou-se que a identidade de gênero das integrantes da RedMu manifesta não somente a permanência de uma condição socioeconômica construída na socialização primária, como o nível educacional alcançado, a religião e as práticas laborais advindas dos direcionamentos dos pais, mas, manifesta, também, uma visão social de mundo ancorada em valores que refletem a tolerância e o respeito a um modelo de identidade de gênero perpassado por práticas intensamente debatidas na sociedade uruguaia, como a legalização do aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legalização do uso da maconha.
Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano	2018	Universidade Federal de Santa Catarina (Tese)	POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHERES TRABALHADORAS RURAIS BRASILEIRAS	Analisar as políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais brasileiras considerando-as como ações realizadas pelo Estado ao implementar um	Pesquisa de perspectiva etnográfica com entrevistas	Estudos feministas descoloniais	Considera-se que as políticas públicas voltadas para as mulheres brasileiras precisam ser ampliadas para contemplar muitas mulheres que ainda se encontram marginalizadas das ações governamentais. Para

				projeto de governo ou implementadas para cumprir legislação anterior ao governo em vigência.			garantir que todas as mulheres possam ser beneficiadas por políticas públicas de direitos, é necessário atentar para todas as diferenças que redundam em vulnerabilidades particulares.
Maria Conceição Franco	2018	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (Tese)	SERÁ O HOMEM A CUMEEIRA DA CASA? OU SOU DONA DO MEU PRÓPRIO NARIZ? VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES RURAIS NA BAHIA	Analisar e interpretar as percepções sobre violência de gênero em contextos rurais das cidades de Governador Mangabeira-BA e Muritiba-BA a partir das histórias de vida contadas por MTR que foram ou são submetidas à violência nas suas multifaces.	Pesquisa de Campo, Narrativas e entrevistas	Estruturalismo e Estudos Feministas	Dentre os achados da pesquisa, as mulheres rurais que conseguem romper relações abusivas tornam-se responsáveis pelo sustento econômico do grupo familiar e, acima de tudo, “donas de seu próprio nariz”, mas aquelas que continuam convivendo com os autores de violência ainda percebem seu trabalho como “ajuda”, pois são mulheres, a quem cabe a reprodução social, enquanto reafirmam o papel masculino de provedor, como “cumeeira da casa”, sem o qual a família não consegue sobreviver.
Jenifer Ribeiro Pêsoa	2018	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (Dissertação)	A FORMAÇÃO EDUCACIONAL E A IGUALDADE DE GÊNERO NO MOVIMENTO	Verificar se o MST possui uma política de formação educacional que abranja a questão	Pesquisa documental e bibliográfica	Autores que discutem a Educação do Campo	Conclui-se que o Movimento, desde sua criação, tem produzido textos teóricos e desenvolvido ações

			DOS TRABALHADOR ES RURAIS SEM TERRA (MST)	de igualdade de gênero.			práticas buscando ampliar a participação das mulheres, com cursos de educação formal e de formação, nos diversos setores e instâncias do Movimento.
--	--	--	-------------------------------------------------------	----------------------------	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: CAPES, organização da autora, 2022.

Quadro 7- Busca de trabalhos na plataforma Redalyc

AUTOR	ANO	LOCAL/TIPO	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA	REF. TEÓRICO	CONSIDERAÇÕES FINAIS
Leila Costa de Souza	2008	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Dissertação)	Análise de Situações de Vida e Trabalho de Mulheres da Área Rural de Nova Friburgo - RJ	Analisar diversas dimensões das trajetórias de vida e trabalho de mulheres de três distritos do município de Nova Friburgo que se destacam pela produção de olerícolas, flores e incipiente agricultura orgânica.	Pesquisa de campo	Estudos Feministas	Conclui-se que são muito tênues os sinais de emancipação e torna-se necessário priorizar ações protetivas que promovam a maior autonomia dessas mulheres e a melhora da sua qualidade de vida.
Carmem Silvia Maria da Silva	2009	Revista e-Curriculum PUC (Artigo)	EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR DE ADULTOS: GÊNERO E MULHERES	Analisar trabalhos sobre a Educação Não Escolar a partir do foco - as mulheres e as relações de gênero.	Pesquisa bibliográfica	Estudos Feministas	Estas teses e dissertações demonstram que a pesquisa acadêmica tem contribuições a dar à Educação Popular. Por fim, tratando-se de educação com mulheres e/ou a partir das relações sociais de gênero, impõe-se um desafio de ordem teórica e metodológica que é a definição do referencial de análise para a pesquisa que vá além da teoria da educação.
Darlene de Souza Silva	2010	Universidade Federal do Maranhão (Dissertação)	INFÂNCIA ROUBADA: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar	Resgatar a relação que as mulheres entrevistadas estabelecem com o trabalho doméstico desde a infância, passando pela adolescência até a idade adulta, bem como identificar os determinantes culturais e socioeconômicos da inserção precoce no trabalho doméstico.	Pesquisa de campo	Materialismo Histórico-dialético	Os resultados da pesquisa revelaram que as trabalhadoras entrevistadas são provenientes de famílias muito pobres, com prole numerosa e de origem rural. Em sua trajetória de trabalho as mulheres entrevistadas declararam que foram vítimas dos mais diversos tipos de violência, incluindo violência física e sexual, além de extensas jornadas de trabalho e desrespeito aos direitos trabalhistas.

Fonte: Redalyc, organização da autora, 2022.

Quadro 8 - Busca de trabalhos na plataforma Scielo

AUTOR	ANO	LOCAL/TIPO	TÍTULO	OBJETIVO GERAL	METODOLOGIA	REF. TEÓRICO	CONSIDERAÇÕES FINAIS
Wender Faleiro e Magno Nunes Farias	2017	Revista: Educação e Pesquisa. São Paulo (Artigo)	Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas	Analisar se o ingresso dessas mulheres no ensino superior contribuiu para a transformação e superação das relações sociais patriarcais.	Pesquisa de campo.	Educação do Campo	O processo de inserção na licenciatura, ao mesmo tempo em que faz com que essas mulheres tomassem outros papéis sociais e começassem a se reconhecer com sujeitos, a partir da valorização dos seus saberes e de seus modos de vida, também contribui para a transformação de uma marca cultural (o patriarcado) que assola a cultura camponesa.
Laura Jane Gisloti et al	2021	Revista: Educação e Pesquisa. São Paulo (Artigo)	Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso em Universidade Pública	Reunir antecedentes, motivações e percepções das futuras professoras formadas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a partir do ingresso no curso.	Pesquisa de campo.	Educação do Campo	Tais mulheres ainda não estão inseridas profissionalmente nas escolas do campo, se identificam como estudantes, enfrentaram desafios relacionados a questões de gênero e acreditam que o curso propiciou uma mudança na relação com a vida no campo.

Fonte: Scielo, e organização da autora, 2022.

APÊNDICE B - QUESTÕES ELABORADAS A PARTIR DA METODOLOGIA PESQUISA PARTICIPANTE A SER APLICADA COM AS MULHERES DA COMUNIDADE

Sobre a comunidade e o modo de vida das mulheres:

- Como é ser uma mulher na comunidade e pertencente ao lugar?
- Como é o acesso à saúde da mulher?
- Existem campanhas de cuidado com a saúde das mulheres?
- Você gosta de morar no campo, em especial na sua comunidade?
- Você tem renda? Qual o ramo da sua atividade remunerada?
- Em questão de segurança pública, relate algo que defina a segurança das mulheres que vivem em sua comunidade, em relação com as violências domésticas ou segurança social?
- Existe alguma tradição desenvolvida apenas por mulheres na comunidade?

Sobre a educação e a infância e adolescência:

- Você lembra como eram as aulas, e a rotina escolar, e se a professora falava sobre seu futuro?
- Você conseguia diferenciar a educação dos meninos e das meninas?
- Durante seus anos escolares, alguma vez a professora falou sobre gênero? Como foi sua adolescência na comunidade?

Sobre a identidade da mulher do campo e as relações de gênero, trabalho, educação e com a família:

- Você já testemunhou ou vivenciou algum tipo de discriminação ou violência por ser mulher?
- Você tem conhecimento sobre relações de gênero? Ou já ouviu falar sobre? Já passou por uma situação desconfortável por ser uma mulher em um determinado lugar em algum momento?
- Você consegue identificar uma representação feminina de tomada de decisões em sua comunidade?
- Quais eram e ainda são as condições para estudar e dar continuidade aos seus estudos?
- Ser uma mulher alfabetizada teve importância na sua vida? Por quê?
- Como é a sua relação com os homens no trabalho, na família e nas outras áreas?
- As mulheres da sua comunidade são reconhecidas pelas suas ações?
- Você se sente reconhecida pelo trabalho que faz?
- Como se dá o processo de tomada de decisão importante na comunidade?

Sexualidade e estética:

- O que você pensa sobre o casamento com pessoas do mesmo sexo?

- Como você percebe a opressão dos homens sobre as mulheres? Para você, o que é o machismo?
- Já ouviu falar sobre o movimento feminista ou o feminismo? E se sim, o que pensa sobre ele?
- Você acha que a vida das mulheres está melhor agora?
- Você acha que os homens da sua comunidade são machistas?
- Falar sobre as relações sexuais com seus maridos, filhos e filhas ou pais é natural ou você encontra dificuldade?
- Para você o que é a homossexualidade?
- Para você o que significa padrão de beleza?
- Quais elementos tornam uma “mulher mais bonita”?
- Há história sobre as parteiras e a maternidade das mulheres no passado?

Sobre religião, lazer e cultura

- Quais as influências que você traz de sua família, no que se refere a religião? A ideia de namoro? De casamento?
- Existe alguma cultura religiosa que faz com que as mulheres se sintam desconfortáveis?
- Existem doutrinas religiosas na sua comunidade?
- As mulheres participam dos eventos que acontecem na comunidade, por ex.: no esporte?
- Na sua comunidade existe bares, kioskis, pub`s, lanchonetes, restaurantes ou algo do tipo para as pessoas se divertirem, ou há apenas bares que apenas homens frequentam?
- Como são os relacionamentos amorosos?
- Qual a função das mulheres na organização dos eventos da comunidade?

DURAÇÃO TOTAL DA PESQUISA – CRONOGRAMA

2º Semestre de 2022	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Qualificação		X				
Coleta de dados		X	X	X		
Tabulação dos dados				X	X	
Análise dos dados					X	X
Redação					X	X
Defesa						X

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa:

As mulheres da comunidade rural Passo do Barro no município de Pirai do Sul/PR e sua relação com a educação, família e trabalho

Pesquisadoras

Prof. Aline Cássia de Almeida Pinheiro

Telefone: (042) 999745994

Email: alinepinheiro721@gmail.com

Prof. Orientadora: Dra. Patrícia Correia de Paula Marcoccia

Email: pa.tylco12@gmail.com

Local de realização da pesquisa

Endereço: Comunidade rural Passo do Barro, Pirai do Sul, Paraná.

CEP 84240000 - Pirai do Sul - PR

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Av. Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, Bloco da Reitoria, Sala 22, Campus Universitário. CEP: 84030-900, Ponta Grossa, PR.

Email: propespsecretaria@uepg.br.

Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

Informações ao Participante

Desde já agradecemos a atenção e participação em nossa pesquisa que está pautada na Resolução 466/2012 de acordo com o CNS (Conselho Nacional de Saúde). Este estudo, ao conhecer as mulheres que vivem na comunidade rural Passo do Barro no município de Pirai do Sul/PR, busca compreender quem é essa mulher, bem como quais são seus possíveis objetivos de vida. O critério de inclusão para participação nesta etapa da pesquisa consiste na premissa de que os participantes sejam mulheres entre 18 e 70 anos provenientes da comunidade.

Caso você, aceite participar da pesquisa, será necessário:

- Participação numa entrevista a ser agendada posteriormente; as entrevistas serão registradas em arquivo de áudio e posteriormente transcritas para análise, após a transcrição você receberá uma cópia para leitura e validação, para então com a sua autorização iniciar a análise dos dados.

Caso aceite participar saiba que: as informações fornecidas estarão restritas aos registros, produzidos por meio de entrevistas, analisadas e divulgadas via Dissertação e artigos, bem como, em outras pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa. No caso de publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida em absoluto sigilo.

Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade.

A sua participação na pesquisa é voluntária e você pode desistir desta participação a qualquer momento, apenas avisando ao pesquisador esta decisão. Estão garantidas todas as informações que você queira antes, durante e depois do estudo.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos e relacionados com eventual desconforto relacionado com a falta de conhecimento sobre o tema das questões que lhe serão apresentadas, caso o participante sinta-se constrangido será ressarcido formalmente pelo pesquisador. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por meio de um nome fictício. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão o desenvolvimento de atitudes reflexivas e investigativas, elementos indispensáveis acerca da percepção e enfrentamento de problemas presentes na realidade dos jovens trabalhadores da agricultura familiar.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão as pesquisadoras Aline Cássia de Almeida Pinheiro, estudante de mestrado e sua orientadora Patrícia Correia de Paula Marcoccia.

O conteúdo final da investigação estará disponível a você, antes da sua divulgação acadêmica pública. A pesquisa também minimiza qualquer risco a você e ao pesquisador por meio do presente termo.

A pesquisadora Aline Cássia de Almeida Pinheiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, é a responsável pela coleta de dados e poderá ser contatada no seguinte telefone: (42) 999745994 ou por e-mail: alinepinheiro721@gmail.com, para esclarecimento de eventuais dúvidas a respeito desta pesquisa.

CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento, compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar direta (ou indiretamente), adicionalmente, declaro ter compreendido, os riscos e benefícios deste estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.



Antonio Marcia do Filho Almeida

Assinatura do(a) Participante

_____/_____/_____
Data de Nascimento

Camelina Barros de Almeida Pinheiro

Wanilda Almeida

Prof. Aline Cássia de Almeida Pinheiro – Pesquisadora, Mestranda PPGE/UEPG

Pina do Sul, 25 de outubro de 2022

Cidade

Dia

Mês

Ano

OBS: Este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa:

As mulheres da comunidade rural Passo do Barro no município de Piraí do Sul/PR e sua relação com a educação, família e trabalho

Pesquisadoras

Prof. Aline Cássia de Almeida Pinheiro

Telefone: (042) 999745994

Email: alinepinheiro721@gmail.com

Prof. Orientadora: Dra. Patrícia Correia de Paula Marcoccia

Email: pa.tyleo12@gmail.com

Local de realização da pesquisa

Endereço: Comunidade rural Passo do Barro, Piraí do Sul, Paraná.

CEP 84240000 - Piraí do Sul - PR

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Av. Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, Bloco da Reitoria, Sala 22, Campus Universitário. CEP: 84030-900, Ponta Grossa, PR.

Email: propespsecretaria@ucpg.br.

Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

Informações ao Participante

Desde já agradecemos a atenção e participação em nossa pesquisa que está pautada na Resolução 466/2012 de acordo com o CNS (Conselho Nacional de Saúde). Este estudo, ao conhecer as mulheres que vivem na comunidade rural Passo do Barro no município de Piraí do Sul/PR, busca compreender quem é essa mulher, bem como quais são seus possíveis objetivos de vida. O critério de inclusão para participação nesta etapa da pesquisa consiste na premissa de que os participantes sejam mulheres entre 18 e 70 anos provenientes da comunidade.

Caso você, aceite participar da pesquisa, será necessário:

- Participação numa entrevista a ser agendada posteriormente; as entrevistas serão registradas em arquivo de áudio e posteriormente transcritas para análise, após a transcrição você receberá uma cópia para leitura e validação, para então com a sua autorização iniciar a análise dos dados.

Caso aceite participar saiba que: as informações fornecidas estarão restritas aos registros, produzidos por meio de entrevistas, analisadas e divulgadas via Dissertação e artigos, bem como, em outras pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa. No caso de publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida em absoluto sigilo.

Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade.

A sua participação na pesquisa é voluntária e você pode desistir desta participação a qualquer momento, apenas avisando ao pesquisador esta decisão. Estão garantidas todas as informações que você queira antes, durante e depois do estudo.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos e relacionados com eventual desconforto relacionado com a falta de conhecimento sobre o tema das questões que lhe serão apresentadas, caso o participante sinta-se constrangido será ressarcido formalmente pelo pesquisador. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por meio de um nome fictício. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão o desenvolvimento de atitudes reflexivas e investigativas, elementos indispensáveis acerca da percepção e enfrentamento de problemas presentes na realidade dos jovens trabalhadores da agricultura familiar.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão as pesquisadoras Aline Cássia de Almeida Pinheiro, estudante de mestrado e sua orientadora Patrícia Correia de Paula Marcoccia.

O conteúdo final da investigação estará disponível a você, antes da sua divulgação acadêmica pública. A pesquisa também minimiza qualquer risco a você e ao pesquisador por meio do presente termo.

A pesquisadora Aline Cássia de Almeida Pinheiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, é a responsável pela coleta de dados e poderá ser contatada no seguinte telefone: (42) 999745994 ou por e-mail:alinepinheiro721@gmail.com, para esclarecimento de eventuais dúvidas a respeito desta pesquisa.

CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento, compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar direta (ou indiretamente), adicionalmente, declaro ter compreendido, os riscos e benefícios deste estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

*Aline da Silva
Aline Almeida*

Assinatura do(a) Participante

05/10/2022

Data de Nascimento

Aline

Prof. Aline Cássia de Almeida Pinheiro– Pesquisadora, Mestranda PPGE/UEPG

Pinaí do Sul

Cidade

05 de

Dia

outubro

Mês

de 2022

Ano

OBS: Este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.